alavanca

CGTP-IN

ANO I — Nº 4 JULHO DE 1977 PREÇO: 15$00

OS TRABALHADORES E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA Pág. 15

UNIDADE NA ACÇÃO A FORÇA DOS TRABALHADORES

PARA UM NOVO FÔLEGO DA INFORMAÇÃO SINDICAL

. A informação sindical terá de servir como instrumento de difusão das linhas de acção definidas na estratégia sindical, fornecendo uma visão de conjunto das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, respondendo às necessidades pontuais de cada sector de trabalho e abarcando as reivindicações globais daqueles que, no dia a dia dos campos, das fábricas, dos escritórios e das oficinas, criam riqueza, suportam a exploração capitalista e travam a sua luta heróica pela criação de uma sociedade mais justa, na perspectiva do socialismo consignado na Constituição.

Na sequência de uma profunda discussão sobre as questões gerais da Informação do Movimento Sindical, a Comissão Permanente de Informação, da CGTP-IN, considerou a necessidade de incentivar as estruturas sindicais para a promoção de um trabalho de divulgação das publicações editadas pela Confederação.

Referindo-se em especial à revista «A lavanca» foi assinalada a premência de realização de uma campanha de assinaturas, devendo ser encontradas formas de garantir que a revista chegue a todos os delegados sindicais, promovendo-se ainda a sua venda e difusão nos plenários, concentrações, manifestações e outras acções de massas.

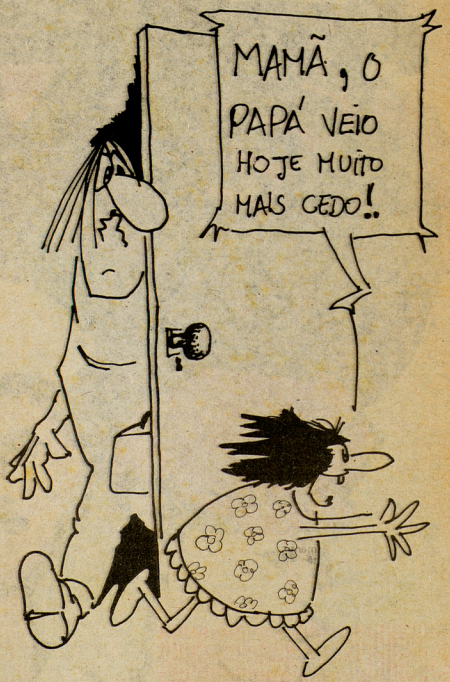
Levando à prática as conclusões do Congresso de Todos os Sindicatos, deverá ser incentivada o aparecimento de responsáveis pela informação sindical, nos sindicatos em que eles ainda não existam, devendo a sua identidade ser comunicada à CGTP-IN, de forma a conseguir uma coordenação de esforços e de objectivos cada vez maior, na Informação de todo o Movimento Sindical.

A prossecução do levantamento dos meios técnicos e humanos envolvidos em acções de Informação, a promoção de acções de esclarecimento sobre problemas de Informação, o melhoramento das formas de informação da CGTP-IN ao Movimento Sindical, e a divulgação dos materiais de Informação existentes, foram alguns dos objectivos de realização imediata apontados no decorrer daquela reunião.

Outro dos pontos que mereceu análise atenta da Comissão Permanente de Informação diz respeito ao exercício dos direitos de antena por parte do Movimento Sindical, e à atitude do Governo que continua a desrespeitar a inequívoca vontade dos trabalhadores portugueses, ignorando o expresso no art.º 60.º da Constituição da República.

Esta é portanto uma questão que todo o Movimento Sindical deverá insistentemente abordar e uma luta que é de todos os trabalhadores.

Nesta perspectiva, a Comissão Permanente da Informação considerou a necessidade de o Secretariado da CGTP-IN continuar a exigir do governo a concretização do direito de antena.



DESPEDIMENTOS: cena familiar

DEFESA DOS TRABALHADORES NA CONFERÊNCIA DA OIT

Os trabalhadores portugueses sairam prestigiados da 63.ª sessão da Conferência Internacional que, promovida pela OIT, se realizou em Genebra.

O delegado dos trabalhadores portugueses, Álvaro Rana, do Secretariado da CGTP-IN, na sua intervenção sublinhou o esforço dos trabalhadores portugueses na defesa dos seus interesses de classe, expressando a certeza de que a reconstrução económica do nosso país é apenas possível com os trabalhdores e nunca contra os trabalhadores.

Em nome dos trabalhadores portugueses, Álvaro Rana chamou à atenção para a necessidade de os países em vias de desenvolvimento se utilizarem dos inegáveis conhecimentos técnicos da OIT, no sentido de se pôr fim à injustiça à pobreza e à desigualdade.

Depois de saudar a luta que os trabalhadores de África, da América Latina e da Palestina, travam pela sua libertação e independência nacional, Álvaro Rana fez uma referência especial aos povos de expressão portuguesa, saudando os êxitos por eles alcançados e manifestando a solidariedade dos trabalhadores portugueses para com os povos das ex-colónias. Para além de exigir medidas eficazes por parte da OIT para o restabelecimento das liberdades democráticas e sindicais no Chile, aquele elemento do Secretariado da CGTP-IN, fez a apresentação de uma proposta de resolução que incidia sobre as questões da democracia económica e do reforço da protecção dos direitos sindicais na empresa, na economia e na sociedade.

Da intervenção de Álvaro Rana ressalta a defesa das conquistas alcançadas pelos trabalhadores portugueses a seguir ao 25 de Abril, assim como a defesa do próprio texto constitucional português.

Mas, se os trabalhadores do nosso país saíram prestigiados desta reunião, o mesmo não se poderá dizer da imagem com que os participantes na conferência da OIT terão ficado do Governo português.

Marcelo Curto, delegado governamental teve uma actuação desastrosa e deveras confrangedora, aparecendo a alinhar nas posições defendidas pelos representantes das potências imperialistas e vindo mesmo a terreiro para se defender das acusações que, Álvaro Rana havia feito ao Governo Português. Tal facto — inabitual nas conferências da OIT — surpreendeu todos os diplomatas presentes.

●

PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÕES DOS TEXTEIS

Com uma paralisação do trabalho e manifestações nos principais centros da indústria têxtil, os trabalhadores deste sector mostraram a sua disposição de lutar «por um contrato de trabalho justo».

Repudiando a imposição do Ministério do Trabalho em nomear uma comissão técnica para elaborar uma portaria que substituirá o CCTV em negociação, os trabalhadores batem-se por salários que permitam fazer face à alta do custo de vida.

No Porto, muitos milhares de trabalhadores têxteis se concentraram, manifestando-se dispostos a não permitir que os problemas do sector sejam resolvidos à sua custa. Problemas que se devem essencialmente à incapacidade de gestão demonstrada pelo patronato e ao não reinvestimento dos lucros.

Por seu turno, os trabalhadores têxteis de Guimarães compareceram de uma forma maciça às concentrações, o mesmo tendo acontecido em distritos como a Covilhã e Portalegre.

No que se refere à região de Lisboa, a manifestação foi feita junto ao Ministério do trabalho e os operários presentes exigiram a revogação do decreto dos 15 por cento (o 49-A/77) aprovando, como aliás em todas as outras concentrações, uma moção subscrita pela Comissão Negociadora Sindical, que reinvindica o respeito pelos direitos já adquiridos pelos trabalhadores, nomeadamente através de acordos estabelecidos no decurso das negociações directas.

Em todas as concentrações foram ainda aprovadas moções de apoio à Jornada de Luta que, convocada pelo secretariado da CGTP-IN, se realizou de Norte a Sul do país no dia 22 do mês de Junho.

Na sua reunião extraordinária de 14/6/77 o Conselho Geral da CGTP-IN, manifestou a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores têxteis considerando que esta se «enquadra na luta geral dos trabalhadores portugueses».

●

PREVIDÊNCIA! ALTERNATIVA PARA A CRISE

Com a finalidade de discutir as questões que dizem directamente respeito à gestão democrática da Previdência rumo à Segurança Social, e às soluções imediatas a adoptar tendo em vista a saída possível para a difícil situação financeira e a participação no Instituto de Gestão Financeira, reuniu-se o Conselho Consultivo Nacional da Previdência.

Presidida pelo Secretariado da CGTP-IN, esta reunião contou com a presença de 57 sindicatos, 13 uniões sindicais, 47 vogais sindicais nas Caixas de Previdência e 88 delegados sindicais com funções de controlo da Previdência nas empresas.

No decorrer dos trabalhos foi feito o balanço da situação actual, tanto no que respeita à política do Ministério dos Assuntos Sociais como às consequências que, a curto prazo,

Transportado pelos
Caminhos de Ferro Portugueses

Contas da CGTP-IN

Em cumprimento da deliberação tomada no Plenário da Intersindical Nacional de 30 de Dezembro de 1975, apresentamos o «Balancete de Receitas e Despesas» relativo ao 1.º trimestre de 1977.

RECEITAS E DESPESAS

1.º TRIMESTRE DE 1977

0 — RECEITAS

010	Quotizações 1977	2 339 686.50
011	Quotizações 1976	2 842 721.00
020	Solidariedade	601 764.50
030	Receitas Diversas	507 741.70
		6 291 913.70
	Saldo negativo	153 633.20
		6 445 546.90

1 — DESPESAS

100	Secretariado	155 580.50
200	Despesas Administrativas	827 720.70
300	Pessoal	1 970 491.70
400	Equipamento	95 491.80
500	Uniões Distritais	2 469 199.90
600	Uniões Locais	213 900.00
700	Actividades Normais	626 385.50
800	Actividades Programadas	5 750.00
	Desp. Eventuais (Ref. anos ant.)	81 026.80
		6 445 546 90

CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO ALAVANCA

Continente	— Anual (12 números)	165$00
	— Semestral (6 números)	85$00
Ilhas (Por avião)	— Anual (12 números)	260$00
	Semestral, 6 números	130$00
Estrangeiro (Por avião)	Anual (12 números)	500$00
	— Semestral (6 números)	250$00

Pedidos ao Centro de Iniciativas Editoriais
Rua Vítor Cordon, n.º 1 — 2.º — Lisboa 2

É POSSÍVEL SAIR DA CRISE ?

OS TRABALHADORES DIZEM COMO

só em **carne, leite e crias** seria possível em 2 anos aumentar a produção pecuária em mais de **5 milhões de contos.**

por redução drástica das importações **supérfulas, de luxo e não essenciais,** poupar 11 milhões de contos de divisas.

em dois anos, a produção agrícola e pecuária do País poderia aumentar mais de **10 milhões de contos.**

pelo aumento da produção nacional, seria possível substituir importações no valor de **17 milhões de contos.**

é possível a redução rápida do défice da balança de pagamentos em perto de **28 milhões de contos.**

UMA SAÍDA PARA AS ACTUAIS DIFICULDADES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA A POLÍTICA ACTUAL E PARA O GOVERNO ACTUAL

JÁ NAS LIVRARIAS

CDL a distribuição

notícias e comentários

advêm para os trabalhadores da situação económica da Previdência.

O Conselho Consultivo aprovou, entre outros, um documento onde se propõem as alternativas para a saída da situação de crise económica e financeira em que se encontra a Previdência. Sobre o mesmo assunto foi ainda aprovada uma Moção na qual se exige o cumprimento da Constituição no que respeita à participação do Movimento Sindical nos órgãos de decisão do Instituto de Gestão Financeira.

Apesar dos convites feitos pelo Secretariado da CGTP-IN, as entidades oficiais não compareceram.

●

A ELEVAÇÃO A EMBAIXADA É UMA CEDÊNCIA AO IMPERIALISMO

Sectores dos mais diversos da opinião pública portuguesa manifestaram já a sua oposição à decisão do Governo Português de elevar as relações de Portugal com Israel ao nível de embaixada.

Tal decisão reveste-se de extrema gravidade, posto que não teve em devida linha de conta a situação internacional nem tão pouco os esforços que vêm sendo feitos no sentido de resolver com justiça o problema do Médio Oriente.

Com o 25 de Abril e a nova orientação da diplomacia portuguesa, foi possível corrigir os efeitos da política conduzida pelo regime fascista, que teve como especial expressão a utilização do território português para actos de agressão aos países árabes.

A atitude recentemente tomada pelo Governo Português significa mais uma cedência às pressões imperialistas e evidencia o modo pouco realista como é conduzida a política externa de Portugal.

A CGTP-IN sempre manteve uma política coerente de clara e fraterna amizade com as organizações sindicais árabes, o que muito contribuiu para o enorme prestígio granjeado por Portugal nesses países.

Considerando que os interesses do nosso país não foram acautelados, nem foram tidas em conta as decisões das Nações Unidas sobre Israel, a central sindical portuguesa tomou posição pública sobre mais este infeliz (e preocupante) passo da política externa portuguesa.

Manifestando mais uma vez a sua solidariedade para com os trabalhadores e organizações sindicais árabes, a CGTP-IN reafirmou o seu apoio aos trabalhadores palestinianos que lutam pelo direito inalienável de reocupar o território que lhes pertence.

●

ELEIÇÕES EM ESPANHA: A DERROTA DO FASCISMO

O povo espanhol foi pela primeira vez às urnas depois da queda da ditadura de Franco.

O fascismo foi batido nas eleições de 15 de Junho e as três principais formações de esquerda obtiveram no total a adesão de cerca de 42 por cento do eleitorado.

Se a este resultado adicionarmos ainda os votos conseguidos pelos pequenos partidos de esquerda, atingiremos resultados que ultrapassam metade da massa total de votantes.

Será portanto incorrecto falar numa vitória dos partidos da aliança centrista liderada por Adolfo Suarez, pois esta coligação não logrou obter mais de 34 por cento dos votos.

Os resultados das eleições em Espanha revestem-se ainda de uma maior importância se tivermos em conta a realidade sociológica do país vizinho — saído de uma feroz e sangrenta ditadura de 40 anos — de que persistem toda uma série de mecanismos antidemocráticos, forjados nos tempos de Franco.

Os resultados dizem-nos sobretudo que o povo de Espanha está cansado da opressão política e da exploração económica.

O futuro governo terá de enfrentar não só uma forte oposição parlamentar como terá de contar com a firme determinação dos trabalhadores em não permitir que a recuperação económica seja feita à sua custa, exigindo a redução dos índices de desemprego e de inflacção.

Os trabalhadores de Espanha estão conscientes da necessidade de retirar ao fascismo espanhol a sua capacidade de intervenção no sector económico.

Os trabalhadores de Espanha não estão dispostos a abdicar da sua actividade sindical.

Os trabalhadores de Espanha saberão encontrar forma de desarticular os mecanismos de que as forças do passado e da reacção ainda podem dispor.

Lá como cá, os trabalhadores acreditam que o futuro lhes pertence e a vitória final será sua.

●

RUI GOMES PRESO HÁ 21 MESES SEM CULPA FORMADA

O estudante Rui Gomes encontra-se preso, sem culpa formada e à ordem das autoridades judiciárias militares, há cerca de 21 meses.

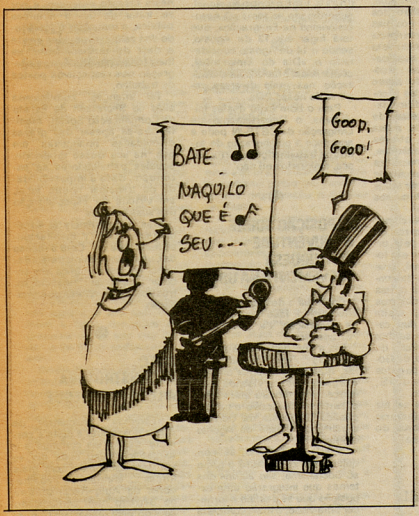
Tal situação, criada e mantida depois do 25 de Abril, é atentatória da dignidade da justiça e ofende frontalmente os direitos fundamentais da pessoa humana e o que sobre «Liberdades e Garantias» se encontra consignado na Constituição da República Portuguesa.

Em comunicado recentemente distribuído a CGTP-IN apresentou o seu veemente protesto contra a situação criada com a manutenção da prisão de Rui Gomes.

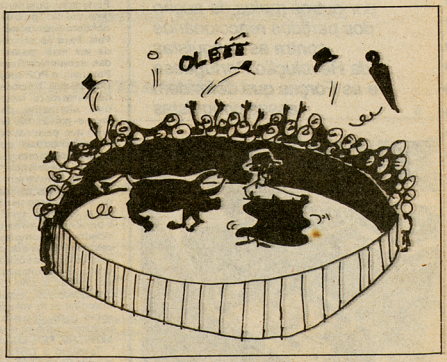
A CGTP-IN reclamou dos órgãos de poder competentes e das autoridades militares a rápida resolução desta situação, no cumprimento dos princípios constitucionais que vigoram no nosso país.

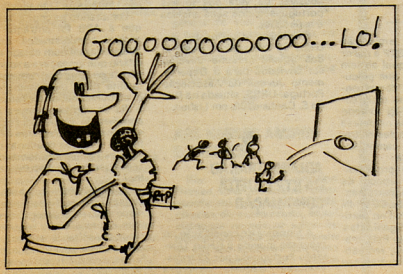
A Assembleia da República, em moção aprovada na véspera de se completarem 20 meses sobre a prisão de Rui Gomes, «sem quebra do respeito pelo princípio da independência da independência do poder judicial» manifestou a sua estranheza e preocupação perante tal situação que reputou ofensiva da dignidade da justiça e dos direitos da pessoa humana.

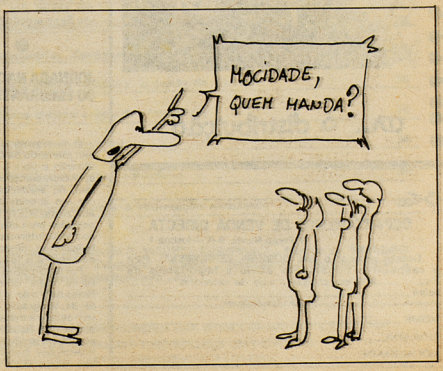
A arma do sorriso



O tema é saudosismo

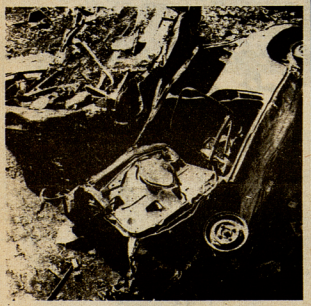






"DOSSIER" TERRORISMO

O terrorismo é a continuação por outros meios da acção dos partidos reaccionários contra as conquistas da Revolução Portuguesa e as Forças que defendem essas conquistas



CDL a distribuição

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1

Desejo receber o livro **DOSSIER TERRORISMO.** Para o respectivo pagamento envio a importância de Esc. .....$00 em cheque / vale de correio n.º ..... sobre .....

Banco / Estação Correio

NOME.....

MORADA.....

LOCALIDADE.....

notícias e comentários

CONFERÊNCIA NACIONAL DO P.C.P.

Como estava anunciada, efectuou-se, no Pavilhão dos Desportos, de Lisboa, nos dias 4 e 5 de Junho, a Conferência Nacional do Partido Comunista Português, durante a qual debateram-se problemas económicos-financeiros do nosso País. Face às crescentes e cada vez mais graves dificuldades económico-financeiras de Portugal, o PCP propôs, nessa Conferência Nacional, através de numerosos intervenientes, uma alternativa democrática para a gravíssima situação de crise que presentemente aflige os trabalhadores portugueses e todo o povo, em geral.

Essa Conferência Nacional, na qual intervieram cerca de mil delegados eleitos pela organização desse partido em todo o território nacional, teve a presença de milhares de convidados, economistas e outras pessoas ligadas aos problemas económico-financeiros, assim como representantes das casas militar e civil do senhor Presidente da República, do Conselho da Revolução, do Governo e de diversos partidos políticos, entre os quais do PS, MDP/CDE, FSP, LIC, etc.

Também a CGTP-IN se fez representar nessa conferência por alguns dos membros do seu Secretariado Nacional.

●

JORNADA NACIONAL DO EMIGRANTE

O fenómeno da emigração tem merecido da CGTP a maior atenção e para o qual se tem apontado soluções que procuram, no essencial, corresponder aos anseios dos emigrantes, tendo a CGTP-IN tomado posições bem claras na defesa dos reais interesses destes trabalhadores, nossos camaradas de trabalho e de luta.

Por esse motivo e aproximando-se mais uma época de férias de Verão, o Departamento de Emigração da CGTP-IN tem estado a trabalhar no sentido de que sejam organizadas, nas várias regiões do País, manifestações culturais, recreativas, desportivas e outras nas quais participem directamente os emigrantes portugueses.

A culminar essas manifestações, este Departamento tem estado a organizar, com base na colaboração de todos os trabalhadores de dentro e fora do País, um Encontro Nacional, subordinado ao tema «O Associativismo na Emigração», que terá lugar em 13 de Agosto, sendo o 14 de Agosto considerado o «Dia do Emigrante», com a mais ampla confraternização nas mais diversas regiões do nosso País.

Para o bom êxito destas iniciativas, o Departamento de Emigração da CGTP-IN pede e agradece a colaboração de todos os trabalhadores portugueses, emigrados ou não.

●

EXPOSIÇÃO SOBRE A JUVENTUDE PORTUGUESA BREVEMENTE NA URSS

Continua a despertar grande interesse a fase preparatória da Exposição da Juventude Portuguesa.

Dia a dia, avoluma-se a contribuição — quer de particulares, quer de entidades oficiais e organizações — visando enriquecer uma mostra que estará patente em Moscovo e na República Socialista da Ucrânia durante os meses de Agosto e Setembro.

A luta antifascista, as conquistas do 25 de Abril e rumo ao Socialismo, são alguns dos temas que integrarão uma exposição que se destina a fornecer uma visão, o mais completa possível, da vida dos jovens portugueses, dos seus anseios e aspirações.

Quaisquer documentos escritos ou fotográficos destinados aquele certame deverão ser enviados para o Departamento Juvenil da Associação Portugal-URSS, situada na Rua de S. Caetano, 30, em Lisboa.

●

ADMINISTRAÇÃO DA RTP REJEITA CONCILIAÇÃO

A tentativa de conciliação no processo movido à Rádio Televisão Portuguesa por 22 trabalhadores daquela empresa pública, promovida pelo Tribunal de Trabalho de Lisboa, foi rejeitada pela Administração daquela estação emissora.

Os trabalhadores despedidos após após o 25 de Novembro, mostravam-se dispostos nesta fase do processo, e por se tratar de um a empresa pública, a renunciar à totalidade dos salários vencidos desde a data do despedimento, se lhes fosse garantida a reintegração nos respectivos postos de trabalho.

Tal intenção, comunicada aliás ao Secretário de Estado da Comunicação Social, manifestava-se apesar das graves dificuldades financeiras em que, na sua quase totalidade, aqueles trabalhadores se encontram, dada a impossibilidade de trabalhar noutro local, em virtude da especialização das suas funções.

Mas, a prepotência da Administração da RTP manifestou-se mais uma vez. Com a recusa da Comissão Administrativa daquela empresa pública em encetar qualquer negociação, frustrou-se a hipótese de conciliação.

●

AUTO RECONSTRUTORA: A LUTA PROSSEGUE

«Estamos conscientes de que a nossa luta é justa e correcta, assim, ela continua e o ex-patrão Abreu cada dia se vai desmascarando com mais força» — afirmam os trabalhadores da Auto-Reconstrutora do Barreiro num comunicado emitido pela respectiva Comissão Unitária de Trabalhadores.

Lembrando as condições em que a ARB foi entregue aos antigos administrados, que a abandonaram num estado deficitário que ameaçava a sobrevivência da empresa, com consequente risco de desemprego, o comunicado refere que dia a dia se verificam novas suspensões de trabalhadores: os suspensos são proibidos de entrar na empresa enquanto pessoas estranhas vão tomando o seu lugar nos postos de trabalho!...

Os trabalhadores da Auto Reconstrutora reafirmam a sua disposição de prosseguirem firmes a luta até que o governo resolva aceitar a entrada em diálogo. Um governo que, conforme acentuam, só consegue fazer cumprir os despachos an-

ticonstitucionais «por intermédio da força, reprimindo os trabalhadores e destruindo o país».

AGRICULTORES DE LISBOA DEFENDEM LEI DO ARRENDAMENTO

Os pequenos e médios agricultores do distrito de Lisboa, reunidos, no passado dia 12 em Sobral de Monte Agraço, deliberaram repudiar os projectos de alteração da lei do arrendamento rural e condenar o MAP «pela sua política abertamente contrária aos interesses dos pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas, em muitos casos mesmo criminosa, ao serviço da CAP, dos grandes agrários e senhorios».

No decorrer do encontro foi referido que «o ministro Barreto e o subsecretário Portas na sua política de ataque à reforma agrária e aos que trabalham a terra, preparam uma proposta de lei que visa liquidar a lei do arrendamento rural».

Reivindicando contratos escritos de arrendamento, recusando a parceria, não aceitando os despedimentos dos rendeiros, os participantes no encontro convocado pelo Secretariado das Ligas e Associações de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa, exortaram «os deputados da Assembleia da República a defender a Constituição e os interesses dos que trabalham a terra» não aprovando os projectos dos srs. Barreto e Portas e do PPD/PSD.

PONTE DA BARCA: EM MARCHA A CAMPANHA DO TRACTOR

A compra de um tractor é o objectivo de uma campanha de fundos que a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Ponte da Barca recentemente desencadeou.

Neste concelho nortenho; em que a reacção mostrou os seus dentes de crime e ódio, os agricultores que dinamizaram o processo de formação da Liga estão empenhados numa vasta campanha de esclarecimento e mobilização.

Com este trabalho, pretendem motivar todos os seus companheiros a aderirem à Liga, organização essencial para a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

MÁQUINAS PARA OS AGRICULTORES E RENDEIROS DE BRAGA

Com a criação da União dos Agricultores e Rendeiros, os rurais de Braga deram mais um importante passo no caminho da sua organização e da sua unidade.

A União vai agora crescendo lentamente, numa região em que impera o caciquismo e o obscurantismo. Mas é com a certeza de vencer, que vai sendo feito um esforço de mobilização dos agricultores e rendeiros para a realidade dos seus problemas e para a defesa dos seus interesses.

Para além de outras formas de apoio, a União dos Sindicatos de Braga lançou uma campanha de solidariedade para com a União dos Agricultores e Rendeiros, estando a proceder a uma recolha de fundos à compra de máquinas. Sim, que a maquinaria é cara, e os trabalhadores do norte de Portugal para quem o 25 de Abril tanda em chegar não têm possibilidades económicas de a comprar.

Torna-se portanto necessário que todos nós, trabalhadores do campo ou da cidade, saibamos compreender a urgência do seu apelo e, com a coragem e generosidade de que sempre demos provas, apoiemos de uma forma actuante e concreta a luta dos rurais do Norte.

AOS NOSSOS AMIGOS E LEITORES

Por lamentável percalço técnico, este número de «Alavanca» sai com algumas deficiências de acabamento, especialmente no que se refere às páginas 28 e 29 onde o fundo de cor não apareceu. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.

alavanca CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES — INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSE ERNESTO CARTAXO

LEIA NESTE NUMERO:

Editorial 8

«As manifestações do 22 de Junho que neste momento decorrem por todo o País constituem um sério aviso» 10

Reunião do Conselho Geral da CGTP-IN 14

Os trabalhadores e a recuperação económica 15

Quem defende a economia nacional? 16

Comemorada a nacionalização da Rodoviária Nacional 18

Emigração — Considerações sobre o Acordo Luso-Francês 20

Mulher 21

Sobreviventes do Tarrafal continuam a luta 26

Acusações alentejanas a duas vozes 28

Contratação colectiva: o ponto da situação 30

Nova cultura e luta de classes (3) 32

Página internacional 34

Férias portuguesas, pois claro! 39

As multinacionais e a informação estatizada 41

Um conto inédito de A. VICENTE CAMPINAS • Poema de ARMINDO RODRIGUES • Desporto • Rádio • Noticiário • Tempos livres • Turismo para trabalhadores • Etc.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º, LISBOA
COMPOSTO E IMPRESSO NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
DISTRIBUIÇÃO: CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

editorial

De

A ofensiva reaccionária do capital interno e internacional contra a principais conquistas da Revolução tem conduzido à degradação constante e progressiva das condições de vida dos trabalhadores, e a política seguida pelo Governo traduz-se por uma cedência progressiva às pressões dessas forças. Tal política tem provocado o aumento constante do custo de vida, o congelamento dos salários, a alta dos preços, o aumento dos despedimentos e do desemprego, os ataques à Reforma Agrária, a entrega das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, o aumento da repressão sobre os atrabalhadores, a intenção de entregar milhões de contos de indemnizações aos agrários e grandes capitalistas.

De há muito que o Movimento Sindical tem vindo a alertar os orgãos do poder para a gravidade desta situação. Fê-lo logo após o Congresso de Todos os Sindicatos e posteriormente nas comemorações do 1.º de Maio, onde de Norte a Sul do país, mais de 1 milhão de trabalhadores se manifestou inequivocamente contra esta política antioperária e antipopular e demonstrou claramente a sua firme disposição de, através do diálogo, se encontrarem as soluções mais ajustadas para os problemas concretos apresentados pelos trabalhadores.

Contudo o Governo continuou fazendo orelhas moucas ao pedido de entrevista feito pelo Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores-Intersindical Nacional logo após a realização do Congresso de Todos os Sindicatos (mais concretamente no dia 11 de Fevereiro), e continuou com a sua política de recuperação capitalista agravando cada vez mais as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e do povo em geral.

Analisando esta situação, o Conselho Geral da CGTP-IN reunido em 24 de Maio decidiu convocar manifestações de rua a nível nacional com vista à defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e protestar contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento da contratação colectiva, contra o desemprego

pés fincados na terra

e os despedimentos, contra a entrega das empresas ao patronato sabotador e contra os ataques à Reforma Agrária.

Só depois desta resolução e passados 102 dias, é que o senhor Primeiro-Ministro informa telefonicamente o Secretariado da CGTP-IN de que estaria disposto a recebê-lo, o que veio a fazer no dia 26 de Maio.

Apesar do realismo das propostas apresentadas pelo Secretariado da CGTP-IN, reconhecido pelo senhor Primeiro Ministro na sua comunicação ao país em 7-6-77, ao referir que os trabalhadores haviam demonstrado «grande capacidade de diálogo» e que não «pediam a lua», após 6 reuniões havidas entre o Secretariado da CGTP-IN e o Governo, nada de concreto houve que visasse a resolução dos problemas com os trabalhadores, tendo, pelo contrário, o Governo persistido em manter a sua política de entrega das empresas intervencionadas (caso Iberol-Copaz e Maiombe); de entrega de reservas ilegais na zona da Reforma Agrária, utilizando a força repressiva contra os trabalhadores e se mantinha inalterável a sua política de contratação colectiva.

Face a esta atitude, facilmente se conclui que o atraso do Governo em corresponder às solicitações ao diálogo, a coincidência de ter respondido após a marcação das manifestações pelo Conselho Geral da CGTP-IN, a falta de resposta, até hoje, aos problemas concretos levantados pelos trabalhadores, o propósito de condicionar à discussão sobre esses problemas a desmobilização das manifestações do dia 22 sem quaisquer garantias, demonstram claramente que o início do diálogo pelo Governo visava tão-somente desmobilizar o justo descontentamento dos trabalhadores no sentido de, tacticamente, obstar à pressão que estava a ser movida pelos partidos e organizações do patronato reaccionário.

O Governo procurou utilizar o diálogo com a CGTP-IN não para concertar uma política com os trabalhadores, mas, antes, para conseguir uma cobertura para as acções que mereciam, desde há muito, a reprovação generalizada dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

Todavia, apesar das manobras provocatórias e divisionistas que visavam a desmobilização dos trabalhadores, estes vieram à rua às centenas de milhares, participando activamente nas manifestações que decorreram em todo o País, promovidas pela CGTP-IN

Os trabalhadores de Norte a Sul do País responsabilizaram o Governo pelas consequências da suspensão do diálogo e afirmavam que não é caluniando-os e à sua Central Única que os problemas relativos à recuperação económica e à consolidação da democracia se poderão resolver.

Os trabalhadores exigiram do Governo uma alteração profunda na sua política que vise a satisfação consequente e progressiva das questões contidas no Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Portugueses aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Os trabalhadores mostraram ao Governo que este não tem outra solução democrática que não seja aquela que foi manifestada por eles de Norte a Sul do País.

Os trabalhadores, por intermédio da sua Central Sindical, reafirmaram que continuam abertos a discutir com o Governo e outros orgãos do poder, todas as questões que dizem respeito à defesa dos interesses dos trabalhadores, à consolidação da Democracia e à recuperação económica do País, dentro da perspectiva do diálogo. Desde que assumido com honestidade de propósitos, ele é um meio válido para atingir esses objectivos. Contudo, o Movimento Sindical não aceitará o diálogo pelo diálogo, o diálogo como passatempo, o diálogo para adiar as questões.

As manifestações do dia 22 de Junho constituiram um sério aviso ao patronato reaccionário, a outras forças de direita, ao imperialismo e às suas organizações de classe, CIP e CAP, de que os trabalhadores portugueses não estão dispostos a ver continuar agravar-se as suas condições de vida, os ataques às liberdades democráticas e a condução duma política de subversão ao projecto socialista consagrado na Constituição da República.

22 de Junho de 1977:

"As manifestações que neste momento decorrem por todo o País constituem um sério aviso"

Embora já com o presente número de «Alavanca» pronto para impressão, procuraremos dar aos trabalhadores portugueses que nos lerem, uma ideia do que foi, por todo o País, a grande jornada de luta promovida pela CGTP-IN, no dia 22 de Junho.

Os números incompletos de que dispomos indicam-nos os seguintes valores de presenças: Em S. João da Madeira, 8000 pessoas (a maior manifestação de sempre); em Beja, Moura, Castro Verde e Odemira, 50.000 pessoas; em Braga, 7/8000 pessoas (maior que o 1.º de Maio); em Guimarães, 12.000 pessoas; em Barcelos, 1000 pessoas; na Covilhã, 10.000 pessoas (a maior manifestação de sempre); em Coimbra, 10.000 pessoas; em Évora, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Mora, Borba e Santiago Maior, 40.000 pessoas, tendo a manifestação de Santiago sido a maior de sempre; em Faro, 1500 pessoas; em Portimão 3000 pessoas (a maior de sempre); em Vila Real de Santo António, 1200 pessoas; em Castanheira de Pêra, 1000 pessoas; na Marinha Grande, em manifestação maior que a do 1.º de Maio, 12.000 pessoas; em Portalegre, Avis, Ponte de Sor, Sousel, Alter do Chão, Campo Maior e Elvas, 25.000 pessoas; no Porto, 80.000 pessoas; em Torres Novas, 4000; em Coruche, 8000; em Sines, 10.000 pessoas e a maior manifestação de sempre; em Viana do Castelo, 3500 pessoas; em Vila Real, 500 pessoas.

Em Lisboa, 250.000 manifestantes concorreram para que a grande manifestação-comício se transformasse numa espantosa e gigantesca manifestação de unidade entre os trabalhadores.

Palavras, não chegam para descrever o intenso calor humano que se libertava das gargantas e brotava dos olhos dos homens e das mulheres que — por centenas de milhar — estiveram presentes para defenderem direitos de classe, conquistas da Revolução, a Constituição de que nos orgulhamos, um futuro socialista para a Pátria a que duplamente pertencemos — como portugueses e como trabalhadores. Palavras, não são suficientemente intensas para contarem, a quem não viu, como é grande, como é extensa, como é sereno e confiante este caudal humano consciente que flui — como um rio — no sentido da consolidação das conquistas que alcançou e mereceu, nas vias de uma democracia que busca e que deseja, política, económica, sem classes, nacional.

De nada servirá ao actual governo tentar falsear a realidade com pequenas habilidades de malabarista. A terra será dos que a trabalham, o produto de quem cria e mais tarde ou mais cedo — bem mais cedo do que tarde! — a Constituição da República terá aplicação integral sem sofismas, sem «leituras» oportunistas que a desvirtuam e a colocam sob as botifarras dos agrários, dos capitães da indústria e dos agiotas e especuladores de todos os matizes.

Quem presenciou o desfi-

lar daquela imensa mole humana, do Marquês de Pombal ao Terreiro do Paço, e viu, ao longo daqueles três quilómetros, as lágrimas de emoção, a indignação sincera, a simples e pura alegria de cada trabalhador por desfilar, ali, lado a lado com os seus irmãos de luta — combatentes do mesmo combate, construtores de uma sociedade nova — ficou certo de como é frágil a força aparente de quantos pretendem enganar os trabalhadores acenando-lhes com valores que lhes são tão queridos — como são os de «socialismo» e de «liberdade» — mas praticando a política exigida pelos interesses dos grandes capitalistas da terra e da indústria, da servidão ao estrangeiro, da traição ao ideário socialista.

Da mentira ao suicídio vai um passo no abismo. Desencadear as forças repressivas contra os trabalhadores desembocará no regresso ao fascismo. Dar mais força à direita será o mesmo que apertar o laço em torno do pescoço de quanto dirigente socialista julga poder fazer, de momento, o jogo das escondidas com os inimigos mortais das classes trabalhadoras: nenhum aprendiz de feiticeiro regressou dessa brincadeira fatal.

Tentar iludir os que trabalham e têm atrás de si um tão longo rasto de sofrimento, de miséria e de repressão dolorosamente sofrida, é tentativa inútil votada à derrota e à vergonha.

Organizados e dedicidos, os trabalhadores portugueses caminham para a vitória. Ao contrário do que pensam os seus inimigos é a sua clientela de estrategos pagos a peso de ouro, os trabalhadores portugueses sabem reflectir os seus êxitos e as suas derrotas, de forma a que o passo seguinte seja mais seguro e dado no sentido mais correcto.

Nenhuma força poderá detê-los e inverter o sentido da História. Nada os fará vergar. Ninguém os enganará.

«Barreto e Gonelha para a rua!...»

Às 18 horas do dia 22, havia já um mar de gente no Marquês de Pombal, no Parque, nas ruas e largos onde cada sindicato, cada união ou federação, cada comissão de moradores tinha marcado encontro. Dezenas e dezenas de bandeiras nacionais e das associações de classe, centenas de panos onde inscrições reclamavam contra o aumento do custo de vida, contra a política governamental de recuperação capitalista, contra os ataques à Reforma Agrária, contra todas as manobras a que o Governo socialista actual tem servido de capa.

Depois, cerca das 19 horas, organizou-se o cortejo, com vinte metros de frente e uma extensão que nos é impossível precisar. Basta dizer-se que — a passo normal e sem paragens — o conjunto dos manifestantes necessitou de cerca de duas horas para percorrer a distância que separa a Praça Marquês de Pombal do Terreiro do Paço. Esta torrente humana veio a encher completamente a maior praça de Lisboa que se julga poder comportar cerca de 250.000 pessoas.

À frente do cortejo, logo após os cordões da segurança, seguiam elementos do Secretariado da CGT-IN. Depois, vinha a enorme multidão de trabalhadores, ombro a ombro, firmes e decididos a defenderem as grandes conquistas da Revolução de Abril: os metalúrgicos, os homens da «Carris», os rodoviários, os ferroviários, os escritores e os actores, os jornalistas, os tipógrafos, os trabalhadores da Gulbenkian, da Maiombe, das dezenas de empresas desintervencionadas, os operários da construção civil, dos têxteis, dos petróleos, da petroquímica, os empregados na banca, na Câmara, os enfermeiros, os farmacêuticos, soldados pacíficos mas firmes de um exército que engrossa sem cessar.

De toda esta imensa mancha, colorida e vibrante, erguem-se continuamente as palavras de ordem propostas pela Comissão Organizadora pela defesa das conquistas dos trabalhadores, pela aplicação intransigente da Constituição, contra a política de cedências à direita, pela efectiva independência nacional.

De entre essas palavras de ordem, uma houve que os trabalhadores imediatamente preferiram e completaram. O «slogan» — A luta continua/Barreto e Gonelha para a rua — foi gritado milhares de vezes pelos manifestantes, traduzindo a funda repulsa dos trabalhadores pela política desses governantes e dos seus principais agentes. No dia 22, milhares de gargantas atroaram as ruas de Lisboa com a legítima exigência de um povo que não quer ser governado por homens como Barreto e Gonelha. Um Governo que se pretende socialista não pode incluir agentes do grande capital.

À esquina da Rua do Ouro, medimos o tempo que decorreu entre a passagem da cabeça do cortejo e as últimas filas de manifestantes. Duas horas e vinte minutos de um desfilar ininterrupto de filas cerradas de homens, de mulheres — algumas delas com os filhos pequenos ao colo — de jovens estudantes e trabalhadores.

Mensagem dos «Reformados»

Firmes nos seus postos de combate, os trabalhadores reformados constituíam uma das mais numerosas delegações. Homens e mulheres já idosos ou prematuramente gastos pela exploração sem limites dos patrões capitalistas fizeram, digna e entusiasticamente, o longo e fatigante percurso. Panos e cartazes assinalavam objectivos a atingir por esse sector de trabalhadores, registavam as suas lutas e identificavam-nas com as dos camaradas mais jovens ou mais saudáveis. É de um trabalhador reformado a seguinte saudação:

«Os Reformados estão com os trabalhadores no activo, na sua justa luta pela defesa dos seus postos de trabalho, essenciais ao aumento de produção deste País.

«Os trabalhadores no activo são o sustento da população. É justo, pois, que estejamos a seu lado, na defesa da Reforma Agrária, das Nacionalizações, do Controlo Operário, conquistas alcançadas pelos trabalhadores após 25 de Abril de 1974.

«Os trabalhadores reformados estão ao lado das forças políticas progressistas que, sempre, têm apoiado a sua luta e afirmam o seu propósito de combaterem os que jogam na direita para atingirem finalidades contrárias à justa causa dos que trabalham.

«Continuaremos a combater, corajosamente, pela defesa de milhão e meio de trabalhadores portugueses reformados, para que não morram de fome e continuem a ser úteis numa sociedade mais justa, rumo ao Socialismo». — **Manuel Rodrigues,** trabalhador reformado.

A organização do desfile foi impecável, como é próprio dos trabalhadores. Os cordões da segurança mobilizaram milhares de camaradas mas não tiveram uma falha. Se alguém pensou em actos de provocação, de certeza desistiu ao ver a massa imponente dos manifestantes e as filas bem ordenadas que flanqueavam o cortejo, de mão dada, sem deixar em aberto um espaço, sequer. Já no Terreiro do Paço, o desfile fazia-se em dois sentidos — norte e sul — de modo a que o local se fosse, gradualmente, preenchendo.

Das intervenções dessa noite, salientaremos passagens daquela que esteve a cargo do camarada Manuel Carvalho da Silva, da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN.

«Não aceitaremos o diálogo pelo diálogo...»

Em nome do Secretariado da Confederação, Manuel da Silva começou por saudar os milhares de trabalhadores que activamente participaram, em todo o País, em manifestações de rua assinalando a grande jornada de luta convocada pela CGTP-IN.

«As manifestações que, neste momento, decorrem por todo o País» — afirmou — « constituem um sério aviso ao patronato reaccionário, outras forças da direita, ao imperialismo, às suas organizações de classe CIP e CAP, no sentido de que os trabalhadores portugueses não estão dispostos a ver continuar a agravar-se as suas condições de vida, a ver prosseguirem os ataques às liberdades democráticas e a presenciarem a condução de uma prática política de subversão ao projecto socialista consagrado na Constituição.

«A ofensiva reaccionária e capitalista tem conduzido à degradação constante e progressiva das condições de vida dos trabalhadores. A política seguida pelo Governo, traduz-se por uma cedência progressiva às pressões dessas forças».

O balanço das actividades deste Governo traduz-se, para os trabalhadores, no agravamento constante do custo de vida, no congelamento dos salários, no aumento dos despedimentos e da repressão, nos ataques à Reforma Agrária, na entrega das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, na intenção expressa de indemnizar com milhões de contos os agrários e os capitalistas que a Revolução, justamente, desapossou.

Os efeitos de tal política de subordinação à direita conduziriam, no decurso deste ano, à perda total dos benefícios alcançados pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Promoveriam a formação de novas fortunas pessoais das camadas parasitárias. Entregariam o País à agiotagem estrangeira. Se não for travada, a política do actual Governo arrastará a liquidação da Revolução de Abril e a perda da independência nacional.

«Tal como hoje a recuperação capitalista se faz atacando os direitos e garantias consagradas na Constituição — de que são alguns exemplos concretos a repressão violenta contra os trabalhadores, os despedimentos sem justa causa, as ingerências nas associações sindicais e estudantis e a prisão de um antifascista, durante vinte meses, sem culpa formada — assim, também, a possibilidade de amanhã continuarmos a praticar as liberdades constitucionais está dependente da defesa e consolidação do sector nacionalizado e da Reforma Agrária.»

Quem procurou o diálogo

«Nacionalizações» e «Reforma Agrária» são pontos sensíveis e muito queridos de todos os trabalhadores portugueses com consciência de classe. Também aqui se percebe não ser suficiente despedir o Gonelha das desintervenções ou o Barreto e o Portas da devolução ao latifúndio. O que

os trabalhadores exigem é a modificação total do sentido político principal da actuação do Governo socialista, segundo o respeito dos textos constitucionais e os princípios que o próprio «Programa» do Partido Socialista adopta e aponta aos seus militantes. Qualquer diálogo a travar entre os trabalhadores e o Poder, na sua actual composição, terá de partir da aceitação integral dos princípios que a Constituição consagra: representatividade dos trabalhadores, Reforma Agrária, Controlo Operário, Nacionalizações, — política geral em favor das classes trabalhadoras, do sector nacionalizado, na construção de uma sociedade nova, rumo ao Socialismo.

«O Movimento Sindical procurou insistentemente o diálogo com o Governo, com vista a conseguir-se plataformas de acordo que permitissem resolver os mais graves problemas.

«É preciso que se diga que o pedido de diálogo foi feito pela CGTP-IN e não pelo Governo. Iniciou-se em 26 de Maio, 102 dias após o primeiro pedido, feito em 11 de Fevereiro.

«Importa que se diga que a convocação das manifestações foi feita antes do início do diálogo e que este, após seis reuniões, nada trouxe de concreto à resolução dos problemas dos trabalhadores.»

Seria arriscado tentar fazer, nestas colunas, o registo geral das empresas devolvidas aos patrões sabotadores e das «reservas» entregues por Barreto aos agrários absentistas, durante o período do chamado «diálogo» com o Governo. Seria arriscarmo-nos a cometer injustiças por omissão, tantas são as cedências criminosas subscritas pelo Governo em exercício.

No entanto, e ao sabor da memória, apontamos os casos da Maiombe, da Auto-Reconstrutora do Barreiro, de Mora, de Montargil, da UCP «Margem Esquerda», em Serpa. Isto, para não citarmos as manobras em que o Governo se envolveu a nível da gestão da banca nacionalizada.

A CGTP-IN responsabiliza o Governo

«Quando, no decurso desse mesmo diálogo, se entregam empresas ao patronato sabotador» — acrescentaria Manuel da Silva — «e se agridem trabalhadores e a população indefesa, estar-se-á a resolver os problemas do País e a construir a Democracia?»

«É conveniente afirmar claramente que o diálogo entre a CGTP-IN e o Governo não é um favor do Governo, a menos que este não reconheça que o 25 de Abril se fez para os trabalhadores e não para os latifundiários e capitalistas, se esqueça dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição, e não veja a necessidade de encontrar, com eles, a resolução dos graves problemas que os afectam.

«A CGTP-IN responsabiliza o Governo pela suspensão do diálogo e afirma que não é caluniando os trabalhadores e a sua Central única que os problemas relativos à recuperação económica e à consolidação da Democracia se poderão resolver.»

A situação coloca-se em termos concretos. Força revolucionária, capacidade de sacrifício, honestidade de intenções, propósito de consolidação da Democracia e das instituições constitucionais por parte dos trabalhadores.

Regresso ao passado, reinstalação da ditadura fascista, devolução da propriedade dos meios de produção às famigeradas «600 famílias» (seriam, agora, ainda menos!), eis os objectivos íntimos da CP, da CAP, de todas as forças reaccionárias.

Ambiguidade, predomínio de cedências à direita, desprezo pela Constituição, ausência do sentido de independência nacional, oculto desejo de liquidar ou de controlar o processo revolucionário, política feita à base de acordos secretos e de entendimentos de ocasião, eis factores que, desgraçadamente, caracterizam a política do Governo que temos, mas não merecemos.

Ao Governo socialista dizemos que é altura de arrepiar caminho e reencontrar a vocação inicial das transformações rumo a uma sociedade sem classes. Tempo de reflectir na poderosa força social que são os trabalhadores organizados e conscientes. Tempo de relembrar o antifascismo de alguns dos seus elementos. Tempo de reavivar ideais. Tempo de encarar de frente o futuro, a História, a Pátria, os trabalhadores e o Projecto Socialista.

«Temos a consciência da inquietação das massas laboriosas; temos a consciência das dificuldades; mas temos, também, a consciência de que é possível avançar na construção da Sociedade sem exploradores nem explorados que a Constituição aponta.»

JORGE MESSIAS

Conselho Geral da CGTP-IN

Em sessão extraordinária reuniu-se no passado dia 14 de Junho o Conselho Geral da CGTP-IN.

No decorrer desta reunião o Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional fez uma exposição sobre a forma como têm vindo a decorrer os contactos com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo.

Das conclusões desta sessão interessa aqui destacar a que refere que a CGTP-IN apenas através da resolução dos problemas concretos que afectam os trabalhadores — enumerados no Caderno Reivindicativo aprovado no decorrer do Congresso — poderá concluir se o Governo está aberto ao diálogo. Um diálogo que signifique o início de uma viragem na política governamental no sentido de, com os trabalhadores e as suas organizações, resolver a crise económica na perspectiva do socialismo que a Constituição da República aponta, e não seja um mero expediente táctico que vise a ultrapassagem das dificuldades que ao Governo estão a ser criadas pelas pressões e chantagens das organizações políticas e de classe do patronato reaccionário.

Se o Governo estiver efectivamente interessado na reconstrução económica do País terá de imediato de tomar medidas no sentido de suspender a devolução de empresas intervencionadas ao patronato sabotador, de suspender as desocupações e os ataques à reforma agrária. Terá de executar as acções concretas necessárias e urgentes tendentes à defesa e aplicação dos direitos e conquistas dos trabalhadores consagradas na Constituição, nomeadamente, direito de exercício e actividade sindical nas empresas, fim dos despedimentos sem justa causa e direito ao trabalho, liberdade de sindical, direito à greve, direito de antena, gestão democrática da Previdência e do INATEL, direito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho e fim das ingerências do Estado no Movimento Sindical.

CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O Conselho Geral da CGTP-IN considerou que o problema da congelação da contratação colectiva é aquele que de imediato mais afecta os trabalhadores na medida em que os impede de se defenderem do escandaloso aumento do custo de vida. Por isso exigiu a revogação do decreto dos 15 por cento e o estabelecimento da liberdade contractual nos termos reconhecidos pela Constituição e pela OIT.

No entanto, e como o Conselho alertou, os aumentos salariais sem a alteração da actual política económica de recuperação capitalista estão condenados, a curto prazo, a serem novamente absorvidos pelo aumento de preços. Só uma economia assente na planificação democrática e baseada no desenvolvimento das grandes conquistas da revolução (reforma agrária, nacionalizações e controlo operário) é susceptível de criar a riqueza e garantir a sua repartição por forma a permitir uma real melhoria do nível de vida da população.

Sobre a situação das empresas em autogestão e das cooperativas, o Conselho Geral da CGTP-IN, frisou o facto de continuar sem sair legislação adequada à resolução dos graves problemas que estas têm de enfrentar — nomeadamente no que se refere à propriedade e usufruto dos meios de produção — o que lhes impossibilita o desenvolvimento de uma actividade económica normal.

No documento final saído desta reunião extraordinária do Conselho Geral da CGTP-IN é mais uma vez reafirmando que «O Movimento Sindical encararia favoravelmente a concretização de uma política que, respeitando e satisfazendo as aspirações dos trabalhadores permitisse que a sua capacidade de mobilização e de combatividade fosse orientada essencialmente para o reforço da recuperação económica do país, na perspectiva do socialismo, como estabelece a Constituição da República».

Os trabalhadores e a recuperação económica

UMA alternativa económica para a actual situação de crise provocada pelo grande capital internacional, pelas sequelas do fascismo e pela ruinosa política económica do VI Governo Provisório e do actual Governo é indissociável das circunstâncias objectivas actuais de carácter político.

Assim, e tendo em consideração as actuais (e não recentes, embora sob novas formas) investidas do capitalismo em recuperação, dos grandes agrários contra a Reforma Agrária, do grande capital internacional e das forças do passado contra todas as grandes conquistas das classes trabalhadoras e do movimento popular, uma alternativa económica terá, de partir de condições para manutenção e dinâmica própria do sector público e nacionalizado da economia, para a defesa e consolidação da Reforma Agrária, para o exercício do controlo operário da produção em todos os sectores da economia, em especial no nacionalizado, nas empresas sob gestão dos trabalhadores e nas empresas intervencionadas, para o desenvolvimento e consolidação da organização independente de classe dos trabalhadores portugueses.

Este último factor poderá ter um papel determinante na criação de condições que permitam o cumprimento da constituição e a salvaguarda das conquistas de Abril.

De facto, é condição essencial para que a contra-revolução liderada pelo imperialismo não triunfe entre nós, que às classes trabalhadoras e às suas organizações e associações de classe sejam reconhecidas e garantidas as liberdades democráticas conquistadas em Abril de 1974, com o derrube do fascismo, e institucionalizadas pela Constituição da República. Sem o preenchimento desta condição — que o movimento operário e popular terá de pressionar para que se possa concretizar, e de que é factor determinante a unidade das classes trabalhadoras e das suas organizações de classe — os partidos e as organizações de classe do grande patronato e da reacção verão facilitado o caminho para a recuperação capitalista e agrária que a todo o custo e recorrendo a todos os meios não têm cessado de prosseguir.

É assim fundamental que sejam postas a funcionar, quer as estruturas democráticas da planificação económica, previstas pela Constituição, quer as medidas de reestruturação do sector nacionalizado e de apoio financeiro e técnico à Reforma Agrária que o Governo e a banca têm sistemáticaecriminosamente adiado. Em todos estes casos nada pode ser realizado no sentido de uma verdadeira recuperação económica, sem sujeição ao imperialismo e ao grande capital da Europa dos monopólios, desjwnque tal recuperação seja levada a cabo sem a participação organizada das classes trabalhadoras, como a Constituição impõe.

Sucedendo o contrário, estará a abrir-se ainda mais o caminho a uma recuperação capitalista contrária aos interesses imediatos dos trabalhadores, já que levada a cabo contra as suas conquistas, nomeadamente económicas, o que é incompatível com o regime democrático a caminho do socialismo expressamente consagrado na Constituição.

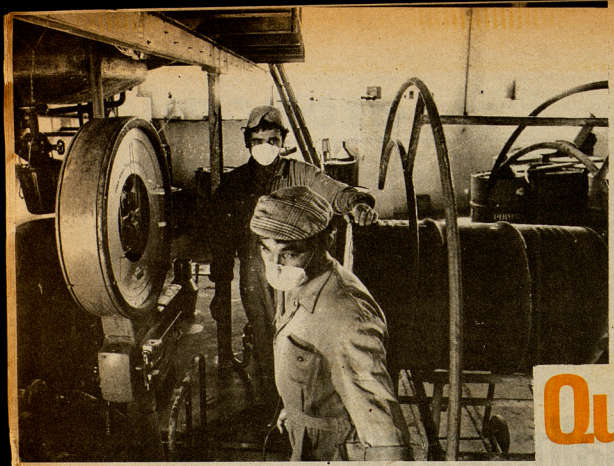
É que o socialismo não pode ser constituído sem o consenso activo e determinante das classes trabalhadoras. Pelo contrário é da natureza do Estado capitalista, que a Constituição não acolhe e o povo português repetidas vezes tem repudiado, usar as classes trabalhadoreas, procurando confundi-las com a demagogia e as falsas promessas da «liberdade» para melhor as dominar e submeter ao seu jugo explorador.

Assim, a política de conciliação de classes com interesses antagónicos, prosseguida pelo Governo, estando aparentemente a tentar encontrar «o justo ponto de equilíbrio» entre aqueles interesses, está de facto a preparar a reinstauração de um regime capitalista que as conquistas populares consignadas na Constituição de modo algum implicam, antes completamente excluem.

Que a iniciativa privada deve ter um papel a jogar no quadro das instituições democráticas, é verdade. Agora que ela seja exercida segundo uma lógica capitalista, desinserida do contexto constitucional, designadamente da planificação antimonopolista, é dar livre curso ao imperialismo e à reinstauração do capitalismo monopolista, com os seus pressupostos políticos de cerceamento das liberdades democráticas. E a experiênciahistóricaclaramente aponta para que, onde o fraco desenvolvimento das forças produtivas ou a sua estrutura dependente do imperialismo, ou ambos os factores conjugados, não são enfrentados com base no esforço popular, na capacidade criadora das classes trabalhaderes em aliança com o poder político democrático e com as classes sociais antimonopolistas e anti-imperialistas, a actividade económica caminha rapidamente para o capitalismo sob as suas formas mais monstruosas.

É esse poder político antidemocrático, que o derrube do fascismo tornou possível liquidar em Portugal, que o desrespeito da letra e do espírito da Constituição, por acção ou omissão, quanto às grandes conquistas populares, poderá vir a instaurar. Não são os empréstimos em condições ruinosas — já que sujeitos a condições políticas e conómicas que implicam uma dependência aberta do imperialismo e que, entre outras, têm a consequência de colocar nas mãos do imperialismo a política de emprego, originando despedimentos que aguentem o «exército de reserva» para a exploração de que o capitalismo necessita para sobreviver — que podem fazer vencer a crise económica. Não é uma política financeira de crescente endividamento externo, com relações económicas externas cada vez mais agravadas, que pode permitir uma crescente independência nacional e uma estabilidade do pode de compra das classes trabalhadoras. Não é uma política laboral de cedência perante as exigências da CIP, nem uma política agrária subserviente perante as reivindicações da CAP, nem uma política de crédito que permita uma nova acumulação de lucro privado que prepare o regresso dos monopolistas que constituiram o sustentáculo económico do fascismo, que permitirá concretizar o direito ao salário e ao trabalho que a Constituição consagra, nem atingir o objectivo socialista por ela expressamente previsto.

Só uma política económica que respeite os interesses e a vontade dos trabalhadores, respeitando a Constituição; uma política baseada no controlo estatal e dos trabalhadores sobre o investimento privado designadamente estrangeiro, uma política que incremente, em vez de dificultar, os sectores público e cooperativo, as empresas sob gestão operária e as UCP, facilitando-lhes meios técnicos e financeiros, sem hostilizar, nem ameaçar, nem provocar o proletariado rural alentejano que realizou consolidou a Reforma Agrária, e justamente reclama que ela seja defendida; uma política económica externa aberta a novos mercados, designdamente dos países socialistas e dos países do chamado Terceiro Mundo; uma política de gestão do sector nacionalizado em que, intervindo os trabalhadores, sejam possível reestruturar o conjunto da economia partindo da reestruturação daquele sector; só uma política assim orientada poderá permitir um poder político democrático estável, que abra o caminho ao aprofundamento das conquistas populares no sentido do socialismo.



Empresas

Uma empresa alcança um nível de dívidas próximo de 19 mil contos. Os salários deixam de ser pagos. O 13.º mês não é liquidado. Não existe dinheiro para comprar as matérias-primas necessárias ao completamento dos produtos aí fabricados. A laboração fica paralisada e a sobrevivência da empresa ameaçada.

Quem defende a

A SOPEPOR, Sociedade Comercial de Pesticidas Portugueses, é uma empresa que se dedica à formulação e comercialização de pesticidas e fungicidas.

Nela trabalham actualmente 39 trabalhadores, 26 dos quais nas instalações fabris em Almeirim e os restantes permanecendo ligados ao sector de comercialização localizado em Lisboa.

Nascida na sequência da falência de uma outra empresa, a EMAL, a SOPEPOR foi sempre — ao longo dos 14 anos e meio de existência, uma empresa tecnicamente falida, que apenas foi sobrevivendo à custa de balões de oxigénio, recorrendo sistematicamente ao crédito e agravando a sua situação de endividamento.

A situação económica da empresa foi-se degradando ao longo de anos e anos de gestão ruinosa por parte da antiga entidade patronal.

Nos finais de 1974 as dívidas ultrapassavam os 13 mil contos e, acrescidas dos respectivos juros, atingiam valores próximos dos 19 mil contos.

Os trabalhadores encontravam-se acerca de mês e meio sem salários, e Janeiro foi decorrendo sem que houvessem recebido o 13.º mês.

A laboração da fábrica encontrava-se paralisada pois não havia «stock» de matérias-primas que pudessem completar o fabrico dos diversos produtos.

Na eminência do desemprego, e do encerramento da empresa, verificou-se uma tomada de consciência dos trabalhadores. Decidiram-se pela ocupação das instalações e pela entrada em autogestão, o que veio a acontecer a 17 de Janeiro de 1975.

A situação económica da SOPEPOR era de tal modo caótica que a primeira acção de penhora da empresa surgiu daí a quatro dias. Mas a organização dos trabalhadores, no contexto político que o país vivia, evitou que ela se consumasse.

SALDO POSITIVO EM 1976

Após a ocupação, a comissão de trabalhadores da SOPEPOR iniciou uma série de contactos com os Ministérios do Trabalho e da Indústria e Tecnologia. Foram ainda feitas várias tentativas no sentido de definir qual a situação dos 25 por cento do capital da empresa que pertenciam à Federação dos Grémios da Lavoura da Estremadura.

A comissão de trabalhadores nomeou entretanto três dos seus elementos para constituir a comissão de gestão, os quais acabaram por ser devidamente credenciados pelo ministério de tutela.

Iniciou-se então uma fase de árduo trabalho. Altos valores de produção foram alcançados graças ao empenhamento demonstrado pelos trabalhadores, e uma empresa que sempre fora deficitária, acabou por fechar o exercício de 1976 com saldo positivo.

O primeiro passo foi dado. Os trabalhadores souberam assumir as suas responsabilidades, garantindo a manutenção dos seus lugares de trabalho, e defendendo a economia nacional. Mas... e agora? Que futuro os espera e a todos os outros trabalhadores de empresas em autogestão? Qué papel vai representar o Governo no meio de tudo isto? Salvar o capitalismo não será condenar à fome e à miséria milhares de trabalhadores deste País?

Muitas mais perguntas se poderiam aqui colocar. Perguntas que se relacionam essencialmente com a situação de indefinição jurídica que afecta a própria existência das empresas em autogestão. Perguntas que parecem condenadas a ficar indefinidamente sem resposta...

CONSTANTEMENTE SUJEITOS A ACÇÕES DE PENHORA

Estas mesmas questões nos foram colocadas por um dos elementos da comissão de gestão durante uma conversa que mantivemos, nas instalações fabris em Almeirim e em que participaram outros trabalhadores, entre os quais uma delegada sindical:

«Apesar das credenciais passadas pelo Ministério não conseguimos obter os financiamentos necessários uma vez que não somos detentores do capital da emresa e não podemos apresentar os bens desta como garantia bancária.

«Temos conseguido pequenos financiamentos, e apenas de acordo com o movimento da nossa conta bancária.

«Condicionam-nos a obtenção de um novo crédito de importação à liquidação do débito anterior.

«Nunca nos concederam um crédito superior a mil contos. Por exemplo, se precisarmos de importar produtos necessários à laboração da fábrica no valor de 15 mil escudos, somos obrigados a pedir sucessivos empréstimos de mil contos».

Mas este não é o único problema que afecta as empresas em autogestão e talvez nem sequer seja o mais importante. O que maior angústia causa aos trabalhadores que decidiram enveredar pela autogestão e que na maior parte dos casos assumiram o controlo de empresas que os patrões haviam crivado de dívidas — é o facto de se encontrarem sempre na eminência de serem sujeitos a acções de penhora, e verem assim arrolados os bens da empresa e lançados por água a baixo os seus esforços de recuperação económica das mesmas e de salvaguarda dos lugares de trabalho.

A LEGISLAÇÃO NÃO SAI E AS DIFICULDADES ACUMULAM-SE

Com problemas deste tipo a caírem-lhes sobre os ombros todos os dias, os trabalhadores nem sequer possuem personalidade jurídica para nomear um advogado, pois as comissões de gestão — apesar de devidamente credenciadas pelo ministério de tutela — não conseguem obter o reconhecimento notarial na qualidade que tal facto exige.

em autogestão (Sopepor)

Os trabalhadores decidem ocupar a empresa. Optam pela autogestão. Estão dispostos a garantir os seus lugares de trabalho.

A empresa é a SOPEPOR. Ao longo de mais de uma dezena de anos os défices foram-se acumulando. Pela primeira vez, em 1976, o ano é encerrado com saldo positivo.

Mas existem as dívidas contraídas pelo ex-patrão. Dia-a-dia paria a ameaça de uma acção de penhora que leve os bens da empresa.

Os trabalhadores, esses, estão dispostos a lutar contra este estado de coisas e protestam pela indefinição jurídica que permite que tudo isto aconteça.

Em tempo de recuperação capitalista a sua resposta não poderá ser passiva...

a Economia Nacional?

«O futuro desta empresa, como o de tantas outras, depende da legislação que vier a sair sobre a autogestão» — disse-nos o elemento do conselho de gestão da SOPEPOR com quem mantivemos diálogo. E continua:

«Apoiamos o projecto de Decreto-Lei elaborado pelo Secretariado das Empresas em Autogestão e consideramos que o projecto do Governo contém lacunas que, a não serem supridas, deixarão as empresas em grandes dificuldades.

«É lamentável que após todos os projectos se continue a aguardar a saída do decreto e nem sequer tenha sido posta à discussão a lei sobre a autogestão».

A delegada sindical, deixando transparecer na voz a revolta que sente contra uma situação injusta que os trabalhadores por mais de uma vez provaram não merecer, interroga: «O que é que o Governo e a Assembleia da República andam a fazer?»

«Sempre que os trabalhadores são chamados a produzir alcançam níveis de produção elevados. Desde o início deste ano já formulamos aqui 230 toneladas de produto no valor de 12 a 15 mil contos» — afirmou outro dos intervenientes na nossa conversa.

Na realidade, se na SOPEPOR melhores níveis de produção não são alcançados é porque, em virtude da indefinição jurídica da situação da empresa e subsequente dificuldade na obtenção de financiamentos, ela continua a funcionar num esquema semi-sazonal, em que apenas cinco meses por ano são de laboração plena.

Mas a empresa tem possibilidades técnicas e humanas para num futuro próximo produzir muito mais, desde que para isso lhe sejam dadas condições mínimas de acesso ao crédito. Como tantas outras, necessita que o Estado tome decisões no que se refere às dívidas contraídas pelas antigas entidades patronais. Não podem estar sempre na eminência de verem aparecer o oficial de diligências para proceder ao leiloamento dos bens e ao despejo das instalações.

Para que os trabalhadores possam produzir, garantir a manutenção dos seus postos de trabalho, recuperar as empresas e defender a economia nacional, precisam que lhes seja garantido um mínimo de condições de segurança e de continuidade de laboração. Eles têm o direito de exigir uma contrapartida para a coragem e o altruísmo que demonstraram ao avançar no sentido de evitar a derrocada das empresas que os patrões abandonaram depois de as lançar na falência e delapidaram o património público através dos gigantescos empréstimos contraídos à banca, agora nacionalizada.

MULTINACIONAIS CONTROLAM MERCADO DE PESTICIDAS

No caso concreto da SOPEPOR, os trabalhadores até estão da disposição de pagar as dívidas contraídas pelo ex-patrão, desde que para tal lhes seja dado um prazo alargado e lhes sejam facultados os créditos que necessitam para se manter em laboração, melhorar os sistemas de fabrico, e resolver os problemas de aquisição de matérias-primas.

Desde que tal aconteça, aumentarão os níveis de produção, a empresa passará a trabalhar em pelno durante todo o ano e em breve poderá empregar um maior número de trabalhadores.

Centrando-se a sua actividade num sector tão importante para a agricultura nacional como é o da fabricação de pesticidas, os trabalhadores da SOPEPOR não compreendem o alheamento das entidades oficiais perante os problemas com que se debatem. Estão fartos de subir o elevador do Ministério do Trabalho e as escadas dos outros ministérios, sem alcançarem ▶

quaisquer resultados efectivos.

Tal... — chamemos-lhe — desinteresse do Governo, é por demais inquietante quando se sabe que o mercado de pesticidas se encontra em grande parte controlado pelas multinacionais que actuam em Portugal. Para além disso, os preços actualmente em vigor são baseados nos dados que elas combinaram entre si e que o Governo acabou por pôr em prática.

A SOPEPOR, sendo uma empresa totalmente nacional, poderia ter um papel moderador na fixação dos preços dos pesticidas e fungicidas, o que acabaria por reverter a favor, não só da agricultura como do equilíbrio da nossa balança de pagamentos e na defesa da independência nacional.

«Trabalhando exclusivamente para a lavoura, tendo como seus principais clientes os Organismos da Lavoura da zona do Oeste, estando os trabalhadores dispostos a dar todo o seu esforço, sendo 25 por cento do capital da SOPEPOR detidos por um Organismo da Lavoura — actualmente o maior accionista — perguntamos por que razão não se põe isto tudo ao serviço da economia do país?» — Foi outra das interrogações que surgiram no decorrer da nossa conversa.

Perante a indefinição política e jurídica que tem caracterizado a situação das empresas em autogestão, começam veladamente a movimentar-se forças para aproveitando-se da recuperação económica iniciada pelos trabalhadores, se apropriarem da SOPEPOR. Logo que é demonstrado que a empresa pode não ser deficitária, logo que isso acontece, surgem pretendentes à sua compra. Para o conseguir contam mesmo com os bons serviços de três ou quatro «trabalhadores» que, na mira de futuros lugares de chefia, vão tentando exercer uma acção divisionista. Mas não têm tido sucesso. Aqueles que dia-a-dia com o seu esforço criam riqueza, sabem que não é com o regresso dos patrões ou o retorno a formas capitalistas de exploração que verão melhoradas as suas condições de existência.

FURAR O CERCO

Os trabalhadores da SOPEPOR, os trabalhadores deste país, sabem que a recuperação económica das empresas tem de ser feita com eles e nunca contra eles. Por isso manobras deste tipo estão condenadas ao fracasso.

As provocações eles responderão com o reforço da sua organização, dispostos a levar por diante a batalha que iniciaram ao ocupar as instalações da empresa, lutando contra todos os boicotes para furar o cerco que lhes tem vindo a ser montado.

Note-se que, exactamente no dia em que a reportagem do «Alavanca» se deslocou a Almeirim, uma empresa multinacional que actua em Portugal no ramo dos adubos e pesticidas e que nunca havia accionado a anterior administração para o recebimento de débitos, citou os trabalhadores para no prazo de 10 dias liquidarem uma dívida que ronda os 1100 contos. Caso contrário sujeitar-se-ão a uma acção de penhora...

Os trabalhadores da SOPEPOR saberão ultrapassar mais esta dificuldade com a mesma determinação e imaginação com que — apesar de não contarem com um apoio técnico adequado — têm conseguido distinguir-se no campo da formulação de pesticidas. Tal facto tem mesmo levado outras empresas do ramo, e entre elas duas multinacionais, a recorrer à SOPEPOR a fim de que esta proceda à formulação de alguns dos seus produtos.

Mais uma vez os divisionistas agoirentos serão desmascarados e os trabalhadores da SOPEPOR bater-se-ão pela manutenção dos seus lugares de trabalho e pela sobrevivência de uma empresa que poderá vir a representar um papel importante na reestruturação e moralização do ramo dos pesticidas.

«O futuro desta empresa, como o de tantas outras, depende da legislação que vier a sair sobre a autogestão» — afirmam os trabalhadores da Sopepor à reportagem do «Alavanca»

1 ANO DEPOIS:

No mês passado os trabalhadores da Rodoviária Nacional comemoraram o 1.º aniversário da constituição daquela empresa pública.

Um ano passou já desde que — e culminando todo um processo de trabalho e luta — foi publicado o decreto-lei que criou a RN.

Estava-se então a 1 de Junho de 1976 e desde há longos meses que se desenvolvia a luta dos trabalhadores do sector, contra a sabotagem do patronato reaccionário que dia a dia defraudava a economia nacional.

Os proprietários das empresas de transportes nunca se tinham preocupado com o bem-estar público, com o interesse dos utentes, antes se dedicavam à prática de actos lesivos (principalmente) dos interesses das camadas mais desfavorecidas da população, e entravam em acções especulativas de compra de empresas por valores muito superiores ao seu valor real, servindo-se da banca para tecer a teia que cobria todas as suas ilegalidades.

A nacionalização da banca veio apressar a nacionalização dos transportes, impedindo os patrões de se servirem do dinheiro do povo em seu exclusivo proveito.

Sem o recurso aos dinheiros da banca nacionalizada para camuflar os erros de gestão e actos de sabotagem económica, e como as dívidas eram volumosas e as garantias nulas, começaram a aparecer cheques sem cobertura; fornecimentos de combustíveis, e outros deixaram de ser pagos; os pagamentos à Previdência não eram feitos, etc.

Tratando-se de um sector de importância vital na vida da nação, ao Governo não restava outra alternativa que não fosse a nacionalização.

O ESFORÇO DOS TRABALHADORES É SABOTADO PELO GOVERNO

Numa efectiva afirmação de todas as suas potencialidades, os trabalhadores do sector dedicaram-se, a partir de então, à luta pela recuperação das empresas.

Nalguns casos, com o seu dedicado esforço, os trabalhadores conseguiram mesmo reduzir algumas das dívidas e encetar formas de organização tendentes à consecução do desejável equilíbrio económico e à procura de fórmulas que melhor servissem os utentes.

No entanto, e enquanto os trabalhadores estão dispostos a dar o seu contributo válido para a melhoria do serviço de transportes e para um aproveitamento eficaz dos meios humanos e mecânicos disponíveis, o Governo parece apostado em comprometer todo este esforço.

Assim, tarda em definir concretamente uma política de transportes,

Foi comemorada a nacionalização da Rodoviária Nacional

nomeia maus gestores para a R.N., não dá despacho ao estudo de saneamento financeiro há mais de um ano entregue não fixa o capital estatutário, não procede à nacionalização total do sector — o que permitiria o aproveitamento de todos os meios disponíveis — etc. etc.

Ao mesmo tempo que as forças reaccionárias tentam por todos os meios destruir — também no sector da economia — as conquistas do 25 de Abril, o Governo nega-se a tomar as medidas que colocariam a Rodoviária Nacional no lugar que lhe deverá corresponder na sociedade socialista que os trabalhadores estão dispostos a construir.

Nada foi feito em relação aos quase 500 mil contos anuais de encargos resultantes das dívidas de 2 800 000 contos dos ex-patrões, do custo dos passes sociais, etc., etc. Continuam a não ser dadas àquela empresa as condições necessárias à fixação do seu passivo em termos razoáveis e de acordo com o carácter social da sua actividade. Tal situação não só não permite que a R. N. não possa corresponder de imediato às carências do público utente, como ainda coloca os seus trabalhadores numa situação de não ver satisfeitas de imediato as condições contratuais relacionadas com os retroactivos.

TARDAM AS SOLUÇÕES

Uma das perguntas que se poderão fazer, relaciona-se com a ineficácia do Governo na tomada de medidas que se impõem. O que será que tolhe os movimentos daqueles que, afirmando-se socialistas, não conseguem desprender-se de uma complexa malha de interesses onde, em nome da reconstrução nacional, se incentiva a recuperação capitalista e se joga a própria independência do país?

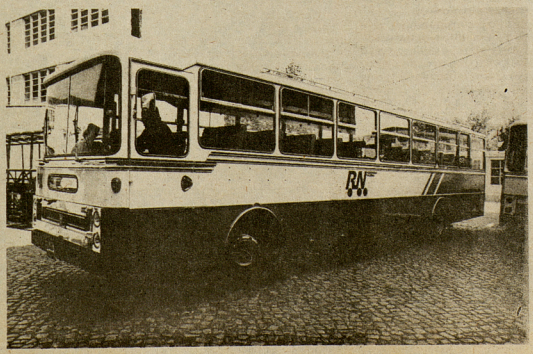
Neste, como noutros casos, os trabalhadores estão dispostos a dar o seu contributo válido para a revitalização do sector, levando a Rodoviária Nacional a ultrapassar as dificuldades herdadas do tempo dos ex-patrões.

Desde Maio de 1976 que o Governo dispõe de um relatório onde são apontadas as medidas que levariam à recuperação económica da empresa, e até este momento nada fez para as levar à prática.

Pelo contrário, desprezando os dados técnicos que lhe foram fornecidos, vai nomeando gestores sem um mínimo de capacidade e provocando agravamento progressivo da situação.

Mas os trabalhadores da R. N. não estão dispostos a suportar passivamente o peso dos erros e das hesitações do poder executivo.

Assim como lutaram pela nacionalização da empresa, estão dispostos a usar todos os meios para conseguir que a Rodoviária seja efectivamente posta ao serviço do povo português, cumprindo assim a função social que presidiu à sua criação.



EMIGRAÇÃO

Considerações sobre o Acordo Luso-Francês

SE se fizesse uma análise detalhada acerca do novo Acordo de Emigração Luso-Francês, assinado em 11 de Janeiro de 1977 sem a mais ligeira intervenção e participação dos trabalhadores interessados, chegar-se-ia facilmente à conclusão de que quase tudo o que nele se diz não passa de... simples desejos. Nele se diz que serão encorajados, que serão estabelecidas condições, que se esforçará, que se permitirá, etc., etc., de conformidade com a legislação em vigor.

Os historiadores sabem que a publicação repetida da mesma lei, do mesmo regulamento, pelas autoridades administrativas só querem expressar, normalmente, que a lei e a regulamentação são letra morta. Porque tudo aquilo que por si mesmo se pratica não tem necessidade de ser dito e, muito menos, de ser constantemente e gratuitamente repetido.

Estas considerações vêm a propósito do acordo acima referido, o qual, a nosso ver, não trouxe nada de novo sobre o fundo e a forma do problema da emigração portuguesa, já noutros documentos expressos. E que ele não passa mais do que um catálogo de desejos e de votos que concretamente nada enriquecem, nem favorecem, os trabalhadores explorados que labutam na emigração, neste caso concreto, os da nacionalidade portuguesa.

No fundo do problema, sobre as enormes deficiências que se constatam nesse tão «glorificado» acordo luso-francês sobre a emigração estão as faltas deliberadas, por interesses dúbios, da parte dos nossos governantes, que não quiseram ouvir, os representantes das Associações dos Portugueses em França, as carências mais prementes que preocupam os nossos patrícios emigrados nesse país. Estudou-se, pelas «altas cabeças» dos nossos ministros e subministros, o que somente é sabido, sentido e sofrido pelos próprios emigrantes. Porque, a nosso ver, não há secretários de Estado, por mais inteligentes que sejam, mesmo que se trate de alguns que tenham vivido no estrangeiro como exilados políticos, que saibam apreciar, ao vivo, as carências reais que qualquer operário, qualquer trabalhador português emigrado, têm. Porque, bem vistas as coisas, o exílio ou a emigração desses senhores estudantes, hoje ministros e subministros, devem ter sido exílio e emigração doirados, comparados com os desses que tiveram, ou ainda têm, de trabalhar no duro, para poderem comer o pão de cada dia.

Estipular um acordo, estudar nos gabinetes suas necessidades e carências que só aos trabalhadores emigrados dizem directamente respeito, sem a participação directa das pessoas mais interessadas nele, através, por exemplo, de associações que sejam bastante representativas dos trabalhadores portugueses, é uma falsa constatação do problema, é uma falha imperdoável, consciente ou não, dos nossos governantes, que é necessário, que é imprescindível corrigir.

É por essa razão que os representantes das 28 associações de trabalhadores existentes na região parisiense pretenderam dialogar com o Primeiro-Ministro dr. Mário Soares, quando da sua visita a Paris, em 7 de Março passado. Tendo sido (tão mal!) recebidos, mas não atendidos no desejado diálogo, por essa entidade governamental, sem quaisquer resultados práticos, esses representantes das 28 associações de trabalhadores portugueses resolveram criar um grupo de trabalho preparatório de uma grande assembleia de Associações de Trabalhadores Portugueses em França. Essa assembleia efectuou-se em Maio e dela saiu um Caderno Reivindicativo da Emigração, o qual foi enviado às principais entidades oficiais do nosso país.

VINÍCIO DA COSTA

Caderno reivindicativo

As reivindicações dos trabalhadores emigrados em França, decididas numa ampla assembleia efectuada em Maio do corrente ano na região parisiense, situam-se em redor dos seguintes problemas:

— Escolaridade gratuita das crianças portuguesas em França

— Transporte gratuito dos defuntos para Portugal.

— Isenção de taxas alfandegárias sobre carros dos emigrantes, quando do seu regresso definitivo para Portugal.

— Abolição total da taxa militar sobre os desertores e os refractários, que se recusaram a fazer a guerra colonial e preferiram exilar-se.

— A rediscussão dos novos acordos de emigração entre Portugal e a França, mas com a participação de representantes dos trabalhadores emigrados.

— Reconhecimento oficial das Associações de trabalhadores portugueses em França.

— Pôr de forma mais aberta e humana os Consulados ao serviço dos trabalhadores imigrados e de suas famílias.

Uma delegação do grupo de trabalhadores emigrantes portugueses expulsos da Venezuela, acompanhada por uma delegação da CGTP-IN, foram recebidas, em 24-5 p.p., pelo Secretário de Estado da Emigração, com o qual trataram de assuntos relacionados com a expulsão daqueles trabalhadores. Esta entrevista, solicitada pela CGTP-IN, teve como objectivo dar a conhecer a esse membro do Governo português todo o processo de expulsão da Venezuela dos 46 trabalhadores portugueses, assim como solicitar a intervenção dessa Secretaria de Estado para a resolução dos problemas dos trabalhadores expulsos

Na foto — **Um aspecto da Conferência de Imprensa dada por uma delegação desses trabalhadores emigrados portugueses expulsos da Venezuela**

mulher

Na «ALAVANCA» n.º 2 referimo-nos à necessidade da mulher lutar pela sua emancipação referenciando palavras de Engels que afirma: «A exploração da mulher começou com a passagem de um tipo económico para outro onde existia a propriedade privada».

Margaret Mead considera «que é condição essencial para a sobrevivência da nossa civilização a mulher manter-se na situação de subalternidade que tem vindo a sofrer». Este é um ponto essencial na perpetração do capitalismo, porque quando deixar de haver exploração das mulheres a sociedade terá de ser forçosamente diferente.

É pois fácil de entender que a mulher tem um papel importante a desempenhar na transformação da sociedade e que esta passa pela luta pela sua emancipação. Isto sem perdermos nunca de vista que a emancipação da mulher implica a transformação das relações de produção, e que tal transformação só é possível através da luta comum de todos os trabalhadores e outras camadas da população interessadas na construção de um sociedade nova.

Numa sociedade capitalista, a mulher é oprimida sob quase todos (se não todos) os aspectos: profissional, social, sexual, moral, cultural e económico. Todos estes aspectos estão evidentemente ligados à discriminação de que a mulher é vítima.

No aspecto profissional, ainda hoje as mulheres que têm alguma formação profissional, têm-na para profissões geralmente de «atender», de «servir». São as recepcionistas, as hospedeiras, as secretárias, as educadoras, as assistentes sociais, as enfermeiras, etc.. Nas outras profissões, mesmo em igualdade de circunstâncias, elas são sempre preteridas em favor do homem. Com tais condições de «concorrência», às vezes nem interessa concorrer. A limitação do acesso das mulheres aos postos de trabalho nem sequer pode ser considerada como consequência de uma preparação menos cuidada: a sociedade apoia-se em teorias já ultrapassadas pela realidade, por exemplo no conceito do «chefe da casa» com direito a desempenhar os cargos mais bem remunerados.

Não podemos no entanto esquecer que o acesso à cultura é muito diferente consoante se é homem ou mulher. Numa família com condições económicas fracas, se têm um filho e uma filha, é dada ao rapaz a prioridade de estudar.

Também no seio da família a mulher ocupa um lugar subalterno, e isto porque a família burguesa é um mecanismo de opressão da mulher. O trabalho doméstico está inteiramente a seu cargo e não é considerado como trabalho socialmente útil. O facto de trabalhar fora de casa, se por um lado é factor libertador pois a mulher conquista assim a independência económica, por outro lado torna a sua vida ainda mais difícil, pois tem que coordenar a actividade profissional com o trabalho doméstico.

Só numa sociedade socialista a família se pode transformar, pela colectivização do trabalho doméstico. Esse trabalho é socialmente útil e indispensável e deve, por isso, ser efectuado sem discriminações por todos os membros da sociedade. Colectivizado o trabalho doméstico, a mulher está em situação de igualdade em relação ao homem na vida profissional. É claro que tudo isto passa por uma revolução das mentalidades que demorará algumas gerações, mas o que não podemos é esperar que essa revolução venha antes das medidas concretas e reais que irão favorecer essa mudança.

Acabando com o conceito ideológico e jurídico do chefe de família e com os seus poderes, partilhando o trabalho doméstico e educacional dos filhos, a família deixará de ser um meio de opressão para a mulher.

Outro problema que se levanta é o da educação sexual da mulher, muitas vezes imperfeita e inacabada, e isso poderá ser um factor que a inferiorize. A sexualidade é um factor de repressão da mulher enquanto explorada em vários sentidos por uma sociedade machista. A exploração comercial é uma dessas formas por natureza alienantes: anúncios, filmes, toda uma máquina capitalista é montada para se apropriar da mulher e manobrá-la num determinado sentido. A prostituição, a venda em praça pública do corpo da mulher é uma forma de escravidão que a avilta ainda mais. Só uma mudança radical das estruturas sociais poderá conduzir a uma nova mentalidade e à criação de novos valores que permitam abolir a discriminação existente.

A luta das mulheres pela sua emancipação tem de ser uma luta activa e cerrada contra a burguesia.

Lutando pela igualdade, pela não discriminação, por melhores condições de vida, a mulher vai ao encontro da luta de todos os trabalhadores por uma sociedade melhor, baseada na prática da igualdade, na fraternidade, na justiça social. É assim que, sendo uma luta específica, a luta pela libertação da mulher passa, conjuntamente com o homem, pela luta de ambos pela sua libertação e dignificação. Na fase decadente do estádio capitalista, a mulher tem pois de travar uma dupla luta, porque tem de lutar ao lado do homem pela construção da sociedade socialista, por reivindicações económicas e políticas, e tem de articular com esta uma outra luta, pela sua própria emancipação, a qual só será completa no socialismo.

«...É IMPOSSÍVEL ASSEGURAR A VERDADEIRA LIBERDADE, É IMPOSSÍVEL CONSTRUIR MESMO A DEMOCRACIA, E MUITO MENOS O SOCIALISMO, SEM INICIAR AS MULHERES NA VIDA SOCIAL E POLÍTICA.»

Entre nós

Apesar da indiscutível importância que a mulher teve no desenvolvimento económico, político e social no panorama da vida portuguesa, não podemos esquecer que em termos de estatísticas essa participação é muito menor do que à primeira vista se podeia supor. Além de todas as formas de discriminação a que estão sujeitas, as últimas conclusões que conhecemos não são animadoras: apesar de as mulheres constituirem mais de 50 por cento da população portuguesa, em termos globais elas constituem 25 por cento da população activa, ao passo que a dos homens é de 75 por cento. Impressionante também a percentagem de mulheres domésticas no nosso País: 48,4 por cento da população feminina. Portanto uma esmagadora maioria sujeita ainda a um trabalho de rotina, mas que por outro lado constitui uma gigantesca reserva produtiva no dia em que for libertada e tomar consciência dos seus verdadeiros direitos e da necessidade da sua participação activa na vida social e política do País.

A luta das mulheres não pode deixar de fazer parte da luta dos povos em geral por uma vida melhor.

As mulheres nos sindicatos

As conclusões mais optimistas indicam que as mulheres não excedem 1/4 dos lugares de direcção nos diversos sindicatos (com excepção para as farmacêuticas e da indústria hoteleira em Aveiro).

Oito actividades não têm qualquer participação feminina na direcção dos respectivos sindicatos: Indústria vidreira, Moagens e Massas, Cerâmica, Tapeteiros, Confeitiros, Cortiça, Telefonistas e Matérias Plásticas. O caso das Conservas de Peixe do distrito de Faro e da Têxtil dos distritos do Norte é típico da «sonegação de poder», mesmo quando as mulheres constituem 90 por cento dos trabalhadores.

Na Assembleia Constituinte

O número de nulheres presentes na Constituinte como deputadas pelos círculos do Continente e Ilhas foi muito diminuto — total de 19 — que se traduz numa pertentagem de cerca de 8 por cento, dada a posição das mulheres nas listas de candidatos, na sua maioria relegadas para os últimos lugares.

As mulheres no trabalho

As mulheres casadas constituem apenas 36-7 por cento do total de mulheres activas com profissão. Em 1970, em cada 100 mulheres casadas apenas 14,1 eram activas com profissão, enquanto que a taxa de actividade das solteiras com 15 ou mais anos era de 43,8 por cento, sendo a das viúvas igual a 40,4 por cento e das divorciadas ou separadas judicialmente igual a 43,1 por cento.

É praticada uma grande desigualdade salarial em relação à mulher em diversos sectores da actividade económica, utilizando métodos vários por vezes bastante sofisticados, como sejam: maiores dificuldades na promoção, em relação aos homens; as tarefas mais mal pagas são dadas às mulheres; criação artificial de categorias apenas pelo facto de quem executa determinadas tarefas serem mulheres, pagando-se a essas categorias salários muito mais baixos, etc., tec.

Mulheres de todo o mundo

O problema das horas de trabalho feminino continua a ser objecto de investigação em muitos países. Por exemplo, segundo um inquérito feito na Bélgica por Viola Klein, a mulher que exerce uma prifissão a tempo inteiro, dedica além disso mais 38 horas por semana às tarefas domésticas. Por sua vez, segundo as conclusões a que chegaram em França, Gilbert Lowit e I.Cruesen, a maior parte da vida da mulher é passada no emprego, nos transportes e nas tarefas domésticas, o que reduz a quase nada os seus tempos livres e consequentemente limita as suas preocupações sócio culturais.

A primeira organização feminina austríaca, criada com fins económicos, foi a «Wiener Frauen Erberbverein», sob a direcção de ludra Laubex. Essa associação instalou salas de costura e criou cursos de ensino comercial e profissional para a mulher. Foi igualmente o ponto de partida para as futuras decisões públicas sobre o problema feminino e em 1870, foi solicitada a admissão das mulheres nos institutos de ensino secundário. No entanto, foi necessário que passassem vinte anos sobre esta iniciativa para que as raparigas pudessem frequentar o ensino secundário.

Quando da primeira legislatura, após a Revolução de Agosto de 1945, a Assembleia Nacional Vietnamita incluía 10 mulheres. Ou seja, 2,48 por cento do conjunto da Assembleia. Por ocasião da 5.ª Legislatura, consequência das eleições de Abril de 75, contava já com 137 mulheres, o que representa 32,29 por cento do total de deputados. Actualmente a participação das mulheres nos conselhos provinciais é de 32,6 por cento, nos conselhos populares de distrito e de 38 por cento e de 40 por cento nos conselhos populares municipais.

Segundo a lei civil brasileira, o marido continua a ser o chefe da sociedade conjugal (Art.º 233.º C.C.) e na qualidade de «chefe» exerce certas prorrogativas: ele representa a família nos actos da vida civil, fica o local do domicílio do casal e administra os bens comuns e, quase sempre, os bens particulares da mulher em virtude das disposições do capítulo sobre «regime dos bens» que não foram alteradas pela Lei 4121. A nova redacção do Art.º 233.º tenta

em vão dar um papel mais activo à mulher ao declarar que «o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher». A mulher torna-se portanto «colaboradora» do marido, mas não atinge a igualdade de direitos. É verdade, todavia, que uma grande vitória foi obtida pela mulher através do direito de exercer sem autorização do marido a profissão ou ramo de comércio que desejar. Da mesma forma a lei garante-lhe o direito de despender e administrar os lucros do seu trabalho — que se transformam em «bem privado» — declarando no entanto que ela deverá participar na manutenção do lar proporcionalmente à participação do marido (Art.º 246.º e 277.º).

Na RDA a mãe solteira e o seu filho desfrutam dos mesmos direitoa que a mãe casada e o filho. Essas trabalhadores, que interrompem temporariamente a sua actividade profissional por não poderem deixar o filho numa creche, recebem do Seguro Social um subsídio mensal do mesmo montante que o subsídio por doença.

No Japão, quando uma empresa oferece lugares a raparigas estudantes saídas da universidade, a universidade organiza uma lotaria para decidir quem poderá apresentar-se na empresa, a fim de evitar que se apresentem 5000 candidatas para 5 lugares...

Nos Estados Unidos da América as mulheres tinham muito mais dificuldades do que os homens para obter créditos bancários. Aparentemente os banqueiros têm menos confiança numa mulher que abre uma loja ou que realiza um filme, do que num homem. Contra este género de discriminação foi tomada uma medida eficaz: acaba de ser criado em Nova Iorque um banco de mulheres. O capital de 3 milhões de dólares pertence a 7000 accionistas. A presidente, senhora Madeleine McWhinney, de 53 anos, pretende demonstrar que se deve dar crédito às mulheres.

Retrato de uma directora

A Administração dos Transportes Urbanos de Budapeste dá trabalho a 30 000 pessoas. A directora/administradora da empresa, senhora Istvan Dènes, encarregada igualmente dos assuntos sociais, é uma mulher encantadora e alegre, que exerce o cargo há cerca de um ano. Antes disso já trabalhava na empresa, na qualidade de chefe da secção de contabilidade.

«Para exercer um posto com responsabilidades económicas, é necessário que a pessoa escolhida seja de uma honestidade irrepreensível, que tenha o sentido da justiça e seja impecavelmente correcta sobre todos os pontos de vista. Só depois disso é que se deve verificar se se trata de um homem ou de uma mulher. Aplico este princípio a todos os meus colaboradores, pois só me interessam as suas qualidades profissionais» — diz a senhora Dènes.

Ao referir-se às dificuldades que ainda têm de enfrentar as mulheres que pretendem exercer cargos de responsabilidade, acrescentou que no seu caso pessoal não surgiram grandes problemas, pois desde os 24 anos que os exerce.

«Creio, aliás, que o meu trabalho aqui na empresa não afecta o meu papel de mãe de família. Na minha opinião, acho que por vezes as mulheres são culpadas de serem difícilmente aceites como responsáveis. Aquela que não consegue emancipar-se no lar também o não conseguirá no local de trabalho.»

A senhora Dènes não tem empregada para a ajudar nas tarefas domésticas. É o casal que se encarrega de tudo. O marido, formado em direito e conselheiro jurídico no Ministério da Metalurgia faz as compras e ela a cozinha. Com um pouco de organização conseguem ainda tempo livre para dedicar à leitura e possuem uma bibliteca com mais de 400 volumes.

Istân Dènes nasceu num bairro operário de Budapeste e teve uma infância difícil, pois o pai esteve muitas vezes desempregado. Para ajudar à subsistência da família, a mãe conseguiu um lugar de porteira, o que os obrigou a ir viver para uma cave insalubre.

À força de perseverança, Istân Dènes começou por ser esteno dactilógrafa, continuando no entanto a frequentar o curso nocturno da escola superior de contabilidade. Apenas com 22 anos, foi nomeada chefe de pessoal da fábrica de autocarros de Budapeste.

Pesa sobre os ombros da maioria das mulheres, ditas «frágeis», a obrigação de cumprirem várias tarefas ao mesmo tempo: além da de mãe e de esposa, têm ainda as obrigações profissionais. Para o conseguirem é preciso muita força de vontade e muita resistência. Qualidades de que a mulher já deu provas suficientes, o que põe em causa o mito da fragilidade.

O TRABALHO COMO FORMA DE LUTA

«Estou farta de estar fechada em casa e de ouvir dizer que não tenho o direito de trabalhar. O meu casamento foi uma autêntica catástrofe no que respeita à minha identidade. Não passo de uma flor de lapela do meu marido. O que pretendo é apenas ser uma mãe que trabalha.»

Esta mulher jovem, de 27 anos, casada com um homem com o dobro da sua idade, sente necessidade de exprimir aquilo que sente. Tendo composto uma canção e apesar da oposição do marido, cantou-a durante um jantar de gala e dedicou-a à dona da casa, talvez apenas como forma de protesto contra os preconceitos estabelecidos.

Esta mulher que se sentiu sufocada no simples papel de esposa passiva chama-se Margaret Trudeau.

Seu marido é o primeiro-ministro do Canadá.

Calendário

Junho 30

Uma luta que é de todos

Há pouco tempo, a Associação Anti-Alcoólica levou a efeito uma jornada contra esse flagelo social que é o alcoolismo.

Houve sessões de esclarecimento, conferências de imprensa e uma sessão no Pavilhão dos Desportos, de Lisboa, onde mais de 3.000 crianças se juntaram, também, para pressionarem na luta contra o alcoolismo.

Foi informada a Nação que há para cima de 500.000 alcoólicos em Portugal. Isto equivale a cinco por cento dos portugueses, de ambos os sexos e de todas as idades! Espantoso que um pequeno País como o nosso tenha um tão largo número de pessoas alcoólicas! (Certamente que para este índice de desgraça muito deve ter influído o longo e obscurantista regime de Salazar/Caetano, durante o qual se criou o «slogan» de que «beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses»...)

Infelizmente, no que respeita ao consumo de álcool por cabeça, temos um (des)honroso lugar entre os países que marcham à frente da lista dos que mais álcool consomem no mundo! Na Europa, em especial, é difícil encontrar um país que nos possa «tirar a palminha», neste campo... alcoólico!

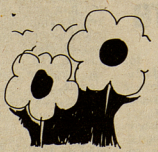
Também foi dito, nessas sessões de informação, que o álcool está em 3º lugar na origem da mortalidade em Portugal. E que 30 por cento dos que estão em prisões portuguesas têm a sua origem criminosa nos efeitos do álcool.

Em face do que foi dito sobre os malefícios do álcool, é um dever de cada português ajudar o seu semelhante a compreender o que o álcool representa como inimigo do homem. Tanto no aspecto individual, como para a própria sociedade. A sociedade que queremos mais justa, mais harmoniosa, mais livre, mais feliz e mais democrática — a caminho do socialismo.

O ambiente... e os ciganos

É bom lembrar que todos devemos defender o ambiente. Que se deve evitar o alargamento vertiginoso da poluição. Dos ares como dos mares, dos rios e das florestas, dos ribeiros e dos poços, de qualquer lugar que possa servir de «pulmão» verde das cidades e das vilas.

Foi, portanto, tratado, decidido, à escala internacional, fazer do 5 de Junho o «Dia Mundial do Ambiente». Achamos excelente a ideia, melhor, ainda, a decisão. E, também, tudo quanto se faça para que se defina uma política, não só regional, ou nacional, mas essencialmente mundial, pela defesa do ambiente.



Mas o 5 de Junho é, igualmente, o «Dia Mundial do Cigano». A R.D.P. entrevistou, a propósito desse dia, um cigano português. E o que ouvimos sobre essa gente portuguesa confirma muito do que já sabíamos. Disse o entrevistado que é pai de cinco filhos, que espera um sexto filho. Que vive numa minúscula barraca sem quaisquer condições de higiene. Que «devia haver alguém que olhasse pela gente». Que são portugueses completamente abandonados. Que gostaria poder arranjar onde trabalhar, mas que não consegue, naturalmente porque é cigano. Que, normalmente, os ciganos são marginalizados, postos de lado, tratados como se não fossem pessoas como as outras. Citou o facto de, graças a uma professora compreensiva e humana, que se interessou por uma das suas filhas, esta ter feito o exame da 4ª classe. Mas que havia professores que não compreendiam o problema. E que, pelo facto dos filhos levarem os cadernos sujos, punham-nos de lado no ensino, além de os castigarem fisicamente. Esquecem, esses professores, que, na barraca onde eles vivem os filhos não têm uma mesa onde possam fazer os seus deveres escolares! Lançou várias vezes o lancinante apelo de que «devia haver alguém que mande em Portugal que olhasse a sério pelo angustioso problema dos ciganos. Que os ciganos portugueses, nascidos em Portugal, devem merecer o mesmo respeito e a mesma ajuda que a todos os outros cidadãos portugueses. Aqui relembramos este apelo, a quem de direito... e a todos nós!

De casa de seus pais desapareceu...

Com preocupante frequência, noticia a rádio e noticiam os jornais, o desaparecimento de menores portugueses. Em especial, de rapariguinhas entre os 12 e os 15 anos.

Que há por detrás de tão estranhos desaparecimentos? Será apenas o desejo de evasão, de mudanças de ambiente, de anseio de correr mundo, de alargamento de horizontes, que leva essas jovens ao abandono do lar paterno? Ou haverá, por trás desses estranhos e perigosos desaparecimentos, algo de monstruosamente organizado — como o que se verifica, de há muito, nas grandes cidades francesas, como Paris, Marselha, Lyon, etc.? Isto é, uma rede organizada de malfeitores que, com ramificações em diversas capitais dos vários países capitalistas, se entregam ao rapto de menores, para alimentar e alargar o rendoso (para os proxenetas, é claro...) negócio da prostituição?

Será bom que a polícia — que as polícias — deste País novo, se debruce seriamente sobre este assunto. Existem já demasiadas nódoas negras na sociedade portuguesa, que a emporcalham e a desumanizam, para que venha a acrescentar-se-lhe mais uma, desta (possível?) natureza.

Têm as nossa autoridades de fazer quanto esteja ao seu alcance para uma investigação séria e necessàriamente urgente, acerca de tantos desaparecimentos de menores em Portugal. Porque o que aqui lembramos sobre o que se passa em França, até pode acontecer... Há bandidos à solta capazes disso e de muito mais... Evitemos, pois, que se venha a acrescentar, a tantas chagas purulentas da sociedade portuguesa, que já existem, mais esta do (quem sabe?) tráfico [illegible] jovens [illegible] guesas [illegible] tituíren [illegible] messas [illegible] fácil.

Uma in... justific...

Ainda [illegible] depois [illegible] tal sop... Capitães [illegible] gime fa... maz, C... a «bica... cafés a... te e cir... quer q... em qu... besse...

Depo... tos se... centag... vada. ... preens... ainda ... Aumen... fram e... sobre ... balcão... Enfim, ...

Mas ... verno ... repres... da vo... vreme... mas ... de, ... que fo... exorbi... café, t... Todo ... (tanto ... os ap... excele... bebid... Sofreu... todos...

café), ...

aume... que ... (in)a... tager... to!

O ... sorri... dece... para... teme...

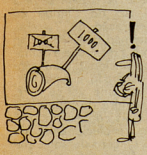
tráfico organizado de jovens raparigas portuguesas, levadas a prostituirem-se, com promessas de riqueza fácil.

Uma injustificável... justificação

Ainda em 1975 __ já depois do heróico e fatal sopapo dado pelos Capitães de Abril ao regime fascista dos Thomaz, Caetano e CIA __ a «bica» custava nos cafés amoedinha de vinte e cinco tostões, qualquer que fosse o lugar em que o cliente a bebesse.

Depois, houve aumentos selectivos. Em percentagem bastante elevada. Mas compreensíveis, toleráveis, ainda assim acessíveis. Aumentos que se cifram em 40 por cento, sobre o café tomado ao balcão, por exemplo. Enfim, adiante ...

Mas é já com o Governo que temos, que representa um terço da vontade do povo livremente expressa, mas que é, na realidade, constitucional, que foi imposto o preço exorbitante de 7$50, ao café, tomado ao balcão! Todo esse dinheiro (tanto!) para satisfazer os apreciadores dessa excelente/venosa bebida, que é o café! Sofreu-se (sofremos todos, os bebedores de



café), um «simples» aumento de 4$00. O que corresponde a uma (in)acreditável percentagem de 120 por cento!

O que nos faz, ainda, sorrir de tristeza e de decepção, foi a comparação (falsa, evidentemente) da parte dos responsáveis do Governo que suportamos, para justificarem tão violento e reprovável aumento. Porque, pretenderem comparar o preço que agora foi obrigado por lei a ser praticado em Portugal, com o que se verifica na Bélgica, na França ou na Inglaterra, é pura... fantasia. Ou voluntária e consciente intenção de enganar papalvos, que temos sido que vamos sendo... Porque, nesses países, político devia ter obrigatório é, pelo menos, três vezes superior ao que vigora oficialmente em Portugal.

Este é um dos casos em que o bom senso político devia ser obrigado os nossos responsáveis a não fazerem comparações com a Europa.

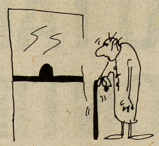
O que vale a muitos bebedores de café é que nem todos os estabelecimentos cumprem a lei... E neles pode beber-se a «bica» ainda por 5$00. O que quer dizer que até os próprios patrões acharam uma exorbitância, a decisão do Governo em aumentar o café em 120 por cento. Só.

Será isto favorecer os da 3.ª idade?

Ainda não há muito tempo, um atestado de residência, passado numa Junta de Freguesia, para uma pessoa que necessitasse justificar a sua residência, com o fim de poder receber uma pensão de velhice, ou reforma, custava 11$50. Isto é, 1$50 do impresso para requisição do atestado e 10$00 deste.

Agora, três ou quatro meses, apenas, passados, o documento necessário mudou de face. É feito em papel selado, carece de selo de 15$00 na assinatura do requerimento para esse efeito e tem de pagar-se 80$00. O total a dispender, presentemente, por uma pessoa da 3ª idade, normalmente necessitada de uma pensão ou reforma, cifra-se em 97$50!

Verifica-se, portanto, que houve um «pequenissimo» aumento de 85$00 num documento que ateste a resi-



dência de uma pessoa idosa, para que a mesma possa receber algo a que, por seus longos anos de trabalho, lhe é devido. Isto equivale, simplesmente, a um aumento de cerca de 80 por cento, (oitenta por cento, amigos!) o que parece demasiado nas circunstâncias actuais da vida portuguesa. Porque, a nosso ver, não é dessa maneira que o Governo vem ajudar as pessoas da 3ª idade a sofrerem __ não dizemos propositadamente viverem __ mais dignamente a vida! E tudo isto depois de uma vida de trabalho! Se o Governo pretendia (e é que pretende) extorquir dinheiro para fazer face às crescentes despezas do Estado, porque não o faz em direcção aos ricos, que tantos há, ainda, e bastante ricos, neste Portugal de hoje e de aqui, administrado por um Governo oriundo do Partido Socialista? Porque obriga as pessoas idosas a mais estas dificuldades materiais, quando tem à sua frente um tão vasto lençol de riquezas adquiridas com a «mais valia» produzida por esses e tantos outros trabalhadores, que foram e que são?

Sinais dos tempos

Com o 25 de Abril vieram muitas coisas novas. Entre essas novidades apareceu a dos bilhetes de transportes colectivos com palavras de ordem no reverso dos mesmos. Palavras de ordem progressista, mesmo revolucionárias. Não admira que assim tenha sido. Vivíamos num momento de euforia da libertação. Viviam-se momentos revolucionários. Tinha havido, tinhamos sofrido, um longo, demasiado longo, período de tortura e de repressão fascistas. Tinhamos acabado de sair do túnel dessa longa, longa e triste noite de negridão fascista. Longa noite de cerca de meio século de sofrimento e de terror. Graças à coragem e à decisão dos Capitães de Abril, o sol voltaria a brilhar em Portugal. O sol da Liberdade. O sol da democracia. O sol da Revolução, a caminho do socialismo. Daí que se compreendesse bem a euforia do Povo. Edas autoridades governamentais. De certas autoridades governamentais deste País de Abril, agora livre e democrático, a caminho de uma sociedade sem explorados nem exploradores...

Pois com o 25 de No-

vembro foi varrida toda essa euforia. Digamos mais concretamente: tudo quanto de palavras de ordem revolucionárias tinham sido impressas nas costas desses bilhetes dos transportes públicos colectivos.

Todavia, quando do primeiro aumento de preços nesses transportes, voltaram a ver-se, em certas carreiras de autocarros e de eléctricos, dos velhos «bilhetes revolucionários». Pouco tempo depois, desapareceram de vez.

Foi grande, por isso, o nosso espanto quando, em 21 de Abril, numa ida a um dos hospitais lisboetas, nos foi entregue um bilhete de 2$50 de uma dilúida cor amarelada. E que, no reverso desse bilhete, estivessem impressas algumas linhas que tanto nos tinham entusiasmado muitos meses atrás. Diziam essas palavras:

...BATALHA DA PRODUÇÃO. PÔR À PROVA A IMAGINAÇÃO CRIADORA DAS MASSAS POPULARES. TRABALHAR COM O POVO, CONSTRUIR A REVOLUÇÃO.

Já no regresso do hospital, o bilhete do mesmo valor que nos foi entregue era de cor verde salsa. E tinha as costas virgens de palavras...

Que sonho mau nos roubou o sonho bom? Quem são os responsáveis por esta, (e tantas outras!), situação de desapontamento?

A História é simplesmente implacável. Regista os factos. E o nome dos homens. Leve o tempo que levar, ela um dia dirá, a todos os portugueses, haja o que houver, façam o que fizerem para tentarem manchar o sonho bom que despontou e ainda brilha no céu do Povo português, quem são os heróis e os traidores da Revolução portuguesa. Porque o Povo aprende, também, com as decepções e com as derrotas. O Povo sempre soube responder às ofensas e às injustiças que lhe têm sido feitas. E, não tenhamos dúvidas, acabará por vencer!

Vitória da unidade

Para os trabalhadores portugueses a palavra Unidade significa convergência de objectivos, solidariedade de luta, diálogo aberto e franco em torno daquilo que os une na luta contra os espantalhos do passado, no combate à exploração do capital, na aspiração comparticipada de construção de uma sociedade mais justa. Para os trabalhadores portugueses a palavra Unidade é uma arma viva e actuante na defesa dos seus interesses comuns, contra inimigos comuns.

A Unidade consegue-se no dia-a-dia, cimenta-se no debate aberto, objectiva-se na luta e desce por vezes à rua, espraiando-se em quilómetros de corpos, donde se erguem punhos, se gritam palavras de ordem, em afirmações de vontade e determinação no combate contra as forças que apenas pretendem voltar a escravizar-vos.

A Unidade é sabermos que o nosso camarada de trabalho, o nosso companheiro de café, esse sujeito que encaramos no autocarro todos os dias quando vamos trabalhar, essa mulher que encontramos na praça a fazer compras, todos eles — independentemente dos seus credos religiosos e das suas crenças políticas — são, como nós explorados. Explorados exactamente por aqueles que, por todos os meios, pretendem evitar que nos encontremos e, esquecidos das nossas divergências de pormenor, fraternalmente marchemos lado a lado — na rua se for necessário — rumo à sociedade socialista para que aponta claramente a nossa Constituição.

Jornadas como as do 1.º de Maio, como as manifestações dos metalúrgicos, dos têxteis ou a do passado dia 22 — para só referirmos as mais recentes — demonstram que os trabalhadores portugueses estão cada vez mais conscientes da necessidade de Unidade, na necessidade de cerrarem fileiras em torno dos seus órgãos representativos de classe, em redor da sua central sindical a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional.

Mas esta ânsia de Unidade manifesta-se por muitas outras e variadas vias e tem vindo a expressar-se de uma forma clara e inequívoca através dos resultados das últimas votações sindicais.

Trabalhadores honestos, dispostos a dar todos o fruto do seu esforço em defesa dos seus irmãos de classe, lutando por uma real melhoria das suas condições de existência, na perspectiva de uma justa distribuição da riqueza criada... trabalhadores generosos e combativos, souberam juntar-se em torno de objectivos essenciais, construir plataformas de colaboração e elaborar programas correctos que têm vindo a merecer a concordância e o apoio da grande maioria dos outros trabalhadores.

O triunfo de listas unitárias para os sindicatos não é fruto de uma conjuntura passageira, antes resulta de um árduo e sincero labor de construir a Unidade, aprofundando e alargando os vínculos que tão intimamente nos ligam.

Foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Évora, da Função Pública dos Norte, das Carnes de Setúbal e Santarém, dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias, dos Ferroviários do Sul, do Comércio de Lisboa, dos Professores de Lisboa, dos Escritórios e Comércio de Viana do Castelo, do Comércio e Serviços de Beja, foi o caso do Sindicato dos Profissionais de Psicologia, da Construção Civil de Coimbra, dos trabalhadores da Indústria de Bebidas e dos Trabalhadores das Actividades Cinematográficas.

Os trabalhadores demonstram a firmeza em defender a sua Unidade. E se eles estiverem unidos, esclarecidos e mobilizados, não será nenhum aprendiz de feiticeiro — seja ou não ministro — que lhes conseguirá partir a espinha.

Em frente camaradas!

SOBREVIVENTES DO TARRAFAL CONTINUAM NA LUTA

Reuniram-se há dias, em almoço de convívio, algumas dezenas de sobreviventes do antigo Campo de Concentração do Tarrafal, de Santiago de Cabo Verde Estiveram, com eles, em magnífico espírito de comunhão, numerosos familiares e amigos fazendo, ao todo, cerca de duas centenas de pessoas

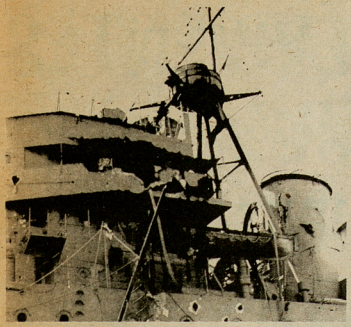
Encontro de velhos companheiros de luta, reflectindo, na sua expressão mais íntima, milhares de longas histórias de amor ofendido, de dores profundas e incalculáveis sofrimentos, a reunião dos sobreviventes «Tarrafalógicos» não foi, porém, mera cena de recordações sentimentais, evocativa de pessoas queridas e acontecimentos dolorosos Foi, mais que tudo, notável demonstração de vitalidade revolucionária dos sentimentos antifascistas, unitários, que animaram e animam esses homens na sua luta por uma existência melhor para todos, numa sociedade sem explorados nem exploradores, e, ainda, a garantia de que essa luta continua e continuará sempre, enquanto lhes restar um sopro de vida

Dando-se conta de que a resistência antifascista não abrandava, apesar da repressão levada a cabo pelos seus esbirros e torcionários, Salazar entendeu criar novos processos de intimidação e castigo. E «descobriu» as velhas e hediondas poternas e «casas de água» das fortalezas de Angra do Heroísmo, nos Açores, e mandou construir o campo da «Morte Lenta» do Tarrafal, na ilha de Santiago de Cabo Verde, afim de reduzir ao silêncio mais completo aqueles enérgicos defensores da liberdade. A manobra correspondia, por um lado, a uma agudização da luta revolucionária, no País, e por outro, aos sucessivos golpes fascistas no resto da Europa.

Agarrando-se ao pretexto da revolta dos marinheiros, aos quais passou a dedicar particular rancor e aos quais quis aplicar castigo severo, Salazar encarava com pavor o sempre crescente movimento oposicionista ao seu governo. E tentou novo meio repressivo, de efeitos internos. Mas, nos seus planos maquiavélicos, Salazar atendeu, também, ao que se passava lá fora, tendo em especial atenção a guerra da vizinha Espanha, onde os fascistas alemães, italianos e portugueses, se deram as mãos para matar a jovem democracia espanhola e, mais que isso, intimidar o liberalismo burguês europeu ocidental e, logo a seguir, ajudar à tentativa do golpe de extermínio do socialismo soviético, principal e último objectivo político-militar do fascismo internacional.

Assim, ao decidir-se pela instalação do Campo de Concentração do Tarrafal, Salazar não quis reduzir ao mínimo a resistência democrática nacional, paralisando, pelo medo, o povo português, como ver-se livre, para sempre, de muitos dos seus mais conhecidos dirigentes revolucionários, ou como tal considerados, para ter finalmente as mãos livres, tanto no plano nacional para protecção dos grandes agrários, financeiros e colonialistas, como no plano internacional para ajudar no esmagamento das forças democráticas.

No Tarrafal, o isolamento era absoluto. Das muitas centenas de homens que



1936 — O navio de guerra «Afonso de Albuquerque» bombardeado durante a «revolta dos marinheiros» — que foram as primeiras vitimas do «campo de morte lenta» do Tarrafal

por ali passaram só três foram visitados, uma vez, por familiares. Os restantes, muitos deles sem culpa formada e portanto sem julgamento, outros, com as sentenças dos tribunais já cumpridas, viveram ali todo o tempo — que para alguns foi de cerca de 18 anos — sem uma única visita!

Só o correio os ligava às famílias: mães, pais, esposas, filhos e irmãos. E esta ligação nem sempre era certa, pois presos houve que, durante meses seguidos, e até anos, nunca receberam um postal sequer, porque a polícia política, para os desmoralizar, não lhes entregava a correspondência que lhes era endereçada. Calcule-se o sofrimento moral destes prisioneiros, quando, à chegada do correio, não recebiam qualquer noticia familiar, por mais insignificante que fosse. Um desespero!

O QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO

Mas, ao lado deste sofrimento moral, era constante o sofrimento físico: as provocações que tinham quase sempre por resultado o espancamento e a «frigideira»; os trabalhos forçados nas pedreiras e «brigada brava»; a necessidade de beber água inquinada, tendo-se de antemão a certeza de estar a contrair infecções intestinais para que não havia tratamento; a falta de mosquiteiros e as consequentes febres palúdicas e biliòsas, sem as respectivas possibilidades de cura; a comida intragável, de propósito mal confeccionada para ir engordar os porcos do «sr. Director». Seria um nunca acabar de maus tratos, torturas, vexames e propósitos de aniquilamento moral e físico.

Ficou célebre, no Tarrafal, o castigo da «Frigideira» — um cubo de cimento, dividido em dois compartimentos, cada um com dois passos de largura por três de comprimento. Cada cela tinha uma porta de chapa de ferro com três ou quatro pequenissimos orifícios no alto. Durante o dia, o calor, naqueles cubículos, era asfixiante. A noite, quase se gelava. O preso era ali encerrado descalço e apenas com as calças e a blusa de cotim do fardamento. Pequeno para uma ou duas pessoas, por vezes atulham-se ali, dez e mais indivíduos. Um caldeirão descoberto, para as fezes, era todo o mobiliário da cela. Nem uma enxerga havia. Frequentemente, quando os castigados pediam água, davam-lha ainda a ferver (quando a água passou a ser fervida). O alimento normal, para os castigados da «Frigideira», era pão e água, por vezes durante vinte dias e mais. Mal alimentados, era assim que, no fimdaquele tempo, muitas vezes davam ingresso na «brigada brava», para trabalhos forçados.

1974 — O glorioso Movimento das Forças Armadas liberta os presos politicos de Caxias

Durante cerca de meio século, o povo português foi rigorosamente controlado através dos milhões de fichas da famigerada polícia fascista

Nestas condições não admira que, em determinado período, estivessem doentes, de cama, ao mesmo tempo, cerca de 200 homens, com paludismo e doenças intestinais, sem qualquer tratamento nem alimentação especial. Apenas 5 se mantiveram de pé, arrostando, sozinhos, com todo o trabalho do acampamento, inclusive a assistência aos doentes e o transporte dos seus mortos. Uma assistência que melhor seria designar por simples presença carinhosa, porque nada mais havia para ministrar aos doentes.

Ficou desta maneira singularmente notabilizado, como símbolo das prisões fascistas de Salazar e Marcelo, o Campo de Concentração do Tarrafal, onde brancos, primeiro, e negros anticolonialistas, depois, sofreram as maiores e mais repugnantes torturas, ofensas e humilhações degradantes, fomes, ameaças constantes de morte. Todo um clima de terror branco onde o espectro da morte era o mais fiel companheiro dos presos. Muitos não conseguiram resistir ao sofrimento e morreram. Lá ficaram sepultados. Outros poucos, homens bons e generosos, em vida normal, valentes perante a PIDE, deixaram-se destroçar pelo medo, pela ânsia de libertação a todo o preço fraquejando. Alguns enlouqueceram.

OS QUE RESISTIRAM E RESISTEM AINDA

Mas a maior parte sobreviveu. Resistiu até ao fim e voltou ao País. São estes que hoje continuam a clamar contra as iniquidades socio-políticas e económicas do passado, que os levou à prisão e ainda subsistem; contra os movimentos reaccionários que tornam a levantar cabeça; contra os potentados fascistas que conspiram por todos os lados; contra a libertação dos torcionários da PIDE, cada vez mais dispensados de responder pelos crimes que praticaram.

Foram muitos destes homens que se reuniram, há dias, no almoço de convívio atrás referido.

Convictos da sua verdade, nunca desistiram da luta. Persistiram até à vitória de 25 de Abril de 1974. E continuam a resistir, na certeza de que percorrem o rumo certo, no sentido de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

MANUEL ALPEDRINHA

Elogio da terra traída

De uns tudo poderem ter
e outros nem ter um desejo,
já volta o sangue a correr
nos campos do Alentejo.

Os trabalhadores reprime
a Guarda Republicana.
Será o trabalho um crime,
ou tal justiça inumana?

Morrer à fome onde há pão
a razão o repudia.
Mas onde cabe razão
nas razões da burguesia?

Ao alto, as bestas mandantes
as ordens querem cumpridas.
Que importa que, como dantes,
isto custe algumas vidas?

De uns tudo poderem ter
e outros nem ter um desejo,
já volta a noite a descer
nos campos do Alentejo.

António Rodrigues

Especial para «Alavanca»

Acusações alentejanas a duas vozes

Um dia, na aldeia de Marmelos, concelho de Alandroal, em casa de um poeta popular (Inácio Melrinho) entrou uma velha que se pôs a falar da vida, de «meias» com o genro, o poeta. Quase desaparecida ao topo da mesa, sumida no xale e na pele, ele cheio de força a puxar por ela, fizeram coro de tal maneira que o Alentejo antigo, da miséria e dos agrários que semeavam trigo para as perdizes, veio ali ao de cima, à flor dos nossos olhos. Os fantasmas causadores de um mundo sem trabalho que durou até 1974, bailavam nos gestos firmes de um e de outro.

Enquanto a mulher do poeta fritava peixe, a velha Maria dos Remédios dizia com a dignidade de uma alentejana «andei a pedir pelos montes com o meu genro», e este contava como enganavam o guardador das uvas para conseguir um cacho que tirasse à meranda o sabor a pão seco.

O Alentejo dos trabalhadores tem boa memória. Vamos ouvi-la.

O LAVRADOR METIA-NOS DEBAIXO DE UMA PEDRA

Maria dos Remédios — Isso até me dói de estar a falar. Começava a trabalhar às 3 horas da manhã e a gente queria comer e não tinho o quê, eu nem sei já. Nem me quero lembrar da minha vida atrasada. Para vestir os meus filhos era roupinha velha que me davam. Para lhes dar de comer tinha de andar à «pida» (1). Com as doenças que o meu filho mais velho teve, para o ir levar ao hospital fui obrigada a correr esses montes todos. Uns davam-me vinte e cinco tostões, outros sete tostões, cada um dava o que podia e tinha, ou queria, para o entregar no hospital, para ele não morrer. Tenho penado muito a minha vida, até tenho dó de falar nela. Agora vamos indo melhor; o lavrador matava a gente, metiam-nos debaixo de uma pedra, no campo; bem pequena, eu sou fraquinha, trabalhadores para ajudar o meu pai a viver, que tinha sete filhos, e então começâmos muito novinhos para a gente ir comendo. Agora os mais novos já têm outra vida, mas nós... Às vezes ainda queria fazer qualquer coisa mas não me deixam, que já não tenho idade para isso; paciência, vou indo **com o que me querem dar.** Quinhentos escudos é o que me dão de reforma, é o que me dão pois, mas se me fosse vestir e calçar e comer não me chegavam nem para uma semana. As coisas que nós passâmos, com as febres que tenho tido nem me lembra.

Inácio Melrinho — Trabalhar muito e ganhar pouco. Trabalhávamos doze horas e nunca chegou; uma vez fui mesmo com a minha sogra, era eu rapaz fomos pedir ao monte do Pejeiro, e as mulheres mandavam-me roubar uvas da vinha e gritavam depois: «Ah rapaz de um filho da mãe não roubes as uvas ao homem!». O guarda vinha de encontro a mim e elas fingindo que eu não lhes era nada; tínhamos ido pedir pelos montes e faziam-nos falta umas uvas para comer com um bocadinho de pão, comermos «o seco», e o guarda nunca dava nada à gente, mas eu ia pelo meio da vinha e tirava um cachinho, e elas gritavam: «Vai-te embora rapaz, então agora andas a roubar as uvas ao homem!?» — que era para ele lhes dar um cacho a élas.

Maria dos Remédios — Nem me quero lembrar dessa passagem. Daqui ao Pejeiro, tão longe!, a pé, pedindo uma esmolinha de

A mulher trabalhadora do Alentejo não esquece o passado para melhor ajudar a construir um futuro sem fome

monte em monte, mais a minha comadre Catarina, que é mãe do meu genro, davam uma merendinha e nunca davam conduto. E noutro sítio deram-nos metade de um queijo picado da traça e sardinhas podres; nunca mais fui pedir, nunca mais fui pedir... Uma maçada tamanha, gastámos quase um dia e trouxemos uma merendinha que a gente comia pelo caminho.

Dessa vez não trouxemos nada para casa, comemos a merenda com as uvas. Pedimos mais a umas mulheres e não no-las deram, que estavam verdes... Tal era aquele coração, tamaho e tão ruim.

É era isto na vida antiga. Aos onze anos fui trabalhar, e essa minha filha na mesma; com onze anos foi fazer uma mondas descalça, nem tinha sapatos, que eu nem lhos podia comprar; ela levava um reguinho e eu levava três; no primeiro ano em que ela fez as mondas, ali na do tio Zé, a ela pertenciam-lhe dois regos, mas não podia, não sabia, foi o ano em que começou a mondar, tanta erva, tanta erva, era **pepilro**, além à da Gaga, que é derramada de **pepilro**, desse de boi branco e do preto, ela coitadinha com um reguinho lá ia indo e eu tinha que levar os meus dois e tinha que levar um dela para ganhar por dia ai alguns vinte e cinco tostões ... Seria, Maria? Ela ganhava o mesmo que eu. Se levasse só um rego ganhava metade. Mas como eu levava o outro ganhava a mesma jorna.

O que nós penámos, o que nós penámos. E era quando havia trabalho, mondas, azeitona, a ceifa, era o que havia, mais nada. Aqui não havia mais nada, era um sequeiro.

Nós as mulheres só tínhamos isso; nas fases em que não havia trabalho não ganhávamos, nem os homens; o meu marido chegou a estar um ano sem ganhar. Vivia-se de fome, e as roupas, já lhe disse, vestia os meus filhos com a roupinha que me davam, roupa velha dos meus cunhados, que eram homens, e dela fazia calças para os meus miudinhos; quando os homens já não vestiam as calças, de velhas, aproveitavam-se, fazia-se umas para os meus filhos, e era se queriam andar vestidos.

Inácio Melrinho — Até à idade de sete anos quando não usava camisa não usava calças, quando usava calças, não usava camisa. Não podia ser as duas coisas ao mesmo tempo, e andava sempre descalço. Até que o meu pai casou; não podia ser as duas coisas na mesma semana.

Maria dos Remédios — Camisola interior os meus filhos nunca usaram na criação, eu não podia. Umas camisinhas que me davam, de velhas fazia novas, e era o que se tratava na vida antiga. Os lavradores fizeram só a vontade deles; as mulheres eram escolhidas, e outras que eram mais fracas que não tinham assim sangue para trabalhar lá como eles queriam, não ganhavam um tostão, essas eram refugadas, afastadas.

(1) Pedir esmola

ANTÓNIO MODESTO NAVARRO

(De um livro sobre o Alentejo da Resistência e da Reforma Agrária, a publicar brevemente)

O poeta popular Inácio José Melrinho

DECIMAS DO POETA POPULAR INACIO JOSÉ MELRINHO COM INTRODUÇÃO

Desde muito novo comecei a ter um certo gosto pelo poema. É pena não dar valor aos grandes poetas que tivemos no país como foi Luís de Camões e outros mais; por acaso não dou valor porque desconheço, tenho até pena de não conhecer os poemas dele, não ter instrução para poder conhecê-los. Mas comecei a fazer poemas de muito novo, durante o regime de Salazar, e mesmo quando foi da morte dele fiz umas décimas. É um nome que gosto pouco de recordar mas fiz-lhe uns versos quando morreu. São desta seguinte maneira:

MOTE

Salazar para o burguês
foi um homem de valor
deu ao povo português
miséria fome e terror

I

Carrasco sem coração
tantos lares arruinaste
tantos homens que mataste
tantos que tens na prisão
meteste na escravidão
todo o povo português
todos os crimes que fez
não esquecem à humanidade
tu só deste liberdade
Salazar para o burguês

II

Tua vida terminou
fascista sem coração
deste tanta aflição
a quem não te prejudicou
todo o mundo te considerou
como o maior ditador
foste tu o fundador
da ditadura fascita
só para o grande capitalista
foste um homem de valor

III

Falavas na lei de Deus
lei que tu nunca cumpriste
todos sabem que não seguiste
nenhum mândamento dos seus
seguiste a lei dos Judeus
matando quem tanto bem fez
tu prendeste tanta vez
homens de bom coração
quarenta anos de escravidão
deste ao povo português

IV

Já basta de opressão
velho povo português
tanto mal a todos fez
esse homem sem coração
meteu-nos na escravidão
e olhava-nos com rancor
nunca ao pobre deu valor
bastantes centenas prendeu
tudo isto ele nos deu
miséria fome e terror

O PONTO DA SITUAÇÃO

Indústria Têxtil

Em impasse há 9 meses
280.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Março/75
Aumento do custo de vida desde Março/75 - 54 por cento
Aumento salarial proposto pelo patronato - 15 por cento

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em comissão técnica para PRT
O patronato tem tentado retirar direitos adquiridos e pôr em causa matéria negociada oportunamente.
Os trabalhadores estão dispostos a lutar para que a Comissão Técnica respeite os seus direitos e termine os trabalhos este mês.

Construção Civil

O clausulado não é revisto desde Maio/75
200.000 trabalhadores

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em negociações directas do clausulado
Grande dificuldade em chegar a acordo com o patronato.
O patronato recusa-se a negociar tudo o que respeita à intervenção dos trabalhadores na empresa designadamente ao controlo de gestão; remete para a lei a actividade sindical; em matéria pecuniária como as deslocações apresenta uma contraproposta inferior ao contrato de 1971; recusa-se a reconhecer direitos já adquiridos pelos trabalhadores; etc.

Metalurgia

PRT publicado no BTE de 15-5-77
200.000 trabalhadores

SITUAÇÃO ACTUAL:

Apesar do compromisso assumido pelo MT a PRT não respeitou a matéria já acordada com os patrões.
Aspectos importantes do clausulado não foram discutidos na Comissão Técnica com os representantes dos trabalhadores.
A PRT consagra princípios extremamente incorrectos, que criam situações de grande injustiça de que destacamos: 57 grupos profissionais baixam de categoria;
Os trabalhadores das Ilhas não são abrangidos; os patrões podem pagar salários abaixo dos mínimos contratuais desde que a Comissão de Trabalhadores dê o seu acordo; etc.

Madeiras

Em impasse há 19 meses
150.000 trabalhadores
Salários em vigor desde Janeiro/75 sendo o salário médio de 5500$00.
Aumento do custo de vida desde Janeiro/75 - 57 por cento.
A proposta de salários do patronato é inferior à grande parte dos salários já praticados.
Requerida solução do conflito por via administrativa em Outubro/76.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Mantém-se em funcionamento a Comissão Técnica
Não estão ainda prontos os estudos que o ministro do Trabalho está a elaborar sobre a grelha salarial.
Os trabalhadores têm tentado em vão ser recebidos pelo secretário de Estado do Trabalho.

Rodoviários

PRT publicada em 29-4-77
130.000 trabalhadores

SITUAÇÃO ACTUAL:

A PRT não respeita regalias adquiridas privilegiando o sector privado relativamente ao nacionalizado. Assim:
O período de intermitência é alargado para 3 horas que se podem distribuir por vários períodos (regime que só existiu no fascismo);
A entidade patronal, quando não há acordo com o trabalhador sobre as férias, pode marca-las de 1 de Janeiro a 1 de Dezembro o que é pior que a lei geral;
Os retroactivos são a partir de 1 de Novembro de 76 enquanto que a Rodoviária Nacional acordou pagá-los a partir de 1 de Agosto de 76.
Os trabalhadores estão dispostos a lutar contra estas arbitrariedades.

Gráficos, Editores e Livreiros e Fotografia

50.000 trabalhadores

SITUAÇÃO ACTUAL:

Ultrapassado o impasse de 10 meses porque os trabalhadores decidiram negociar separadamente 3 contratos.
A. GRÁFICOS E IND. TRANSFORMAÇÃO DE PAP
As negociações estão a decorrer razoavelmente embora não tenham conseguido acordar as cláusulas que se prendem com funções sindicais e legislação imperativa.
B. FOTOGRAFIA
Negociaram-se as condições específicas na perspectiva do contrato único
Início das negociações do restante clausulado antes do fim de Junho.
C. EDITORES E LIVREIROS
Início das negociações antes do fim de Junho.

Contratação colectiva

Indústria Química

Em impasse há 13 meses
40.000 trabalhadores
Salários em vigor, em média, desde Janeiro/75
Aumento do custo de vida desde Janeiro/75 - 57 por cento
Aumento salarial proposto pelas entidades patronais de 4 por cento sobre os salários já praticados.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em Comissão Técnica
Os representantes do Governo na Comissão Técnica querem aplicar 15 por cento aos salários contratuais (alguns de antes do 25 de Abril) o que representa menos que o que já é efectivamente pago.
Em relação aos subsídios de turno o patronato e os representantes do Governo querem aplicar um esquema que acarreta a diminuição do que os trabalhadores já estão a receber.

Fabricantes de Material Eléctrico

Em impasse há 11 meses
33.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Março/75
Aumento do custo de vida desde Março/75 - 54 por cento
Aumento proposto pelas entidades patronais, 10 por cento para a tabela salarial e 4 por cento para a restante matéria pecuniária.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em Comissão Técnica desde 28-4-77
Compromisso do MIT e do MT de acabarem os trabalhos até ao fim de Maio o que não fizeram
Falta acordar toda a matéria pecuniária e as carreiras profissionais.
Os representantes do Governo na Comissão Técnica não aceitam, da matéria acordada, a vigência.
Os patrões não querem manter o que acordaram com os trabalhadores em matéria de quotizações sindicais e retroactivos.
Os trabalhadores deram novo prazo para finalizarem os trabalhos: 20 de Junho.

Previdência

30.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Novembro de 75
Aumento do custo de vida desde essa data - 44 por cento

SITUAÇÃO ACTUAL:

Os trabalhadores querem proceder à revisão do seu ACT
O Governo recusa-lhes esse direito pretendendo impor um «estatuto negociado».
Esta atitude de recusa às associações sindicais de exercer o direito de contratação colectiva vai contra a Constituição no seu artigo 58.º e contra o que está estipulado no actual ACT, cláusula 171.º.
Os trabalhadores estão dispostos a lutar por esse direito que além do mais é direito adquirido pela negociação do actual ACT.

Ferroviários

26.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Janeiro/76.
Aumento do custo de vida desde Janeiro/76 - 39 por cento
Aumento salarial proposto pelo Cons. Administração - 0 por cento.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Os trabalhadores Ferroviários tentam negociar com a Administração o seu contrato de trabalho contando com o apoio e a mobilização da classe.
Os representantes dos trabalhadores declararam já que estão dispostos a apresentar propostas objectivas no sentido de maximizar os serviços da CP e reduzir os custos, certos de que conseguiriam, a curto prazo, um aumento da rentabilidade.

Armazenistas de Mercearia

Em impasse há 12 meses
20.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Abril/75
Aumento do custo de vida desde Abril/75 - 53 por cento
Aumento salarial proposto pelo patronato 15 por cento.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Mentêm-se o impasse dado o patronato não estar disposto a negociar.
O patronato pretendia em troca da sua aceitação de subida de salários de 10 para 15 por cento, que os trabalhadores aceitassem uma alteração à PRT actual que permitira a qualquer patrão, com o simples acordo da Comissão de Trabalhadores não respeitar os salários mínimos contratuais.

OS TRABALHADORES LUTAM:

Pelo descongelamento da Contratação Colectiva.

Pela liberdade de Contratação Colectiva para todos os trabalhadores sem discriminação (Função Pública, Previdência, Autarquias Locais, etc.).

Pela entrada em vigor dos CCT a partir do termo da vigência dos anteriores, no caso de revisão ou desde a data da proposta sindical no caso de novos CCT.

Pelo prazo de vigência dos CCT não superior a um ano, permitindo-se a retroactividade.

Pela aplicação universal dos CCT e processo comum de negociação, só sendo de admitir autonomização nas empresas nacionalizadas com a concordância dos Sindicatos e trabalhadores interessados.

Pela aprovação na Assembleia da República do Projecto de lei n.º 30/1 elaborado pelo Movimento Sindical, sendo revogados os Decretos-Leis n.º 164-A/76 e 887/76.

DO CADERNO REIVINDICATIVO IMEDIATO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES APROVADO PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS:

Indústria Vidreira

Aguarda autorização do ministro do Trabalho («Homologação»?) para ser publicado
15.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Abril/76
Aumento do custo de vida desde Abril/76 - 26 por cento

SITUAÇÃO ACTUAL:

Contrato depositado para publicação no MT em 15 de Abril de 1977
O MT recusou a publicação pretextando que o CCT, livremente acordado entre Associações Sindicais e Sindicatos, implicava encargos salariais superiores a 15 por cento, o que as Associações Patronais negaram.
Os patrões já estão a aplicar o contrato
Os sindicatos fizeram exposição aos órgãos do Poder demonstrando o absurdo desta posição do Governo mas não obtiveram ainda qualquer resposta.

Vinho

Em impasse há 14 meses
15.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor desde Março/75
Aumento do custo de vida desde Março/75 - 54 por cento

SITUAÇÃO ACTUAL:

Não se tendo conseguido negociar praticamente nada nestes 14 meses foi requerido a passagem à via administrativa.
Iniciaram-se em meados de Junho os trabalhos da Comissão tecnica:

Indústria e Comércio Farmacêutico

14.000 trabalhadores
Tabela salarial em vigor, em média desde Janeiro/74
Aumento do custo de vida desde Janeiro/74 - 84 por cento.

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em negociações directas desde 31-5-77
Das 37 cláusulas negociadas só se conseguiu chegar a acordo sobre 4.
O patronato recusa-se a negociar tudo o que se refira à participação dos trabalhadores mesmo a nível do trabalho sindical.
O patronato escuda-se na lei quando esta é desfavorável aos trabalhadores invocando, outras vezes, «legislação para sair» quando a lei vigente não o satisfaz.

Cerâmica

Em impasse há 14 meses
12.000 trabalhadores
Tabela salarial antes do 25 de Abril e mensualizada em Março/75
Aumento do custo de vida desde Março/75 - 54 por cento

SITUAÇÃO ACTUAL:

Em Comissão Técnica por PRT
Tendo o Ministério do Trabalho assumido o compromisso de, na PRT, manter a matéria acordada para o barro branco que não fosse abrangida por lei imperativa (Dr. Custódio Simões e Dr. Moitinho de Almeida) não o fez, apresentando mesmo salários inferiores à proposta patronal e recusando-se a qualquer revisão da sua posição (30 de Maio).
Em 15-6-77 a Comissão Negociadora Sindical foi recebida pelos Drs. Mendes Gaspar e Mineiro que propuseram, embora sem despacho do secretário de Estado do Trabalho, uma tabela salarial superior à acordada para o barro branco (há cerca de 1 ano) mas exigindo que os trabalhadores aceitem não ter diuturnidades e ser pagos relativamente a horas extraordinárias e turnos de acordo com a lei geral. Propuseram ainda outras alterações, nomeadamente, no que respeita aos critérios de admissão e de reconversão profissional.

Nos dois números precedentes de **Alavanca** apresentâmos testemunhos vários da existência e desenvolvimento de uma **nova** cultura, criada pelos trabalhadores das fábricas e dos campos. Sublinhâmos, ainda, a importância que, neste contexto, assume a expressão poética popular e indicâmos também a título exemplificativo outros dos muitos elementos integrantes desta **nova** cultura ou **outra** cultura.

Os textos que foram transcritos nos dois primeiros artigos são indicadores das fortes motivações que levam os trabalhadores, frequentemente iletrados, a exprimir, individual ou colectivamente, os seus modos de sentir e viver as transformações da sociedade portuguesa, depois do 25 de Abril. Estas transformações de que eles são agentes directos, são por si próprios avaliados e documentadas com o recurso de uma nova linguagem, intransigente para com o inimigo de classe. Assim, as alterações constantes que sofre a linguagem dos trabalhadores reflectem a complexidade do processo revolucionário, ao mesmo tempo que traduzem inequivocamente os progressos da sua consciência de classe.

Nos exemplos que iremos apresentar, o ritmo da fala e suas inflexões modificam-se de acordo com as situações vividas pelos trabalhadores empenhados em construir a sua unidade, defender e consolidar as grandes conquistas da Revolução.

1. Slogans e palavras de ordem que exemplificam o rigor expressivo da nova linguagem dos trabalhadores. (Nesta transcrição, as barras indicam o ritmo: uma _ pequena pausa; duas __ pausa maior):

O povo // está //
Com o M / FA!
Soldado // amigo //
O povo / está contigo!

Socialismo // sim //
Exploração // não!

Fascista // escuta //
O povo / está em luta!

A classe // operária //
Está co'a Reforma Agrária!

Agora / já não falha //
A terra / a quem a trabalha!

Os fascistas / comem palha //
A terra / pra quem a trabalha!

Uma só / solução //
Fuzilar a reacção!

Spínola // Osório // Galvão //
E // xe // cu // ção!

2. Quadros e motes de décimas ditos ou entoados em reuniões festivas ou no decurso de comícios, desfiles e outras movimentações de trabalhadores:

O vinte e cinco de Abril
Fica-me no coração;
Igual a um de Dezembro,
A data da Restauração.

Os facistas foram, sempre,
Muito mal habituados:
Faziam, de todos, escravos
Pra eles estarem regalados.

NOVA CULTURA E LUTA DE CLASSES [3]

Os «pides» não eram homens;
Eram cavalos selvagens.
Eram leões, eram tigres;
Eram lobos esfomeados;
Eram tudo, menos homens.

Defendemos Portugal
Com a força da batalha.
Unamo-nos, trabalhadores!
A terra a quem a trabalha!

Nunca a terra teve dono.
A terra dono não tem.
A terra é de toda a gente
Para não ser de ninguém.

Ó agrário, tu já dizes
Que o povo foi ladrão.
Pois ele pode mostrar-te
Que só tem calos na mão.

Portugal está empenhado
Por qualquer reino estrangeiro:
Já não brilham senão notas!
Já se acabou o dinheiro!

O aço nós vergamos,
Do fino e dos mais grosso,
Mas a nós não nos vergam:
Somos de carne e osso! (1)

3. Trechos de entrevistas com trabalhadores de cooperativas agrícolas e UCPs:

— A área total é 2274 hectares (2). De maneira que os agrários apareceram, ao sentirem as ocupações, e aqueles que apareceram foram todos convidados a trabalhar coa gente. Quer dizer que não aparecemos para os pôr fora. Aparecemos com intenção d'os pôr a trabalhare. Eles não aceitaram; nessa altura, então, sempre saíram (...). Admitimos que eles trabalhassem. Foi a tarefa que se lhe deu, porque nós temos uma comissão formada e a tarefa que se lhe deu foi trabalharem. O horário qu'os outros trabalhadores trabalhassém, pois, eles trabalhariam também. Porque a administração, nós vimos muito bem, porque chegou bastante o que eles administraram, até à data. Pois se não foi aproveitada a administração que eles fizeram, pois nós também não iamos aceitar a que ela continuasse.

— Não 'távamos ali para pôr os agrários na rua. 'Távamos ali para ocupar as herdades e, se eles quisessem ter um lugar na sociedade, pois tinham, todos os dias, contanto fizessem o horário de trabalho que nós fizéssemos, ou fossem oito, que fossem nove ou dez horas; quando a gente andàssemos de trabalho, eles andavam ao nosso lado. Governar ou não governar, isso não 'tava em causa; seria os trabalhadores a decidirem isso. Para já, não seria possível, porque já 'tava uma comissão eleita. Mas, amanhã, até poderiam ser eles eleitos. Mas isso não 'tava em causa. O que 'tava em causa era terem de s'alevantar todos os dias cedo e ir trabalhare até à noite; e depois, mediante o seu trabalho, recebiam o seu salário para sobreviverem (...). Quer dizer que eles não aceitaram. E como eles não aceitaram, não ganham. E, se eles aceitassem, era mais uma tarefa para nós, porque, onde 'tava um agrário teria que 'tar um ou dois trabalhadores conscientes, para ver o que fazia e o que ele até não fazia, porque não se podia soltar um agrário aí pró mato...

— Os meus mestres é o que se passa na minha vida e mais ninguém! Todos os trabalhadores que foram explorados na vida deviam levar assim um pequeno alerta... Enquanto houver a classe exploradora, isto nunca mais tem sossego. O fascismo, para mim que sou analfabeto, é o seguinte: a gente trabalha por uma tuta e meis e 'eles' a engordarem, a enriquecerem e, por outro lado, a matarem a gente como quem mata um animal.

— Isto é tal e qual a gente estar a subir uma ladeira. Eu não sei se a gente seremos capazes de conseguir chegar ao fim, isto está mal; e acontece, a gente semos duma classe, só somos beneficiados com a fome, com a prisão e a morte, e explorados, e eles estão do outro lado; aconteceu que eles nunca tiveram preocupações com cousa nenhuma e viveram sempre à custa do suor dos trabalhadores. Atão acontece que eles estão armados, eles estão preparados para que quando haja um recuo nosso, eles avançarem; está a abrir as portas pra isto... mas estão enganados, estão enganados.

Esta amostra testemunha a riqueza expressiva da nova linguagem dos trabalhadores, como instrumento incessantemente aperfeiçoado, posto ao serviço das suas lutas, e veículo da nova altura que constroem na unidade e em estrita ligação com as suas organizações de classe.

(1) Inscrito num pano levado por trabalhadores metalúrgicos, na sua grande manifestação do dia 26 de Maio de 1977.

(2) Cooperativa agro-pecuária Maria Machado.

MICHEL GIACOMETTI

Pede-se aos trabalhadores que nos mandem quadras, décima, modas e outros textos de sua autoria ou de companheiros seus ou, ainda, que nos assinalem poetas populares do seu conhecimento. Lá gradecemos, também, o envio de documentos manuscritos ou impressos, cassettes e fotografias que digam respeito à luta dos trabalhadores, antes e depois do 25 de Abril. Será conveniente indicar sempre os nomes, idade, naturalidade, profissão e habitações literárias dos autores. O Alanca não garante e publicação de todos os textos, mas os de melhor qualidade e significado poderão ser reunidos futuramente em cadernos para editar sob a responsabilidade do nosso colaborador Michel Giacomentti.

Contra o apartheid, o racismo e o colonialismo na África Austral

Portugal foi o país escolhido para a realização da **Conferência Mundial contra o «Apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral** que decorreu, de 16 a 19 de Junho, em Lisboa, e reuniu mais de 40 organizações políticas e movimentos de libertação. Assim, o nosso País, três anos após o derrube do regime colonial-fascista, foi palco de uma das mais importantes realizações contra a discriminação racial, pela liberdade e independência dos povos negros a disporem do seu próprio destino.

Só o 25 de Abril e o processo democrático então iniciado, só a luta de libertação e a independência das ex-colónias portuguesas possibilitaram que, 3 anos depois, o Mundo testemunhasse a realização desta conferência em Lisboa.

A CGTP-IN, fiel ao Programa de Acção aprovado pelo Congresso de Todos os Sindicatos («A CGTP-IN mantêm o apoio e a solidariedade activa aos trabalhadores e aos povos que lutam contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo») faz parte da Comissão Executiva desta conferência. Os trabalhadores portugueses estão assim, lado a lado, com os povos que lutam, hoje, contra a forma mais obscurantista de exploração: o racismo.

O «apartheid» na África Austral conta hoje com o repúdio de todas as forças progressistas mundiais. Sanções contra tais regimes de minoria branca, foram já decretadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. É hoje mundialmente reconhecido o direito aos povos da África do Sul, Namíbia e Zimbabwe de disporem do seu próprio território e do seu destino histórico.

PROGRAMA DE ACÇÃO CONTRA O «APARTHEID»

« povo negro que constitui a esmagadora maioria da população do país tem sido constantemente humilhado e brutalmente explorado. Milhões de pessoas têm sido forçadas a sair das suas casas para áreas reservadas ou «ghettos» urbanos numa tentativa para reforçar a segregação racial. Milhões de africanos têm sido presos sob leis de «pass» e outra legislação racista. Milhares de patriotas têm sido condenados a longos anos de prisão, torturados ou expulsos. Centenas de pessoas têm sido massacradas por participar em manifestações pacíficas contra o racismo. Aos trabalhadores negros têm sido negados os mais elementares direitos sindicais. têm sido presos ou mortos apenas pelo «delito» de participarem em greves» — afirma-se no Programa de Acção contra o «Apartheid» adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua 31.ª sessão, em 9 de Novembro de 1976.

Mais se diz neste Programa de Acção contra o «Apartheid»: «A Assembleia Geral apela a todos os Governos, independentemente de quaisquer outras divergências, para se unirem na acção contra o crime do «apartheid» e a tomarem medidas enérgicas e concertadas pela aplicação das resoluções das Nações Unidas para isolar o regime de «apartheid» e auxiliar o povo oprimido da África do Sul e os seus movimentos de libertação até alcançarem a liberdade».

Sessão de encerramento da Conferência Mundial. O delegado do CGTP-IN, Rogério Torres, ladeado por Joshua Nkomo (Frente Patriótica do Zimbabwe) Ronech Chandre (presidente do Conselho Mundial da Paz) e Roberto de Almeida (vice-ministro das Relações Externas da R.P. Suple)

Mesa que presidiu aos trabalhos da conferência. Entre as personalidades presentes destacamos Joshua Nkomo e Ronech Chandra

A 9 de Novembro de 1976 foi, assim, lançado um apelo aos Governos de todo o Mundo para o corte de «relações diplomáticas, consulares e outras relações oficiais»: «o total embargo... venda e embarque de armas»; cessamento de «toda a colaboração económica»; recusa de «aterragem e facilidades de passagem a todas as linhas aéreas» e o encerramento dos «portos para todos os navios»; proibição do «fluxo de emigrantes, nomeadamente pessoal técnico»; suspensão do «intercâmbio cultural, educacional, desportivo ou outro» fornecimento de «auxílio financeiro e material directamente ou através da Organização de Unidade Africana para os movimentos de libertação»; assegurar «em cooperação com as Nações Unidas e os movimentos de libertação sul-africanos, a mais vasta difusão possível de informação sobre o «apartheid» sobre a luta de libertação da África do Sul»; adesão «à Convenção Internacional para Eliminação e Punição do Crime de «Apartheid»», com o Governo racista e de «apartheid» da África do Sul.

Porém, nem só na África do Sul uma minoria branca explora desenfreadamente a maioria da população negra. Na Rodésia, também, «meia dúzia» de colonos brancos exploram e governam um país de maioria negra. Mas, o isolamento internacional do sr. Smith é, também, cada vez maior.

DO QUE DEPENDE A VIDA NUM REGIME RACISTA

A vida num regime racista, como na África do Sul, não depende de ter nascido numa família rica ou pobre, de ter ou não condições monetárias de acesso à educação e à cultura, de ter um emprego ou não. Depende sim, e acima de tudo, da cor da pele. Se é negro é explorado, se é branco, é explorador.

Na África do Sul, 87 por cento da terra é propriedade dos brancos, que são apenas três milhões e meio, enquanto os negros — 20 milhões — ficam com 13 por cento das terras menos férteis. Nos grandes centros industriais, a grande força de trabalho são os negros que, no entanto, não possuem quaisquer direitos políticos ou sindicais. Os trabalhadores negros são excluídos das negociações salariais e os seus sindicatos não são reconhecidos por lei. As greves dos negros são ilegais. Quanto aos direitos políticos? Só os brancos podem votar e portanto os membros do Parlamento, os juízes e os ministros são brancos. A própria mudança de local de trabalho ou habitação é controlada — todos os homens com mais de 15 anos são obrigados a ter um passe para controlo das suas moradas, local de trabalho, e autorização para poder viajar dentro do próprio país. Os negros não podem, assim, circular livremente dentro do país que lhes pertence. Nos últimos vinte anos, cerca de 11 milhões de negros foram presos por causa da lei de passe e cerca de mil são presos diariamente.

Apenas 6 por cento dos alunos africanos frequentam escolas secundárias. Para os brancos universitários, o ensino é gratuito, os negros, por sua vez, têm de pagar propinas, taxas e outros impostos.

Contra este regime aberrante, contra esta política de desrespeito pelos mais elementares Direitos do Homem os negros têm lutado, lado a lado com brancos, que cada vez mais, engrossam as fileiras dos movimentos de libertação.

O levantamento popular mais recente, contra a política do «apartheid», registou-se em 16 de Junho de 1976, no subúrbio negro de Soweto, ghetto de Joanesburgo, e iniciou a grande movimentação de massas que percorreu quase todas as cidades sul-africanas até ao fim do ano transacto.

Este ano, um forte contingente militar ocupou, a 16 de Junho, o «ghetto» de Soweto, tentando evitar as comemorações do primeiro aniversário do levantamento popular. Contudo, manifestações e greve ficaram a assinalar este grande dia de luta e combate pela libertação.

Como afirmou Joshua Nkomo, dirigente da Frente Patriótica do Zimbabwe, na sessão de abertura da **Conferência Mundial contra o «Apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral**: «Não vimos aqui para fazer discursos e sim para nos pormos de acordo acerca do que temos de fazer para derrotar o colonialismo e o racismo». A luta pela libertação do jugo colonial e racial encontra, cada vez maior apoio internacional. Os Governos de minoria branca estão cada vez mais isolados. Os movimentos de libertação da África Austral vencerão.

ELEIÇÃO DE UMA SINDICALISTA PORTUGUESA NA O.I.T.

Como factor de relevo para os trabalhadores e para o sindicalismo português, durante a 63.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, destaca-se a eleição para a vice-presidência da Comissão que se ocupa da Liberdade Sindical na Função Pública, de Rosa Maria Simões, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, Zona Sul, a quem aprosentamos as nossas felicitações, por essa distinção.

Delegação da CCSS visitou Portugal

Uma delegação oficial do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, chefiada pelo camarada Provotorov, membro do «Presidium» do CCSS e Presidente do Conselho Regional dos Sindicatos de Leninegrado visitou, o nosso país de 13 a 20 de Maio, a convite da CGTP-IN. Esta delegação manteve importantes conversações com o Secretariado Nacional da CGTP-IN, e visitou algumas fábricas, em diversas regiões do país. Durante a sua estadia, o CCSS e a CGTP-IN assinaram um Plano de Cooperação para o ano de 1978. Entretanto, e durante uma conferência de Imprensa efectuada pelo Secretariado da CGTP-IN e pela delegação do CCSS, foi assinado um Comunicado Conjunto, no qual o CCSS e a CGTP-IN «manifestaram a certeza de que o desenvolvimento das relações sindicais soviético-portuguesas e da cooperação nas bases expostas, contribuirão efectivamente para a consolidação da amizade e da compreensão mútuas e para a ampla cooperação entre os trabalhadores e os povos da União Soviética e de Portugal no interesse da luta comum contra o imperialismo e a reacção, pela causa da classe operária, pela Paz, pela Democracia, pelo Socialismo».

Por outro lado, e no tocante aos importantes problemas da actualidade e do movimento sindical internacional «ambas as partes destacaram a grande importância da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa realizada em Helsínquia e a necessidade do alargamento e do aprofundamento do desanuviamento internacional e o estabelecimento da cooperação mutuamente vantajosa entre os povos». Ao salientarem que o desanuviamento da situação internacional que se tem processado e que se reflecte beneficamente no movimento sindical internacional» frizaram «a grande importância dos resultados da 2.ª Conferência Sindical Mundial Europeia». Pronunciaram-se, ainda, «pela rápida convocação da Conferência Mundial do Desarmamento», e expressaram «a sua profunda satisfação com a legalização de todos os sindicatos de Espanha» Manifestaram, por outro lado, a «sua solidariedade com os trabalhadores e a CUT do Chile», o seu «total apoio à justa luta dos povos da África Austral» e saudaram a convocação da 2.ª Conferência Sindical Mundial contra o Apartheid».

NOTÍCIAS BREVES

EDGB-RPH

A CGTP-IN esteve representada por José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional e Alice Rocha, membro do Secretariado Nacional, no IX Congresso da FDGB-RDA, que se realizou de 16 a 19 de Maio. Os mesmos elementos do Secretariado Nacional da CGTP-IN estiveram também, presentes no IX Congresso do ROH-Checoslováquia, efectuado de 25 a 28 de Maio.

CGIL-CISL

Uma delegação da CGTP-IN — composta por José Santana e Costa, membro do Secretariado Nacional, e José Carinhas, membro do Departamento Internacional — participou nos trabalhos dos Congressos da CGIL e da CISL — Centrais Sindicais Italianas. Os referidos Congressos realizaram-se de 6 a 11, e de 14 a 18 de Junho, respectivamente.

O CONTO DO MÊS

um inédito

de

A. Vicente Campinas

Do livro de contos a publicar "VENTANIA"

EXAUSTO, o homem chegou a casa. Estendeu-se na dureza da cama, que acabara de abrir e ocupava metade do cubículo. Nem ânimo teve para despir o casaco.

— Ah...

— Que tens, Manuel?! — E a companheira foi para ele, aflita. Riscou um fósforo, que meteu um punhal de luz no dorso do escuro. Num relance, viu a face atormentada do marido. — Que tens, filho? Estás doente? — E choramingando: — Ai, Nossa Senhora dos Mártires, se adoeces, que vai ser de mim? Que vai ser de nós?

Enxugou os olhos no avental. Correu para um dos cantos da estreita peça. Acendeu um fogareiro, a petróleo. Meteu água numa vazilha, que pôs sobre o lume. E tornou para o marido, com a voz angustiada:

— Diz lá, Manuel. Tu estás doente? Sentes-te mesmo doente? Que é que tu tens? Que é que te dói? Diz!

— Sossega, amiga. Não me dói nada. Não, não estou doente, que eu saiba. Estou muito cansado. É isso mesmo. Sinto-me muito cansado. Muito cansado. Estoirado de todo, é o que é. Mas com uma boa soneca, isto passa.

— Ah! Sempre me tiraste um peso de cima! Fiquei tão aflita, quando te vi entrar, que nem tu calculas! Tens que ter cuidado com a tua saúde, Manuel. Tu trabalhas demasiado. E não descansas o preciso. O corpo é uma máquina como as outras, Manuel. Uma máquina que também precisa de descanso, de vez em quando, para não se avariar.

— Bem sei, mulher. Bem sei.

— Tu sabes... Dizes que sabes, mas vais sempre abusando. Olha que a saúde não se compra por dinheiro nenhum! E ela não está fechada na nossa mão. Ou é mentira, isto que eu digo?

— Não é mentira, não, amiga. Não é mentira. Mas eu sei bem até onde devo estender a perna... Podes crer que eu sei defender-me.

— Lá vens tu com a mesma história. Dizes que sabes defender-te. Essa teoria não está certa com o que fazes. Alguma vez tu te poupas? Sempre que te pedem para ires aqui e ali, pronto, lá vai o meu homem na ponta da unha, sem mesmo olhar para trás. É isto verdade, ou não é?

— Sim, é verdade. Tu tens razão. Mas agora, deixa-me descansar, que bem preciso. Sinto-me mesmo estafado a valer.

— Não, Manuel. Assim não pode ser. Acho que isto, assim, não pode continuar. Dás cabo de ti e de mim. Depois de um dia de trabalho tão duro, na fábrica, como tens, o que o corpo deve pedir é a cama. Mas tu nunca fazes isso. É raro quando não tens que sair, à noite.

— Está bem, mulher. Tens toda a razão. Mas não falemos mais nisto, agora. Dá-me mas é de comer, que estou cheio de larica. Anda, dá-me qualquer coisinha que se mastigue.

Um militante

Irei em seguida direitinho para o vale dos lençóis. — E abrindo a boca, num largo bocejo ruidoso; — Realmente, estou mesmo estropiado de todo!

Mastigava, enquanto ruminava nos problemas do trabalho mastigar, parecendo fixar determinado ponto da parede, metida na fraca iluminação do candeeiro. Respirava fundo, com frequência, na morna lentidão do cansaço. Entrecerrou os olhos e murmurou, como se discutisse com um companheiro invisível:

— E depois? Se os gajos se decidem... Não, isto, assim, não está certo. Nem é justo.

A seu lado, a mulher comia lentamente, sem deixar por um instante de observá-lo. Habituara-se, desde há muito, a essas divagações do marido, à hora da refeição. E não ousava interrompê-las. Esperava, ansiosa, que ele se decidisse a ir para a cama, assim que acabasse a refeição.

— Bem, este já cá canta, Mariana — disse o homem, dando pequenas palmadas de satisfação no ventre. — Vamos lá, então, estender o esqueleto — gracejou, sem entusiasmo, erguendo-se e espreguiçando-se ruidosamente. — Bem que ele precisa, o pobre.

A companheira ajudou-o a libertar-se das grossas botas de trabalho, despiu-lhe as calças e encaminhou-o para a cama, enquanto ele repetia os bocejos sem cessar. Dirigiu-se para o canto que servia de cozinha, começando a lavagem da louça. Ouviu o marido na sinfonia dos bocejos, enquanto se metia sob os lençóis, fazendo ranger a palha do colchão. Lavada a louça, acomodou-a num largo alguidar de barro vidrado. Sentou-se numa pequenina cadeira e começou a passajar a roupa, ensimesmada. Sentia-se contente pelo facto de o marido ter concordado em deitar-se logo a seguir à refeição. Era tão raro que isso acontecesse! Quase sempre saía, mal engolia o jantar, só regressando às tantas da noite! Outras vezes, quando não saía, ficava horas e horas, longas horas, a ler e a escrever, à luz do candeiro de petróleo. Lia livros e jornais. Jornais e outros papéis que falavam do sofrimento do povo. E das suas lutas. Dos protestos contra a carestia da vida. Contra a falta de trabalho. Dos protestos contra a guerra. E contra as injsutiças. Mas, também, das esperanças numa vida melhor, mais justa, mais humana.

— Estás ainda muito demorada em vir prá cama, Mariana? — murmurou o homem, sonolento, tentando resistir inutilmente aos ataques do sono.

— Não, não demoro mesmo nada. É só acabar de passajar estas meias.

Momentos depois, o homem ressonava. Um ressonar pesado que atormentava o silêncio do pequeno compartimento. A mulher baixou cautelosamente a luz, acomodou melhor as roupas ao corpo do marido e dispunha-se a dormitar um pouco na cadeira, evitando de meter-se na cama para que o marido não pudesse acordar quando, de repente, soaram pancadas na porta.

Sobressaltada e receando que o marido acordasse, soprou a mortiça luz que enchia de sombras a peça da habitação. E aguardou na escuridão, angustiada e enervada.

Novas pancadas soaram, agora mais fortes e secas.

— Quem é que está aí? — perguntou, medrosa, a meia voz.

— Sou eu, Marianita. Abra.

— Eu, quem? — Sentiu-se derrotada, de coração angustiado, prevendo que não seria nada de bom vir alguém, aquela hora, bater à sua porta. — Quem é?

— Então a Mariana não me conhece pela voz? Sou eu, o Chico Zé — sussurrou, do outro lado da porta. — Abram lá isso, depressa!

Manuel deu um salto da cama, quando a companheira o abanou. Enfiou as calças, num ápice, embora ainda estremunhado. A mulher abriu, entretanto, a porta.

— Que se passa, Chico?

— Há uns amigos que precisam falar contigo.

— É assim tão urgente, isso? Qualquer coisa de grave? Que se trata?

— Sim, é um problema grave. E muito urgente. De contrário, não tínhamos vindo a esta hora à tua casa.

— Diz lá, então. O que é que se passa?

— É por causa dos despedimentos dos camaradas, desta manhã.

— Ah, bom! Há algo de novo, sobre isso?

— Me parece que sim.

— Está bem. Vai andando. Eu vou lá a ter.

— Vais demorar muito? Olha que os amigos estão com pressa.

— Não, não demoro mesmo nada. Vou já de seguida. Onde é o encontro?

— No sítio do costume.

Mariana olhava para o companheiro, de olhos humedecidos pela teimosia das lágrimas, sem dizer palavra. Sentia-se infeliz, não só pelo frustrado descanso do marido como, sobretudo, por não saber como poder ajudá-lo em tais momentos. Segurou o balde, que o marido lhe estendeu e despejou-o sobre a cabeça que esperava.

— Isto é remédio santo para espantar o sono — disse o homem, como se se desculpasse de tal situação.

Momentos depois, embrulhado em roupas e silêncio, Manuel metia-se pela noite fora, noite adentro, ao encontro dos seus camaradas.

PARIS, 1965

GABROVO:

XI Festival do Riso

É costume dizer-se que o riso prolonga a vida humana. É também certo e sabido que quem ri por gosto não cansa. Todavia, para organizar em termos internacionais um Festival do Riso, o que acontece em cada dois anos em Gabrovo, cidade da Bulgária, muita gente se esfalfa para, no fim, obter uma retemperante gargalhada.

Comemorou-se no passado mês de Maio o Dia Nacional da Cultura Búlgara. Ele foi celebrado em vários países do mundo, tendo Portugal participado, também, activamente, através de realizações levadas a cabo pela Associação de Amizade Portugal-Bulgária, em colaboração com a embaixada daquele país, em Lisboa, e com a Secretaria de Estado da Cultura.

Mas foi naturalmente em Gabrovo que se atingiu uma expressão assaz curiosa de manifestação cultural. Os gabrovianos, gente bem disposta por natureza e amiga das boas histórias, verdadeiras ou inventadas, foram os primeiros cidadãos da Bulgária a chegar à conclusão que o humor e os humoristas, deveriam encontrar-se para celebrar a nível internacional os melhores e mais lídimos representantes do humor e da sátira.

Coleccionar, estudar, organizar e popularizar a vasta gama de humor praticado na Bulgária foi a primeira etapa, iniciada pelas gentes de Gabrovo, o que levou, numa fase seguinte à edificação de Uma Casa, dedicada, justamente ao humor e à sátira, tanto nacional como internacional. O apoio moral e o reconhecimento internacionais surgiram prontamente através das ofertas de inúmeras e valiosas obras originais e de variadas cópias da arte dos mais conhecidos representantes internacionais do humor e da sátira.

Para já, a Casa onde está exposto o «Humor dos Povos», que por ainda não estar acabada não ocupa a área prevista de 12 mil metros quadrados, é composta de 6 compartimentos, sendo cada um deles dedicado a uma forma particular de expressão humorística e satírica.

Num desses compartimentos, o da Caricatura, podem ver-se o estudo e a documentação que dão ao visitante a ideia do caminho percorrido por conhecidos caricaturistas, através de exposições, edições de catálogos, almanaques e antologias.

Também a crítica social e política ali estão representadasnocompartimento da Pintura, onde as obras humarísticas têm igualmente uma elevada expressão. Nos restantes compartimentos, Literatura, Cinema, Teatro e Fotografia, cada um deles com as suas características específicas, os visitantes de todo o mundo têm a oportunidade de se deliciarem com as mais dispares propostas picarescas.

O Festival Nacional do Humor e da Sátira, realizado de dois em dois anos em Gabrovo, é organizado em grande parte pela Casa a que nos referimos. Mas é toda a população de Gabrovo que se empenha em hospedar e galardoar os muitos milhares de visitantes de todas as partes do mundo. Em 1973, por exemplo, o maior prémio, o «Ezop de ouro», foi atribuído a um internacionalista do riso, o turco Eerdogan Bozok, enquanto o mesmo prémio, em 1975, coube ao soviético Andrei Nekrassov. Será que este ano, a magnífica escultura do mestre italiano Giacomo Manzu, irá parar às mãos de algum compatriota nosso? Boas graças não nos faltam, nem, felizmente, faltaram, mesmo no tempo do fascismo.

Para além de um divertidíssimo e sempre esperado corso carnavalesco, no Festival deste ano, que teve início no dia 21 de Maio prolongando-se por 10 dias de boa disposição, os artistas búlgaros e estrangeiros participaram em exposições e concursos, realizados na Casa do Humor e da Sátira, com as seguintes temáticas: «A caricatura e a pequena plástica satírica», «O humor e a sátira na pintura», «Máscaras Rituais», «O humor e a sátira na pintura de culto».

Prepararam-se, igualmente, uma «Exposição Nacional da caricatura búlgara», e exposições independentes dos búlgaros Assem Grozev e Georgui Tchapkanov e do pintor soviético Ivan Semionov. Uma revisão internacional da cine-comédia e de filmes de animação, bem como a apresentação de conjuntos satíricos populares e encontros com humoristas populares da Bulgária, foram outros dos acontecimentos celebrados no XI Festival do Humor e da Sátira.

Dez dias de «desopilanço» para quem teve a oportunidade de assistir a estas manifestações culturais. Dez dias em que a difícil língua eslava não encontrou barreiras de penetração, por intermédio deste dicionário muito particular de Gabrovo e das suas gentes — o riso.

Das gentes de Gabrovo diz-se que, para além de contadores de histórias emeritos, são também uns grandessíssimos forretas.

Eis alguns exemplos:

Um gabroviano recebendo visitas em sua casa, ofereceu-lhes batatas, dizendo-lhes:

«Sirvam-se. Não façam cerimónia. Estas batatas são da minha produção».

«Mas tu não tens nenhuma horta, pois não?»

«Não, mas comprei um terreno no cemitério, para mim e para a velhota, e vou-as cultivando ali, entretanto».

O criado, no restaurante: «Aquele cliente está a queixar-se porque tem um caracol na sopa».

O gerente do restaurante: «Então e depois? Ponha-lhe isso na conta».

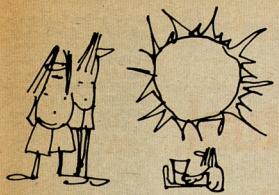
«Minha querida, qual é a temperatura aqui em casa?» — perguntou um gabrovoniano à mulher.

«15 graus», respondeu-lhe a mulher.

«E lá fora?».

«Lá fora estão 20 graus».

«Então abre a janela» — disse o marido — «e deixa entrar os outros cinco».



Férias portuguesas, pois claro!

Os feriados de Junho proporcionaram como que uma antevisão do que será o Algarve em plena época veranil. Porque nem o mau tempo (que decididamente parece não concordar com a decisão de paralisar o país durante tantos dias) foi capaz de refrear os muito milhares de pessoas que abandonaram as cidades. E, como sempre o Algarve foi uma das zonas mais procuradas. O porquê desta preferência obstinada continua a ultrapassar o nosso entendimento, pois não há dúvida que, de uma maneira geral, os turistas nacionais e estrangeiros deparam com uma série de dificuldades de vária ordem, além da tradicional falta de distrações (boites à parte, claro!).

Pois se o Algarve é a zona turística mais procurada do País, Albufeira é, de entre todas as praias da região, a que ha mais tempo mantém as honras de vedeta. À parte a indiscutível beleza da terra, o pitoresco de certos recantos e as excepcionais condições do mar, a verdade é que Albufeira tem muito pouco para oferecer ao turista. Além, portanto, das praias de um variadíssimo número de **boites**, continua a não haver onde passar o tempo. Nem campos de jogos, nem esplanadas amplas e calmas, nem um único recinto onde se possa ler ou conversar para matar o tempo. Quem aluga um quarto e quer arejar para além das horas de praia, acaba por se ver envolvido num verdadeiro reboliço em que de facto a terra é pródiga, motivado por um dos sistemas de trânsito mais caóticos do país (o que já é dizer alguma coisa!), que arrasa os nervos tanto dos automobilistas como dos desgraçados dos peões. Ali ainda não chegou a campanha de «devolver os passeios aos peões». Até porque, em boa verdade, a maior parte das ruas mais estreitas e sinuosas, nem sequer têm passeios...

Por outro lado, as pessoas sensíveis à poluição sonora devem evitar cuidadosamente esta vila em que desde a mais pequena motorizada à maior das camionetas tudo ronca e estremece. Quem pretende realmente descansar, deve preferir os vários aldeamentos nos arredores da terra, onde a calma é muito maior e o contacto com a natureza mais autêntico.

ACIMA DE TUDO, BOLSA BEM RECHEADA

Se pretendemos passar férias em Albufeira, temos ainda um outro problema a encarar e que exige muita ponderação: o problema do dinheiro. De uma maneira geral, quem tem acesso a uma estadia em zonas como esta? «Tem que ser de milionário para cima», dizem os moradores locais. Descontando o exagero e pondo de parte as excepções, como sejam as pessoas que por diversos motivos têm acesso a condições especiais, não há dúvida que é preciso dispor de uma quantia muito razoável para que uma família se abalance a ir para Albufeira durante os meses de Verão (justamente aqueles em que os preços mais sobem).

Senão, vejamos: as diárias nos hotéis oscilam entre os 440$00 e os 1.030$00 por casal (sem refeições) e os 250$00 e os 605$00 para pessoa só. As refeições nos hotéis andam pelos 100$00 a 200$00. Na antiga Pensão Albufeirense, de capacidades muito reduzidas e que não serve refeições, as dormidas custam 300$00 para o casal e 180$00 para pessoa só. Falamos de uma maneira geral e baseados nas informações que pudemos obter.

Por outro lado, existem vários tipos de apartamentos, cujos preços variam. Abriram há pouco os Apartamentos Turial, que além de mobilados têm loiças e roupas e cuja tabela é a seguinte: casal, 630$00 por dia; com capacidade para 3 pessoas, 750$00; para 4 pessoas, 840$00; para 5 pessoas, 900$00; e para 6 pessoas 990$00. Quartos com muito poucas condições e com serviço de casa de banho comum, custam entre os 200 e os 300$00 por dia. Com casa de banho privativa, entre os 350$00 e os 500$00 por dia. Uma casa com 3 divisões foi alugada por 60.000$00 para o mês de Agosto. Um apartamento com uma divisão, pequena cozinha e casa de banho, aluga-se por 9.000$00 por semana.

E nestas condições os veraneantes são obrigados a optar por fazer as refeições em casa ou ir tomá-las a qualquer restaurante (entre as duas hipóteses, o diabo que escolha!).

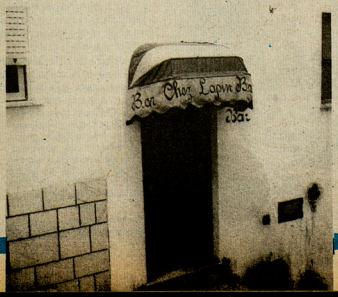
Na primeira hipótese, ver-se-á a braços com inúmeras dificuldades,

Continua na pág. 46

Mas para quem?

Os Apartamentos Turial, que não são propriamente para operários nem funcionários públicos

Um pouco por toda a parte, nomes de restaurantes e de bares em francês, em inglês...



A aliança do trabalho manual com o intelectual constrói-se no dia-a-dia

DURANTE os últimos três anos, muitas vezes têm os trabalhadores portugueses ouvido falar de cultura. Tentam uns valer-se da confusão estabelecida em torno desta palavra ao longo dos negros anos da ditadura fascista, para através dela, recrutarem pessoas honestas para as fileiras de partidos que, embora se digam democráticos, fazem uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e de flagrante recuperação capitalista. Outros, quedurante esse longo período em que fomos sacrificados por um sistema obscurantista e ferozmente repressivo, nem tão pouco nela falavam, arvoram-se hoje em acérrimos defensores da «cultura», e já se permitem promover «sessões culturais» (segundo eles), no decorrer das quais é feita a apologia do tascismo e do nazismo e onde nem faltam os gritos de «viva o fascismo», como há bem poucos dias um jornal regional informava. Resta-nos acrescentar que as sessões propagandísticas tiveram lugar no Instituto Alemão de Lisboa.

Outros há ainda que muito embora não estejam enquadrados nestes dois tipos de malfeitores da cultura, consideram o trabalho intelectual separado do trabalho manual, talvez por falta de esclarecimento. E, pois, sobre esta errada divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual que nos iremos debruçar hoje.

O DIREITO À CULTURA

Tentando elucidar alguns amigos que se encontrem neste último grupo, socorremo-nos de várias afirmações de **Wieslaw Rogowski**, presidente da Comissão de Cultura do Conselho Central dos Sindicatos Polacos.

«Na Polónia as forças sociais e progressistas sempre consideraram como seu dever tornar acessível a cultura e a educação a toda a nação. Os artistas, escritores e publicistas esclarecidos nunca recusaram compartilhar a responsabilidade pelos destinos da sociedade e alguns deles participaram nas lutas da classe operária pela sua libertação. Esta corrente, na tradição social, cultural e intelectual, foi obviamente desenvolvida no programa de acção do nosso partido (POUP) e nos sindicatos, após a proclamação da República Popular da Polónia, cuja Constituição garante aos trabalhadores o direito ao ensino, à educação e à cultura.

«Na altura, quando no nosso país a educação e as possibilidades de aproveitamento do património intelectual e artístico polaco atingiram um elevado nível, surgiram novos e até então desconhecios problemas nesta escala. A questão fundamental era saber qual deveria ser o papel da classe operária dos grandes centros industriais e, de 1973, por iniciativa do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, o Conselho Central dos Sindicatos, o Ministério da Cultura e das Artes e a Federação das Uniões Socialistas da Juventude Polaca iniciaram os trabalhos sobre um programa de acção a longo prazo intitulado «A União do Mundo do Trabalho com a Cultura e as Artes». Foi decidida a pesquisa de vários elos desde há anos existentes entre os

A Casa da Cultura da mina de carvão «Zabrze» é conhecida pela sua Universidade para os pais e pelos estudos sociopolíticos. Na foto: um aspecto da exposição organizada na secção de artes plásticas

em linhas gerais, nas empresas socialistas na criação de cultura, ou seja, até que ponto a classe operária aproveitaria as possibilidades de participar na cultura e de influenciar a sua própria forma e também em que medida as ligações entre os meios operários e artísticos influem no ritmo e na orientação da actividade artística e criadora.

«Porém, em Dezembro

O Clube dos Amadores do Bom Livro, junto à biblioteca da Fábrica Henryk Cegielski Posnan, em Posnan, é muito frequentado pelos trabalhadores da empresa. Para popularizar os novos livros, os activistas do clube organizam encontros com os autores e com os críticos literários

trabalhadores industriais e os artistas, das formas de participação operária nas actividades artísticas e culturais, como também estudar a própria e autêntica actividade criadora dos operários. A atenção dos organizadores concentrou-se em 22 empresas, que foram submetidas a várias experiencias e observadas nas suas condições normais, em certas actividades, como: encontros com artistas, discussões sobre filmes, obras literárias e plásticas, e a colaboração dos operários em instituições artísticas ou em escolas de Belas-Artes.

«Durante a primeira etapa da actividade da «União», isto é, nos anos

As multinacionais e a Informação Estatizada

As multinacionais, correia de transmissão do imperialismo (em Portugal, antes do 25 de Abril, ponta de lança da mais feroz exploração capitalista), voltam como dantes a ameaçar os trabalhadores portugueses e a dispor de antigos favores administrativos e publicitários.

de 1974 e 75, até à reforma administrativa do país com a criação de 49 departamento, 22 empresas participaram na realização do programa e constituíram a plataforma para a aproximação dos meios artísticos e operários. Nos meados de 1975, ante a nova situação, com a criação de um maior número de departamentos, surgiu o problema da integração destes novos centros administrativos no programa de aliança do mundo do trabalho com a cultura e a as artes. Estas divisões criaram novas entidades socioeconómicas, novas regiões onde portanto os processos culturais devem ser desenvolvidos e consolidados: Então, foi também decidido o aumento do número das empresas participantes na «Aliança» de maneira que em cada departamento declarasse o acesso de 3 a 15 novas fábricas ou empresas agrícolas, dependendo das iniciativas, das necessidades e das possibilidades fundamentais de cada departamento. Cada um deles (departamento) passou desde então a ser representado no Conselho Nacional do Programa da «Aliança». Em cada departamento foram criados órgãos específicos responsáveis pela realização deste programa, sendo integrados por representantes do Conselho Sindical, Federação das Uniões Socialistas da Juventude Polaca, das empresas, dos meios criadores e das instituições artísticas, actuando juntodasseoções de cultura e das artes da administração departamental.»

Gostaríamos de publicar na íntegra as afirmações de Wieslaw Rogowski, que daríam uma visão mais clara, aos trabalhadores que leêm a nossa revista, sobre a ligação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual na Polónia Como tal não nos é possível, devido à falta de espaço com que actualmente «Alavanca» se debate, retomaremos a sua publicação noutra oportunidade.

FERNANDO FITAS

Para todos (e tantos fomos e somos os explorados deste País) os que não esqueceram o largo campo de manobras que o fascismo ofereceu de mão beijada às empreas multinacionais radicadas em Portugal, não pode deixar de preocupar o tipo de recuperação económica que o executivo está a pretender institucionalizar neste momento, no âmbito do qual tudo indica, continuarão a ter assento privilegiado, juntamente as famigeradas multinacionais.

Não é de admirar em consequência do que ficou exposto, que os trabalhadores procurem, através de formas de luta canalizadas pelas respectivas organizações sindicais, as respostas mais adequadas para a ameaça que os espreita.

Para já, impõe-se uma denúncia muito clara e muito firme do alarido que em torno das multinacionais (e visando o seu regresso em beleza) se está fazendo a diversos níveis, dos quais é urgente destacar-se a via publicitária. Rios de dinheiro, voltam a subsidiar campanhas de publicidade em grande estilo onde as multinacionais são elevadas ao mais alto expoente.

Servindo-se das tradicionais formas de intoxicação da opinião pública, utilizando os os antigos apelos ao consumo indiscriminado, as multinacionais colaboraram impunemente no ataque generalizado que as forças mais reaccionárias vêm de há tempos a lançar contra a autêntica democracia que a nossa Constituição consagra, donde concretamente e sem subterfúgios sobressai o socialismo como meta.

Nesta preocupante eventualidade, os trabalhadores deste País constatam que, para além do progressivo comprometimento do Governo em relação às pátrias do capitalismo (Estados Unidos da América do Norte e a Comunidade Económica Europeia, designadamente), a nova escalada das multinacionais se está a acelerar em Portugal.

Assim, e contando com a passividade cúmlice dos poderes constituídos e a aliança actuante da direita reaccionária, as multinacionais arremetem às escâncaras e não perdem tempo.

Ao fazê-lo, e porque sabem de antemão quais os trunfos de que podem dispor, elas voltam a utilizar os canais publicitários de antigamente para propagandear as suas hipotéticas delícias.

A Imprensa (incluíndo a estatizada), a Rádio e a Televisão, fazem de bom grado o jogo sujo da exploração capitalista, através das formas mais sofisticadas que justamente as multinacionais representam.

Mormente a Imprensa estatizada, assim como a RDP e a RTP (controladas pelo Governo), ao fazer publicitariamente a apologia das multinacionais (ou dos seus produtos) estão, além do péssimo serviço à Constituição e à democracia, a ofender muito gravemente os trabalhadores.

Seria, de resto, muito curta a memória dos homens, se nos esquecessemos do único interesse que presidiu ao estabelecimento das multinacionais no nosso País.

Todos se recordarão, por certo, que foi a mão-de-obra excepcionalmente barata, aliada à repressão fascista que anulava à partida, o poder reivindicativo dos trabalhadores pela proibição de um Movimento Sindical livre, o grande incentivo para a desenfreada implantação das multinacionais na nossa terra.

Contudo, o movimento libertador do 25 de Abril trouxe-nos esperanças novas e a prática dos primeiros tempos apontou sem disfarces o rumo que a maioria dos portugueses quis desde logo imprimir à revolução.

De acordo com as bases programáticas do MFA, primeiro, e mais tarde, segundo o articulado da Constituição (a mais progressista do chamado Mundo Ocidental), os trabalhadores portugueses pareciam estar de uma vez para sempre livres da antiga exploração do capitalismo internacional.

Tal não acontece, antretanto, a despeito das leis vigentes e da vontade expressa pela maioria do povo em eleições livres.

Uma evidente indefinição governativa, à qual não é estranho o já aludido comprometimento com o mundo capitalista, serve gradualmente de plataforma ao ressurgimento de velhas formas de exploração capitalista que incluem a ressurreição do poderio das multinacionais.

Além do mais, voltamos a sublinhar com insistência o papel que a Imprensa (normalmente Imprensa estatizada) a RDP e a RTP, tem vindo a desempenhar na referida ressurreição das multinacionais, em frontal contravenção com a lei fundamental e, consequentemente, com os interesses mais legítimos das classes trabalhadora.

Os exemplos diários do que afirmamos, por demais evidentens, não nos parece que necessitem aqui, dos fundamentos estatísticos que, por norma, servem de esteio às versões oficiosas.

Aqui, pelo contrário, trata-se de denunciar na perspectiva dos trabalhadores toda uma manobra concreta de recuperação imperialista a favor das estruturas concertadas de recuperação imperialista a favor das estruturas económicas do País, estratégia que as multinacionais sabem de cor e têm utilizado em vários continentes e em consabidas situações históricas.

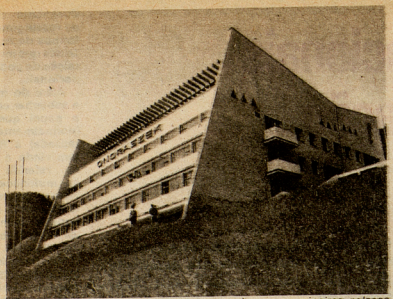
Do desmascaramento deste tipo de actuações, a partir do esclarecimento das massas trabalhadoras, pode efectivamente processar-se, no futuro, a tansformação da sociedade portuguesa conforme a Constituição de 1976.

É o que pretendemos com estas linhas, que alinhavámos a pensar nos interesses dos estratos mais desfavorecidos, ou seja a maioria dos portugueses.

Resumindo, assim, o recado que por nos parecer urgente quisemos hoje transmitir, alertamos uma vez mais todos os trabalhadores de Portugal para o perigo do regresso das multinacionais, bem patente na ofensiva publicitária que os órgãos de Comunicação Social vêm vinculando com despudor, mormente (pela responsabilidade constitucional que lhes compete) a Imprensa, a Rádio e Televisão ditas estatizadas.

RODRIGUES BORGES

desporto



Esta é uma das muitas casas de repouso de que os mineiros polacos dispõem, na Silésia, para se retemperarem do seu árduo trabalho

O repouso do mineiro

Já no último número aqui deixámos algumas ideias sobre a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, sobre o que se faz na Polónia e o que se não faz em Portugal, mas poderá vir a fazer-se, um dia.

Tratar-se-ia agora de entrarmos, mais concretamente, na nossa experiência polaca, dando conta de uma visita que efectuámos a uma estância de repouso destinada a mineiros e que funciona durante todo o ano.

PARTIMOS de manhã cedo de Katovice, levando como guia Lidia Nowakova, jornalista desportiva. Cem quilómetros de estrada e, no seu decorso, passamos da Silésia Negra para a Silésia Verde. Das altas chaminés que enfarruscam os céus para as altas montenhas onde os mineiros e as suas famílias têm os seus períodos de oxigenação, quer nos fins-de-semana ou noutros períodos de folga, quer nas férias grandes.

A montanha que escalamos fica nos Carpatos e a aldeia que nos espera chama-se Jeszowiec, a 1527 metros de altitude. Depara-se-nos uma colina que faz lembrar a Suíça, quer pelos dons da Natureza, quer pela quantidade de instalações hoteleiras de vários tipos e dimensões, mas todas com um ar moderno, lavado, rasgado. Uma Suíça, sim, mas para operários, para mineiros e não para turistas abastados. Cada mina, cada empresa tem aqui o seu estabelecimento próprio, a casa de repouso para os seus trabalhadores e visitamos uma casa-tipo, de seu nome «Ondrasek», o nome de um herói mitológico da Polónia. O director chama-se Kazimieres Czempas, é um antigo mineiro, recebe-nos no seu (discreto) gabinete e acompanha-nos depois numa visita às instalações.

Pomos-lhe uma questão:

— Suponha que eu era um turista estrangeiro na Polónia, passava por aqui no meu carrito (que até não tenho), com a mulher e os filhos (que até são filhas), encantava-me naturalmente com o lugar e com esta vossa bela mansão e toca de entrar e pedir dois quartos...

Kazimiers explica:

— Bom, o mais provável seria a gente dizer-lhe: o senhor desculpe, mas está enganado, temos muita pena, mas não pode ser; embora não pareça, isto é uma dependência de uma fábrica, ou melhor, é uma secção da mina onde a gente trabalha...

— Parece um hotel para turistas — ainda objectaríamos.

E o eventual diálogo prosseguiria deste modo:

— E é mesmo para turistas, só que turistas nacionais, é para trabalhadores, os nossos mineiros também têm direito a fazer o seu turismo, nas horas vagas, nas férias, nos seus lazeres.

— Mas está cheio?

— Está. Neste momento, está. Normalmente está. Esta casa pertence a uma cooperativa de Mineiros, tem lotação para cento e cinquenta pessoas e organizamo-nos em turnos. A nossa mina situa-se na cidade de Bytom, aqui perto. Fazemos por ano 23 turnos de 150 pessoas e cada turno dura catorze dias.

— Ainda fica vaga uma quinzena — reparamos, na esperança de uma aberta.

— Evidentemente, é necessária, pelo menos uma quinzena por ano para obras de reparação e de conservação e até para introduzir melhorias.

— Decididamente, não há esperança nenhuma... desanimaríamos.

— A menos que, por acaso, houvesse qualquer vaga, alguma falta, alguma desistência de última hora. Nesse caso, poder-se-ia fazer uma excepção para um turista ocasional, que teria, no entanto, de pagar os preços normais de um hotel de primeira classe. Digamos que o senhor, aqui, pagaria, por cabeça e por quinzena, 1700 zlotis, enquanto o mineiro da nossa cooperativa paga 600 zlotis. É mesmo de 1700, para efeito da nossa contabilização, o preço que se faz, só que o Estado paga o resto, através do Ministério de Indústrias Mineiras e Energéticas.

Ao tempo da nossa visita, escudo e «zloti», equivaliam-se, de modo que nem sequer era cara a estada em Jaszowiec, só que... está cheio, não há lugares, é dos mineiros é dos mineiros. E muitos vimos, com as mulheres e os filhos, nas várias dependências do hotel (salas de jogos, sala de TV, amplas varandas) e mais os vimos em torno do hotel, escalando a montanha, num «footing» retemperador lá nas alturas, bem necessário para quem trabalha nas funduras da terra.

Só nesta encosta, nesta aldeia há dezassete instalações como a «Ondrasek», umas maiores, outras menores, mas todas com todos os requisitos não faltando sequer as instalações para a prática desportiva. Em toda esta montanha Beskid Silesie, são em número de 22 as casas de repouso para mineiros, polvilhando de belos edifícios este recanto maravilhoso da Silesia Verde. Umas têm lotação para duzentas pessoas. Outras, género pousada, apenas para umas quarenta. Digamos que cento e cinquenta é a mèdia.

Os mineiros em férias (mais de um ano de trabalho já dá direito a um mês de férias) são distribuidos pelos vários meses do ano, mas os meses mais desejados são os de Inverno, por causa dos desportos da neve que conta entre os mineiros excelentes praticantes, tal como é também desta região que sai o maior número de ciclistas de nomeada.

Há pistas excelentes para a prática do «Ski» e seis teleféricos para condução

dos esquiadores e dos turistas... porque, note-se, também há, nesta montanha, hotéis para turistas-turistas e o governo polaco tem até desenvolvido, ultimamente, uma grande campanha de atracção de turistas estrangeiros, figurando os desportos de Inverno como um dos atractivos maiores.

Visitámos, seguidamente, uma outra casa de repouso, chamada «Beskid» e respeitante à fábrica «Bobrek», também de Bytom (cidade que tem um clube na Primeira Divisão de Futebol). Aqui, a lotação é menor (cem pessoas), está completa também e a diferença para melhor, em relação à «Ondrasek», está nas instalações desportivas: uma piscina coberta, um ginásio, campo, para basquete e volei e uma minipista privativa para desportos de Inverno.

... E há «bowling»... E há Andres Mnochy, professor de educação física recém-diplomado pela Academia de Cultura Física, a orientar toda a prática desportiva dos mineiros em férias e seus filhos... Principalmente dos seus filhos, porque esta é uma das maneiras de contribuir para um desporto de massas... E é assim que, muitas vezes, se descobrem os tais jovens talentos desportivos que vão depois conquistar títulos e medalhas no chamado desporto de «performance».

CARLOS PINHÃO

A PLENA REALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

A organização das actividades de lazer tem, como tudo, as suas regras próprias e, não as respeitar é comprometer, à partida, o objectivo que se pretende atingir: preencher de forma útil, activa, saudável (em todos os sentidos) os tempos livres dos trabalhadores

Assim, se o conceito — tempos livres dos trabalhadores — é muito claro quanto ao envolvimento de todos os trabalhadores numa acção que deve partir deles para a eles chegar (como garantia de que os seus interesses não serão traídos e de que os resultados obtidos serão uma resposta directa às suas necessidades e anseios) também é verdade que os aspectos práticos da organização, aplicação e gestão de uma política de actividades de lazer implicam uma hierarquia de «responsabilidades» e um grau justo de «profissionalismo» Ou, para pôr o caso em duas palavras, são indispensáveis os dirigentes **e os** técnicos.

Nunca é demais insistir em que nas organizações populares e de trabalhadores (clubes, sindicatos, e outras) a fronteira entre os dirigentes eleitos e os seus eleitores tem de ser campo aberto, 24 horas em 24. Por outro lado, se é um pouco como o problema do ovo e da galinha pretender discutir se deverão ser os dirigentes a solicitar aos associados, ou estes a propor àqueles, a criação de comissões de apoio, grupos de trabalho e outras estruturas intermédias, a verdade é que estas têm de existir como forma permanente de participação que é a marca de qualidade do trabalho produzido.

Mas nada mais perigoso supor que, no domínio da organização dos tempos livres (como em todos os outros domínios...) o basismo e as suas componentes — o espontaneismo, o voluntarismo, etc. — possam levar a quaisquer resultados positivos.

A Direcção da secção de basquetebol de um clube desportivo de empresa ou do grupo de teatro amador de um sindicato, por exemplo, são tarefas que exigem, para além do trabalho prévio de programação de actividades e previsão de despesas, o esforço quotidiano da resolução do pormenor (os contactos, as deslocações, as contas, os equipamentos, a aparelhagem, os ensaios, os treinos, um mundo de coisas, enfim!) que permite cumprir o programa sem ultrapassar o orçamento. E esse trabalho prévio e esforço quotidiano assegura-os o dirigente, pelo estímulo e coordenação da acção comum dos colaboradores, pela criação de condições para a passagem à prática das decisões colectivamente tomadas e, evidentemente, pela responsabilização a todo o momento garantida quanto à correcta efectivação da actividade em curso. Poderá mesmo dizer-se que se o dirigente é, em qualquer altura, capaz de assumir por inteiro a responsabilidade individualizada do trabalho do grupo, isso significa que a organização está O.K.

Quanto aos **técnicos** (termo discutível, fácil e genérico, utilizado para designar todos aqueles — professores de música, ou de bailado, ou de educação física, treinadores, monitores e animadores de modalidades várias — que, como especialistas, estão implicados na organização e apoio das actividades de lazer dos trabalhadores) importa aqui referir dois pontos: a necessidade destes técnicos e a forma como deverão ser enquadrados pelas organizações populares e de trabalhadores.

Treinar uma equipa de vólei ou ensaiar um grupo coral num clube popular não é coisa para amadores bem intencionados mas tarefa para quem sabe. Não pelo vólei ou pelo canto em si, mas porque através deles é o desenvolvimento, a formação, a plena realização dos trabalhadores que são visados. O aproveitamento máximo das potencialidades educativas contidas nas práticas desportivas e culturais terá de ser uma exigência de base dos trabalhadores para as suas actividades de lazer, sob pena de estarem eles mesmos a caucionar a política desportiva e cultural das classes dominantes que reservam para as massas populares um subdesporto e uma subcultura. Por isso as actividades desportivas e culturais dos trabalhadores devem ser orientadas por quem saiba do ofício e seja, de preferência, capaz de pôr nas mãos daqueles o vólei e o canto como instrumentos da sua própria transformação e da transformação da sociedade.

Claro que, dir-se-á de seguida, técnicos assim não os há. Certo. Ou melhor: quase certo. Porque o que não há mesmo, e por motivos sobejamente conhecidos, é técnicos oriundos das classes trabalhadoras. E são estes os que, precisamente por razões de **classe**, dão integral garantia da aplicação das técnicas de organização, aprendizagem, treino e preparação que melhor respondem aos interesses dos trabalhadores.

Assim, e pelos mesmíssimos motivos, os técnicos existentes (não muitos) são, na sua esmagadora maioria, não oriundos das classes trabalhadoras. O que, também obviamente por razões de classe, coloca às organizações populares e de trabalhadores algumas dificuldades suplementares no acompanhamento e realização das suas actividades culturais e desportivas.

Sem deixar de anotar que alguns destes técnicos se identificam, nas suas opiniões e comportamento, com as classes trabalhadoras, e como, de qualquer modo e como vem sendo superiormente afirmado, «temos que viver com aquilo que temos», a solução do problema reside na aplicação, por parte das organizações populares e de trabalhadores que têm técnicos ao seu serviço no sector cultural e desportivo, do princípio de que, não sendo a técnica «neutra», a orientação de fundo daquelas actividades é da exclusiva competência dos respectivos dirigentes.

Não se trata aqui de criar um clima de constrangimento e limitativo do trabalho dos técnicos, mas, pelo contrário, de assegurar o seu pleno rendimento dentro de normas e linhas de acção traçadas pelos mais directamente interessados: os próprios trabalhadores.

Porque, afinal, do que temos vindo a falar é de problemas de divisão do trabalho, mesmo quando este é o de organizar o preenchimento do tempo de «não-trabalho».

A. SOUSA SANTOS

GITUS

. O Verão está a chegar e para alguns de nós as férias já começaram.

. Mas, para muitos, que diabo será isso das férias? Sim, que os preços aumentam todos os dias, e a pouco e pouco a inflação foi «comendo» os aumentos de salários que conseguimos conquistar a seguir ao 25 de Abril.

Quantos de nós se vão ver obrigados a despender o seu subsídio de férias para saldar dívidas que as despesas com a casa e os filhos obrigaram a contrair ao longo de todo um ano em que, apesar de se falar muito em reconstrução nacional, não só pioraram as condições de vida dos trabalhadores como se caminhou para um cada vez maior endividamento ao estrangeiro e consequente agravamento da nossa situação de dependência. Isso é outro assunto...

. Mas as férias estão aí, e ao cabo de um duro ano de trabalho temos direito a elas, ganhámo-las num árduo dia-a-dia nos campos, nos escritórios e nas fábricas.

Com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores o exercício do seu direito de ocupação dos tempos livres o GITUS tem actualmente em execução um programa de actividades que abrange deslocações aos Açores, Madeira, Argélia, RDA, União Soviética, etc.

Como nos números anteriores, o espaço que podemos dedicar a estas questões não permite que esgotemos o assunto. Por isso camarada, se necessitas de mais informações contacta directamente o GITUS na Rua Victor Cordon, nº 1, 3º., ou pelos telefones 365286 e 365287. Se te der mais geito tratar destes coisas no Porto, não te esqueças que a morada é Rua de Santa Catarina, nº 922, 1º, e o telefone é o 380752.

FÉRIAS NO ESTRANGEIRO

NA PÁTRIA DE LENIN

. Para os trabalhadores que estejam interessados em contactar com o dia-a-dia da vida do povo soviético, o GITUS programou uma série de viagens à URSS.

A primeira terá lugar já entre 15 e 28 deste mês, e apresenta-se com um programa bastante variado e deveras aliciante.

A partida será dada do aeroporto da Portela em direcção a Moscovo. No dia 16, os participantes nesta viagem cumprirão o percurso de comboio até Leninegrado. Do programa de estadia naquela cidade soviética destacamos aqui as visitas ao Cemitério Memorial da Grande Guerra, ao Ermitage, ao Museu da Revolução, ao Museu Etnográfico, etc.

Permanecerão em Leninegrado até ao dia 19, voando depois para Kiev. Aí, conhecerão a cidade, visitarão monumentos e museus, farão as suas compras etc.

O ponto seguinte do percurso será Zaporogie que deverão atingir por via aérea no dia 21. Um passeio pela cidade, uma visita a Dnipre, uma outra de interesse social e uma expedição de barco à ilha Rhoatitsa, são alguns dos pólos de interesse da estadia em Zaporogie.

No dia 23 será o regresso a Moscovo, para, durante quatro dias, percorrerem a cidade, visitarem o Mausoléu de Lenin ou o Museu Lenin, a Exposição das Realizações Económicas da URSS, fazerem uma excursão pelo território do Kremlin e conhecerem de perto a vida da capital da União Soviética.

Treze dias depois do início desta viagem acontecerá o regresso a Portugal, estando a chegada a Lisboa prevista para cerca da uma hora da manhã do dia 28.

No dia 31 os trabalhadores participantes nesta deslocação por terras soviéticas seguirão para Leninegrado de comboio, onde permanecerão três dias, a fim de visitarem os principais pontos de interesse daquela cidade. Depois voltarão de novo a Moscovo para seguirem de autocarro para Kalinin.

De 4 a 6 de Agosto farão uma excursão à zona monumental de Kalinin, visitarão o Museu Etnográfico Tverski e a Galeria de Pintura, e terão ainda ensejo para um passeio de barco no rio Volga.

Regressados a Moscovo, os participantes nesta viagem deixarão o solo soviético no dia 7 de Agosto. Pela 1 hora da madrugada do dia seguinte verificar-se-á a chegada a Lisboa.

MOSCOVO, LENINEGRADO, KALININ

A segunda partida para a URSS verificar-se-á a 27 deste mês, estando o regresso marcado para 8 de Agosto.

Desta vez, e após cinco horas de avião, a visita à União Soviética iniciar-se-á com uma estadia de três dias em Moscovo. Para além do Kremlin, do Mausoléu de Lenin, e da Exposição das Realizações Económicas, os participantes nesta viagem terão ainda tempo livre para outro tipo de visitas e contactos. Do programa consta também um passeio de barco no rio Moscovo e uma excursão pela cidade.

Nas viagens à Argélia realizam-se entre os dias 9 e 24 deste mês, sendo o percurso Lisboa — Argel, e vice-versa, feito em aviões especialmente fretados para o efeito.

O alojamento será em hotéis de classe turística, com quartos de 2 e 3 camas e casa de banho privativa.

Aqueles que estiverem interessados nesta deslocação poderão optar entre 3 programas diferentes de estadia na Argélia.

CONHECER A ARGÉLIA

A Argélia, nação do Norte de África que lutando contra o subdesenvolvimento se industrializou e realizou a sua revolução agrária, na esteira da construção do socialismo, abre as suas portas aos trabalhadores portugueses.

Através do GITUS eles terão a possibilidade de conhecer um país que tem desempenhado um papel importante de auxílio e solidariedade para com a luta de todos os povos contra o imperialismo, o racismo e o colonialismo.

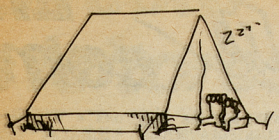
De acordo com a escolha que for feita, visitarão a cidade de Tizi-Ouzou, os complexos turísticos da Costa Oeste, a Cidade Olímpica, uma cooperativa da Revolução Agrária, as ruínas romanas de Cherchel, uma herdade experimental, uma fábrica de construção mecânica, a mesquita de Mansourai, as fontes terminais de Hamman-Rabi, etc, etc.

Para além de todas as visitas estão programados encontros, com camponeses, estudantes e operários. Os programas integram ainda visitas a outras cidades e museus, a realização de tardes musicais, artísticas e recreativas e várias deslocações até às praias argelinas.

A CASBAH, o museu Bardo e o «Jardin d' Essai» não serão esquecidos ao longo dos 15 dias que dura esta excursão aquele país do norte de África.

O preço, que inclui todas as despesas de transporte, alojamento e alimentação, será de 13.970$00.

Durante toda a viagem, os participantes serão acompanhados por um guia profissional português e, no que se refere ao transporte de bagagem, cada passageiro terá direito a levar consigo 20 quilos no avião.



VIAGENS ÀS ILHAS

8 DIAS NA MADEIRA

Está neste momento em execução um ciclo de viagens à Madeira com a duração de oito dias, verificando-se as partidas todos os sábados.

O trajecto entre o aeroporto da Portela e o de Santa Catarina será cumprido em avião a jacto, sendo asseguradas as ligações do autocarro com o hotel.

Os preços a serem praticados variam de acordo com o regime de alojamento que os participantes nestas viagens venham a escolher, havendo tarifas da ordem dos 3.490$00 por pessoa, já com todas as taxas incluídas.

Para além destas, o GITUS organiza uma outra série de viagens também com a duração de oito dias, mas em que as partidas são dadas aos domingos. Os preços vão também desde 3.490$00 por pessoa.

UMA SEMANA NOS AÇORES

No que se refere aos Açores, existem também dois tipos de viagens. Num deles, as partidas acontecem todas as sextas-feiras e a duração da viagem é de 7 dias. O outro tipo de deslocação àquelas ilhas tem a duração de apenas seis dias, iniciando-se as viagens aos domingos.

Em ambos, o transporte é feito por avião e o tempo de permanência dividido entre Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, com a possibilidade de daí se partir para uma verdadeira descoberta das ilhas.

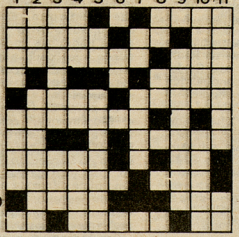
Para aqueles que decidam optar por esta modalidade haverá várias hipóteses de alojamento as quais fazem variar os preços totais a serem pagos, havendo tarifas desde os 4750$00 por pessoa, para 7 dias de viagem, e 4.650$00 para as excursões com a duração de seis dias.

Regressou, entretanto, a Portugal um grupo de 32 trabalhadores que ao longo de 15 dias tiveram ensejo de viajar pela União Soviética.

Um dos pontos mais importantes do programa constou da visita a uma fábrica, a um jardim de infância e a um sindicato. Em todos estes locais se estabeleceu um vivo diálogo entre os trabalhadores portugueses e soviéticos, com perguntas e respostas a reflectirem o desejo de aprofundamento de um conhecimento mútuo.

PASSATEMPO

PROBLEMA N.º 7



HORIZONTAIS

1 Advérbio de lugar; Artigo definido; Indicação do valor das lições do estudante
2 Argamassa; Rio de Itália; República Portuguesa
3 Enquanto PRD/CDS conspiravam na suite, esteminis-tro almoçava com Carlucci no mesmo hotel de luxo;
4 Ela; Terra arroteada de fresco
5 Rua estreita e curta; Doze dúzias de qualquer mercadoria
6 Dar a conhecer
7 Gemido; Condimento
8 Ergueu; Conselho da Revolução
9 Adicionara; Extremidade do braço
10 Buraco onde se abrigam coelhos; Vazio
11 Confiança; Tosta; Campeão

VERTICAIS

1 Nome feminino; Maior quantidade
2 Ninho; Acção do imperialismo externo e interno à economia portuguesa
3 No tempo passado; Patrão
4 Nome de letra; Comissão de trabalhadores; Grande sorte (Fig)
5 Antigo antigo; Calculara
6 Existe
7 Utensílio de trabalho; Glóbulo; Artigo definido
8 Milha marítima; Atmosfera
9 Sem ela não há socialismo, e só o trabalho a consegue
10 Estrondeias; Fístula
11 Invocara socorro; Artigo definido (Pl)

Resolveu completamente este problema? Proponha agora, em segundo passatempo, o Provérbio dos Trabalhadores, nele inscrito.

COLABORAÇÃO DE **MANUEL COELHO**

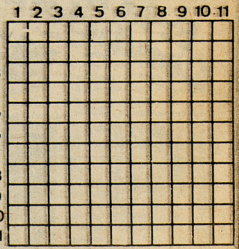
PROBLEMA N.º 8

HORIZONTAIS

1 Alentada; Saciado
2 Antes de Cristo; Sorteia; Também antigo
3 Murro; Soga o leite materno
4 Ansiedades
5 Abastadas; Tufo
6 Princípio; Espaço percorrido no ar pelo avião; Escudeiro
7 Satélite de Júpiter; Saburra na língua; Campeão
8 Tranças postiças de cabelo usadas pelos toureiros espanhóis
9 Patrão; Cavidade ao solo; Aqui está
10 Como esfregamente; Combater
11 Amarrar; Medo com rasa

VERTICAIS

1 Animação (Fig); Rata; Fileira
2 Vazio; Patrono dos homens de leis; Matemático (abrev)
3 Fragmento de louça quebrado; Penacho
4 Bagatela; Isolado; Sigla automobilística do Brasil;
5 Gemido; Nome masculino
6 Término em francês; Discursei
7 Nota musical; Duradouro
8 Jogo dianteiro das carretas de artilharia; Entre as boas; Cidade da antiga Caldeia
9 Um dos cinco continentes; Flecha
10 Possui; Solteirona; Seguias
11 Agora; Aveles; Senhora



SOLUÇÕES NOUTRA PÁGINA

RÁDIO:

A MESMA LUTA!

. Para os mais interessados nos problemas da comunicação social, aconselha-se a leitura dos «Documentos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo», conferência essa, realizada em Macomia, nos finais de 1975 (1). Trata-se de importantes documentos sobre Informação num país liberto que, sem tibiezas nem hesitações, ruma ao socialismo.

Transcrevemos desse livro, alguns parágrafos da «Resolução sobre a Rádio»:

«A Conferência começou por definir a Rádio como a primeira prioridade entre todos os meios da Informação e Propaganda na fase actual, atendendo à elevada taxa de analfabetismo do nosso Povo e ainda à extraordinária capacidade de penetração e difusão da Rádio entre as massas, a qual deriva das suas próprias características técnicas».

A Rádio tem como objectivo principal contribuir para a elevação do nível de consciência política e cultural das massas populares, proporcionando-lhes a Informação, a Cultura e a Educação...»

«A linguagem utilizada presentemente na Rádio foi analisada pela Conferência, que concluiu que ela não corresponde à realidade cultural do nosso País, faltando-lhe simplicidade e clareza. Definiu-se que a linguagem utilizada na Rádio deverá ser mais clara e acessível às largas massas, cabendo ao próprio pessoal da Rádio fazer um esforço rigoroso nesse sentido».

Estas conclusões aplicam-se perfeitamente à situação actual da nossa Rádio. Todos concordamos que a Rádio em Portugal teria que ter um papel prioritário neste País, onde, ainda, o analfabetismo é uma triste realidade. Todos temos consciência que a Rádio deveria contribuir para a elevação da consciência política e cultural do nosso Povo. Todos, facilmente, compreendemos que a linguagem utilizada presentemente na nossa Rádio não corresponde à realidade cultural do nosso Povo, como não corresponde aos seus anseios.

Os povos de Portugal e Moçambique, continuam a ter lutas comuns. No caso, a luta por uma Rádio ao Serviço do Povo. Com uma diferença. Uma triste diferença que nos diz respeito: rapidamente em Moçambique o problema será resolvido.

Em Moçambique é o povo quem governa!

(1) Edição do Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo (Distribuição C.D.L.).

FRANCISCO MUÑOZ

Em com

TRABALHADORES PORTUGUESES DE AUBERVILLIERS (FRANÇA)

. Recebemos a cópia da mensagem que enviaram ao senhor Presidente da República Portuguesa, a qual, como pedem, transcrevemos a seguir:

«Senhor Presidente,

Um grupo de trabalhadores imigrados reunidos em Aubervilliers, França, alarmados com a maneira escandalosa e benevolente acomo os criminosos da PIDE estão a ser julgados, manifestam a sua viva repulsa e exigem a revisão dos processos para que sejam seriamente julgados e severamente condenados às penas que a sua actuação criminosa contra o povo Português merece.

Exigimos uma justiça digna do «25 de Abril», que respeite os sentimentos democráticos do Povo Português e o conteúdo da própria Constituição.

Exigimos um castigo exemplar para os torturadores do nosso povo durante 48 anos e para os actuais responsáveis dos atentados terroristas que tentam pôr em causa não só as conquistas revolucionárias duramente alcançadas pelos trabalhadores como a própria democracia e todas as liberdades conquistadas depois do 25 de Abril.

JOSÉ PAULO TORRES DA SILVA GONÇALVES

Pela sua entusiástica carta e pelos seus entusiásticos versos dedicados à Revolução do 25 de Abril, aqui deixamos os nossos agradecimentos, com as

FÉRIAS

Continuação da pág. 39

como seja a de aguardar vez todas as manhãs para conseguir comprar pão, leite ou carne e, para além disso, deve contar com uma acentuada alta de preços durante os meses de Verão.

Nos feriados de Junho, vimos, na praça da verdura, cebolas a 42$00; tomates a 32$00; feijão verde a 25$00, repolho a 35$00 o quilo, oregãos a 20$00 o molho, damascos a 54$00, morangos a 117$00, melões a 74$00 o quilo, cerejas a 60$00, laranjas a 32$00, pêssegos a 64$00 e figos a 35$00.

Na segunda hipótese, deve contar com uma despesa entre os 90$00 por refeição clara!

. E tudo isto em total anarquia, pois não há qualquer uniformidade

Frio e Ar Condicionado
Projectos, Montagem e Assistência
FEDDERS
Ar condicionado doméstico - de 7 500 a 26 000 BTU/h
Ar condicionado industrial - de 2 t a 500 000 t
HUBBARD
Refrigeração e ar condicionado para veículos
Contacte-nos. Somos
CÂMARAS FRIGORÍFICAS
De todas as capacidades para fruta, peixe ou carne
TELHADO & PEREIRA, LDA.
Apartado 2838 - LISBOA
Dep. Técnico - Telef. 65 55 02 - 65 41 05
Assistência - Telef. 65 83 85 - 65 67 28

condições no trabalho
Câmaras frigoríficas e ventilação para cozinhas e refeitórios

directo os leitores

nossas melhores saudações sindicais.

Entretanto, informamos que nos é completamente impossível publicar as quadras que nos enviou. Mandá-las-emos ao nosso dedicado colaborador Michel Giacometti, pessoa competentíssima que, como deve ter verificado nos anteriores e no presente número de «Alavanca», se dedica ao estudo da nossa poesia popular.

CARLOS ALBERTO VIEIRA-DORTMUND (ALEMANHA)

A carta que nos enviou, em seu nome e no de um grupo de camaradas trabalhadores imigrados na Alemanha, é deveras emocionante.

Sobretudo, quando nela rememora o que foi o 1.º de Maio de repressão, no tempo do fascismo, no tempo da sua infância, em contraste com as grandes manifestações do 1.º Maio de 1977, que foi uma magnífica expressão de grande força, na unidade, do povo trabalhador do nosso Portugal!

Lamentamos que a falta de espaço não nos permita a transcrição dessa vossa interessante, sob todos os aspectos, manifestação escrita. E expressamos a todos vós os nossos melhores agradecimentos pelas palavras de solidariedade que nos manifestam

nos diversos preços. Vê-se que não foi feita uma planificação geral e que não existe a menor fiscalização. É mais ou menos tudo à balda!

Além de que o poder de escolha é muito menor do que à primeira vista possa parecer. Entrando um pouco nos bastfond da vila, acabamos por descobrir que também ela tem o seu monopolista, de nome Fernando Barata, que detém o poder sobre cerca de 15 restaurantes e hóteis da terra. Autêntico malabarismo, se tivermos em conta que o dinheiro não é o seu forte...

Por tudo o que nos foi dado a observar, chegámos à conclusão de que umas férias em Albufeira (e de uma maneira geral no Algarve todo) não estão realmente ao alcance do trabalhador médio português. O turismo algarvio continua, portanto, a ser um privilégio das classes mais favorecidas. O que é lamentável.

SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 7

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Onde; O; Nota	1 Olga; Mais
2 Lume; Rs; R P	2 Nio; Boicote
3 Gonelha; Põe	3 Dantes; Amo
4 A; Aral	4 Ime; Ct; Vaca
5 Seco; Grosa	5 Ff; Orçaras
6 Mostrar	6 Há
7 Ai; Aduba	7 Pá; Grão; A
8 Içava; CR	8 Nó; Ar;
9 Somara; Mão	9 Produção
10 Toca; Óco	10 Treze; Broca
11 Fé; Assar; As	11 Apelare; Os

O PROVERBIO DOS TRABALHADORES ONDE O GONELHA PÕE A MÃO HÁ BOICOTE À PRODUÇÃO

SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 8

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Gorda; Farto	1 Gas; Roi; Ala
2 AC; Rifa; Er	2 Oco; Ivo; Mat
3 Soco; Mama	3 Caco; Comá
4 Agenias	4 Droga; Só; Br
5 Ricas; Moita	5 Ai; Oavalo
6 Oco; Voo; Ao	6 Fio; O Rei
7 Io; Sarro; As	7 Fa; Imortal
8 Coletas	8 Amiia; OA; Ur
9 Amo; Dia; Eis	9 Asia; Seta
10 Lambo; Lutar	10 Tem; Tia; Ias
11 Atar; Rasa	11 Ora; Aos; Sra

a nossa imprensa

A EMENTA

Boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Restaurantes e Similares do Distrito de Viana de Castelo. Em seu n.º 5 publica: «Como vai a Previdência» e um «Alerta» aos camaradas da hotelaria. Também publica um Suplemento sobre o CCTV-ACTV-PRT e respectivas Tabelas Salariais.

A RODA

Órgão do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa. Publica no seu n.º 17, «Rodoviários conquistam contrato colectivo de trabalho», «Reforcemos a organização sindical para fazer frente à recuperação capitalista», «Trabalhadores de todo o mundo pela paz e pelo progresso social». E, também, uma grande ajuda a «Alavanca com a inserção de um «Boletim de Assinatura» referente à nossa revista, prova de camaradagem que bastante nos sensibilizou.

O PÃO

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa. No n.º 9, além do Editorial e do 1.º de Maio, trata dos Reformados, «Não à CEE», «Inflação-Alta de Preços», etc..

O ESCRITÓRIO

Revista do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, com: «Ponto Prévio», «Portugal e a CEE», «Formação e Cultura», «Contratação Colectiva», «Lutas Sindicais», «A Conferência Mundial do Emprego e as Multinacionais» e «Segurança Social».

INFORMAÇÃO CUF

Edição da CUT da CUF, esta revista é uma excelente publicação mensal. No número de Abril, publica o editorial «25 de Abril, 1.º de Maio e 3.º Aniversário», «Cuf nacionalizada ... o Presente e o Futuro, sem esquecer o Passado», «Aprender, Saber, Conhecer», «Reunião do Conselho Geral de Trabalhadores», «Ansião já tem refeitório», «Os quadros técnicos nas Empresas Públicas e Nacionalizadas» e a «Página da Mulher».

O FUSO

Órgão do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, n.º 24. Publica, entre outros escritos de muito interesse: «Viva o 25 de Abril», «Dia Mundial do Trabalhador», «A quem serve o Ministério do Trabalho», Mesa-redonda na Cambournac» e Revisão dos Estatutos para as Uniões Distritais».

A VIDRAÇA

Boletim de Informação, Cultura e Recreio dos trabalhadores da COVINA. O n.º 4 publica, entre outros artigos de interesse, «Mais-valia», «Problemas e efeitos do álcool», «Notícias da Comissão dos Trabalhadores», «A mulher e a repressão», «Um viva à Unidade», «Sobre a Associação e o Movimento Operário Vidreiro», «Onde a terra está nas mãos dos que a trabalham, grandes êxitos são alcançados» e «Serviço de prevenção de riscos profissionais».

PLANO

Publicação mensal da UCL-União Coordenadora da Área de Lisboa, referente às cooperativas, que traz no seu 1.º número: «1.º Congresso em Liberdade das Cooperativas de Consumo», «IX Encontro Nacional de Delegados das Uniões» e «Cooperativas de Produção: uma proposta».

O ECO DO ARSENAL

Órgão do pessoal do Arsenal do Alfeite, em seu n.º 14 publica: «Até sempre, companheiro administrador», «O paraíso da liberdade e da abundância», «A agricultura e a sua colectivização», «Que informação?» «As armas químicas devem ser proibidas» e «A Revolução Socialista por via pacífica».

A UNIÃO

Boletim de informação sindical da Setenave. O n.º 12 publica um Editorial «O nosso contrato», «O maior 1.º de Maio» e «O nível de vida dos trabalhadores portugueses».

Ainda por absoluta falta de espaço não fazemos neste número de «Alavanca» referências a outras publicações sindicais recebidas na nossa redacção, entre as quais se contam: STICF-BATALHA VERTICAL, O DINAMO, CONTACTO, LUTAR PARA VENCER, INFORMAÇÕES e TUL.

●

Também estamos a receber, regularmente, na nossa redacção, publicações dos mais diversos lugares do mundo. Mencionamos aqui as que ultimamente chegaram às nossas mãos:

FRANÇA

«La Vie Ouvrière», órgão central da C.G.T.; «Service Publique», «Bulletin Federal-Santé» e «Le Guide» — publicações de serviços específicos da C.G.T.

POLÓNIA

«Servicios Publicos», «Maja» e «O Movimento Sindical Polonês».

R.D.A.

«Bulletin du Comité Permanent des Syndicats de l'Industrie Graphique», «R.D.A.-Revue», «Correspondência de Política Exterior», «FDGB Revue» e «Puente».

E, também, «Syndicats Vietnamiens», da R.D.Vietname, «Revue Cooperative Bulgare», «Service de l'Information de l'Ambassade de Malaise», «Los Sindicatos de Rumania», «Revista Sindical Húngara», «Les Syndicats Tchécoslovaques», «Malaysian Digest», «Le Mouvement Syndical Mondial», da F.S.M., «Panorama», do B.I.T. de Genebra e «Portugal Bulletin», do Comité Holanda-Portugal.

O diálogo com o Governo

O inqualificável ataque feito pelo Governo, através do ministro Gonelha utilizando a Rádio e a Televisão que têm negado às organizações reorsentativas dos trabalhadores, às manifestações convocadas pela CTGP-IN para o dia 22 de Junho, justifica que a CGTP-Intersindical Nacional esclareça a opinião pública e os trabalhadores sobre o que tem sido o seu diálogo com o Governo e quais os resultados práticos a que nele chegou.

1. Em 11.2.77 solicitou o Secretariado da CGTP-IN, no cumprimento de uma resolução aprovada no Congresso de Todos os Sindicatos, uma entrevista com o Primeiro-Ministro no sentido de dar a conhecer os problemas dos trabalhadores bem como a sua intenção de os resolver pela via do diálogo.

Passados 102 dias mais concretamente no dia 24 de Maio, e dada a ausência de resposta do Governo às insistências feitas nesse sentido por este Secretariado, o Conselho Geral da CGTP-IN decidiu convocar manifestações de rua com vista a protestar contra o aumento do custo de vida, contra o congelamento da contratação colectiva, contra o desemprego e os despedimentos, contra a entrega das empresas intervencionadas ao patronato sabotador e contra os ataques à Reforma Agrária.

2. Nesse mesmo dia, pelas 23h30, recebeu o Secretariado um telefonema do Gabinete do Primeiro-Ministro pelo qual era informado de que ele estaria disposto a receber-nos. Tal audiência concretizou-se em 26 de Maio, tendo-se nela decidido iniciar no dia 31 seguinte reuniões com a presença do ministro e secretário de Estado do Trabalho para se discutirem assuntos relacionados com aquele Departamento Ministerial, nomeadamente o decreto-lei dos 15 por cento.

3. No início da referida reunião, o Secretariado da CGTP-IN, dado que havia iniciado uma fase de conversações, tomou a inicitiva de propor ao Sr. Primeiro-Ministro que, enquanto elas durassem, (e elas durariam enquanto o Governo quisesse), fossem suspensas as acções de entrega de resvras na zona da Reforma Agrária bem como das empresas intervencionadas ao patronato sabotador. Conforme foi dito na altura ao Sr. Primeiro-Ministro. Tal proposta visava fundamentalmente que, nas fábricas e nos campos, os trabalhadores sentissem de diálogo que se iniciava dentro dos gabinetes.

Tal proposta foi considerada pelo Sr. Primeiro-Ministro como condições prévias ao diálogo tendo, na oportunidade, os membros do Secretariado esclarecido que não condicionavam a discussão desta ou daquela questão à resolução prévia de outras. Entendia-se porém que não seria lícito o Governo continuar a exercer nas fábricas e nos campos uma política contra os trabalhadores, se houvesse efectivamente uma intensão clara de dialogar.

4. No dia 31 de Maio realizou-se nova reunião do Secretariado da CGTP-IN com o Primeiro-Ministro, ministro do Trabalho e secretário de Estado do Trabalho. Nessa reunião foi feita o ponto da situação em relação aos problemas referentes à legislação do trabalho, tratados na reunião anterior não tendo o Governo apresentado qualquer resposta concreta. Continuou-se nessa reunião a discutir o Decreto 49/A, tendo o Secretariado da CGTP-IN concordado em discutir uma norma salarial no ârnbito do «Plano a Médio Prazo» e dando prioridade à tentativa de encontrar soluções que levassem ao descongelamento actual da Contratação Colectiva.

O realismo das propostas apresentadas pelo Secretariado da CGTP-IN foi expressamente reconhecido pelo Sr. Primeiro-Ministro, na sua comunicação ao País, nesse mesmo dia ao referir que os trabalhadores haviam demonstrado «grande capacidade de diálogo» e que «não pediam a lua». Daqui se conclui como são falsas e provocatórias as acusações feitas pelo Governo através do Ministro Gonelha ao afirmar na sua comunicação de hoje que a CGTP-IN pretende soluções irrealistas com o sentido de aproveitamento partidário.

5. No final da referida reunião o Sr. ministro do Trabalho manifestou ao Secretariado da CGTP-IN a preocupação do Sr. Primeiro-Ministro pela realização das manifestações convocadas para o dia 22 de Junho. O Secretariado da CGTP-IN reafirmou nessa altura, que a sua realização, dependeria de uma atitude paralela do Governo no sentido da proposta já referida em 1.

Nessa mesma ocasião o Secretariado manifestou ao Governo que até àquele momento nenhuma resposta concreta havia sido dada aos problemas dos trabalhadores por eles levantados. Pelo contrário, o Governo persistia em manter a sua política de entrega de empresas intervencionadas, (caso da IBEROL-COPAZ, entregue a um reconhecido falsificafor de azeite e caso da MAIOMBE, entrega a presumíveis criminosos); Persistia em manter a entrega de reservas na zona da Reforma Agrária através da utilização da força repressiva contra os trabalhadores e se mantinha inalterável a sua política de contratação colectiva.

6. A partir desta data realizaram-se mais 3 audiências com o Governo tendo os seus membros condicionado a discussão sobre os problemas da Contratação Colectiva à desmobilização pela CGTP-IN das manifestações marcadas para o dia 22, sem que da sua parte, tivesse manifestado qualquer propósito de suspender de facto a acção que vinha a desenvolver.

7. Conclui-se, portanto, o seguinte:

I. O atraso do Governo em corresponder às solicitações ao diálogo, a coincidência de ter respondido após a marcação das manifestações pelo Conselho Geral da CGTP-IN, a falta de resposta que até hoje não deu aos problemas concretos levantados pelos trabalhadores, o propósito de condicionar a discussão sobre esses problemas à desmobilização das manifestações do dia 22 sem quaisquer garantias — demonstram claramente que o início do diálogo pelo Governo visava tão somente desmobilizar o justo descontentamento dos trabalhadores, no sentido de tacticamente, obstar a pressão que estava a ser movida pelos partidos e organizações do patronato reaccionário.

II. A CGTP-IN continua aberta a discutir com o Governo todas as questões que digam respeito à defesa dos interesses dos trabalhadores e à consolidação da democracia; mas não se deixará utilizar como correia de transmissão de uma política antipopular e antioperária que tem merecido o justo repúdio dos trabalhadores.

III. Não deixa de ser significativo o silêncio do Governo, face aos apelos do patronato reaccionário da CIP e da CAP, no sentido de sabotarem interna e externamente o investimento necessário ao combate ao desemprego, ao mesmo tempo que decidem virar mais uma vez as suas baterias contra os trabalhadores e as suas organizações de classe.

8. Assim o Secretariado da CGTP-IN considerou que a melhor resposta a dar a mais este ataque aos trabalhadores e ao Movimento Sindical Unitário era uma massiva participação nas manifestações do passado dia 22.

UNIDOS E ORGANIZADOS OS TRABALHADORES VENCERÃO